

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS-UCPEL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

TOMAZ NONTICURI DA SILVA

**BULLYING HOMOFÓBICO E EDUCAÇÃO: possibilidades de superação de um
preconceito.**

Pelotas

2017

TOMAZ NONTICURI DA SILVA

BULLYING HOMOFÓBICO E EDUCAÇÃO: possibilidades de superação de um
preconceito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Professora Orientadora: Cristine Jaques
Ribeiro

Pelotas

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586b Silva, Tomaz Nonticuri

Bullying homofóbico e educação. / Tomaz Nonticuri Silva. – Pelotas: UCPEL, 2017.

171f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2017. Orientadora: Cristine Jaques Ribeiro.

1.bullying. 2. homofobia. 3.transfobia. 4.política social. I. Ribeiro, Cristine Jaques, or. II. Título.

CDD 360

TOMAZ NONTICURI DA SILVA

BULLYING HOMOFÓBICO E EDUCAÇÃO: possibilidades de superação de um
preconceito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Política Social da Universidade
Católica de Pelotas como pré-requisito para
obtenção do título de Mestre em Política
Social.

Professora Orientadora: Cristine J.
Ribeiro

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Cristine Ribeiro

UCPEL

Prof^ª Dr^ª Lourdes Maria

UFPEL

Prof^ª Dr^ª Mara Medeiros

UCPEL

Dedico este trabalho a todas as vítimas de bullying homofóbico e a todos(as) aqueles(as) que se dispõem a pôr em prática ações para combatê-lo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente a todas as pessoas que aceitaram o convite para participar na construção deste trabalho: professores, diretores, alunos, 5ª Coordenadoria Regional de Educação. Sem o apoio de vocês este trabalho não teria sido concretizado.

À minha mãe, por todo carinho, amor e respeito eterno.

Ao amigo que fiz nesta jornada, Luciano Pereira, que tanto me auxiliou com leituras, falas e explicações sobre este tema.

Ao meu namorado que, de tanto me ouvir, aprendeu mais do que eu sobre bullying homofóbico.

À minha orientadora Cristine, pelo exemplo de luta em movimentos sociais na busca por uma sociedade justa e livre de exploração.

Às professoras Doutoradas que compuseram minha banca de qualificação, Mara Medeiros e Lourdes Maria, que auxiliaram na construção desta pesquisa por meio de suas considerações e observações.

À minha amiga Rafaela, pelo apoio na execução desta pesquisa.

“A lição sabemos de cor, só nos resta aprender” (GUEDES, 1978).

RESUMO

O presente estudo, ocorrido em duas escolas da cidade de Pelotas, procurou estudar sobre o fenômeno bullying, com enfoque às agressões motivadas pelo preconceito homofóbico. A pesquisa se caracterizou como sendo de caráter qualitativo, exploratório – descritivo –, tendo sido entrevistadas dezesseis pessoas: dois diretores(as), seis professores(as) e oito alunos(as). O objetivo geral se concentrou em estudar a ocorrência do fenômeno bullying na comunidade escolar, analisando de que forma esta promove ações de prevenção e combate diante desta realidade, com ênfase ao bullying homofóbico, onde foram identificadas as seguintes categorias de análise: preconceito e discriminação no ambiente escolar; agressões sofridas ou percebidas por parte dos alunos na escola e na família; responsabilização da vítima por opção, pela moda, por influência da mídia e/ou pela homofobia internalizada; o ambiente escolar, sua dinâmica em relação à diversidade sexual e o avanço de propostas reacionárias; ausência de travestis nas escolas: a transfobia; e a denúncia das situações vivenciadas ou percebidas de homofobia e ações para combatê-la. Ao longo do trabalho serão discorridos os conceitos pertinentes ao bullying, à homofobia e à transfobia, a fim de desmistificar ideias oriundas do senso comum que, não raro, também legitimam discursos de ódio sobre a máscara da “opinião”. Foram trazidos para o estudo os movimentos da comunidade LGBT que visam concretizar ações de visibilidade e ampliação de direitos, criticando a responsabilização destes sujeitos pelas agressões sofridas, bem como demonstrar a necessidade de compreender como o ódio homofóbico se constitui em uma violência social que priva sujeitos ao acesso de políticas sociais, não podendo ser encarado como algo meramente individual ou subjetivo.

Palavras-chave: Bullying. Homofobia. Transfobia. Política social.

ABSTRACT

The present work, carried out in two schools in the city of Pelotas, sought to study the bullying phenomenon, focusing on the aggressions motivated by homophobic prejudice. The research was characterized as having a qualitative, exploratory - descriptive character, and sixteen people were interviewed: two principals, six teachers and eight students. The general objective was concentrated in studying the occurrence of the bullying phenomenon in the school community, analyzing the extent to which it promotes prevention and combat against this reality, with emphasis on homophobic bullying, where the following categories of analysis were identified: prejudice and discrimination in the school environment; suffered or perceived aggressions on the part of students in school and in the family; accountability of the victim: by choice, by fashion, by media influence, by internalized homophobia; the school environment, its dynamics in relation to sexual diversity and the advance of reactionary proposals; absence of transvestites in schools: transphobia; the denunciation of lived or perceived situations of homophobia and actions to combat it. Throughout the work, the concepts pertinent to bullying, homophobia, and transphobia will be discussed in order to demystify common-sense ideas that, not infrequently, also legitimize hate speech hidden behind the mask of "opinion". The movements of the LGBT community will also be brought to work, aiming to concretize actions of visibility and expansion of rights, criticizing the responsibility of these subjects for the aggressions suffered and the need to understand how homophobic hate constitutes a social violence that deprives subjects of access to social policies and, thus, not being able to be considered as merely individual or subjective. Keywords: bullying; homophobia; Social policy.

Key-words: Bullying. Homophobia. Transphobia. Politics social.

LISTA DE SIGLAS

ABLGBT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AIDS	<i>Acquired Immune Deficiency Syndrome</i>
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GALE	Global Alliance for LGBT Education
GGB	Grupo Gay da Bahia
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
SECAD	Secretaria de Educação, de Alfabetização e Diversidade
SOE	Serviço de Orientação Educacional
SOP	Serviço de Orientação Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 BULLYING, HOMOFOBIA E TRANSFOBIA: DEBATENDO CONCEITOS.....	13
2.1 Bullying: a necessidade de “desbanalizar” este fenômeno.....	13
2.2 Homofobia: o ódio contra homossexuais.....	26
2.3 Possíveis origens históricas da homofobia.....	38
2.4 Transfobia: definições, conceitos e sua diferença para a homofobia.....	41
3 POLÍTICAS SOCIAIS E COMBATE A OPRESSÃO HOMOFÓBICA: UMA HISTÓRIA DE LUTA.....	49
3.1 História do movimento LGBT.....	49
3.2 O homossexual “aceito” por consumir: origem e perpetuação de novos preconceitos.....	60
3.3 Ações e leis de apoio ao combate da homofobia nas escolas: avanços e desafios.....	64
4 UMA PESQUISA SOBRE BULLYING HOMOFÓBICO: DESCORTINANDO UM PRECONCEITO.....	81
4.1 Primeiras aproximações.....	81
4.2 Dados sobre a pesquisa.....	84
4.2.1 Metodologia.....	84
4.3 Pesquisa sobre o bullying homofóbico: primeiras abordagens.....	86
4.3.1 Categoria: preconceito e discriminação no ambiente escolar.....	88
4.3.2 Categoria: agressões sofridas ou percebidas por parte dos alunos na escola e na família.....	106
4.3.3 Categoria: responsabilização da vítima por opção, pela moda, por influência da mídia, e/ou pela homofobia internalizada.....	111
4.3.4 Categoria: o ambiente escolar, sua dinâmica em relação à diversidade sexual e o avanço de propostas reacionárias.....	122
4.3.5 Ausência de travestis nas escolas: a transfobia.....	133
4.3.6 Categoria: a denúncia das situações vivenciadas ou percebidas de homofobia e ações para combatê-la.....	137
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	154
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ALUNOS.....	166
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES.....	167
ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIREÇÃO DA ESCOLA.....	168
ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	169

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar o bullying homofóbico e estudar em que medida as comunidades escolares estão se articulando no sentido de promover o combate e a prevenção a este fenômeno. O interesse em estudar o bullying surgiu quando ainda era estudante de Serviço Social (2003-2006), quando a literatura sobre o assunto era limitada se comparada aos dias atuais, tendo que recorrer algumas vezes a sites internacionais onde, como será visto no decorrer deste estudo, o fenômeno bullying já era estudado a muito mais tempo em outros países, como Noruega, Estados Unidos, Canadá.

Em 2006 finalizei meu trabalho de conclusão de curso com o tema: “Bullying: só quem vive sabe traduzir”. Posteriormente, em 2009, iniciei minha militância em grupos de defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero, com propostas de intervenção voltadas para escolas, universidades e comunidades.

Estudos apontam que o Brasil é um país extremamente intolerante quanto àqueles que não seguem uma norma heterossexual, sendo o país com o maior número de assassinatos de homossexuais no mundo (MOTT, 2000). A homofobia se mostra um fenômeno tão impregnado em nossa cultura, que acaba afetando inclusive pessoas heterossexuais, quando estas são confundidas como LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – (ABRAMOVAY, 2009).

A escola, para muitas dessas pessoas, será um dos primeiros e principais locais em que estas discriminações se farão presentes, justamente ao reforçar normas e padrões de gênero, que rapidamente serão assimilados por todos aqueles que convivem naquele ambiente, fazendo com que sejam mantidos preconceitos enraizados na sociedade (JUNQUEIRA, 2012; LOURO, 1997).

No decorrer deste trabalho, se buscou em um primeiro momento esclarecer sobre os fenômenos bullying, homofobia e transfobia, a fim de sanar possíveis dúvidas quanto a este tema que tem recebido maior repercussão midiática e nas redes sociais, onde são compartilhadas informações repletas de análises pautadas em senso comum. Desta forma, se faz necessário compreender e não banalizar as questões que envolvem estas opressões que fazem parte do cotidiano de vários alunos e alunas em diferentes comunidades escolares.

No segundo capítulo será traçado um histórico pormenorizado das lutas travadas pelo movimento LGBT, que objetiva findar a ideia de que estas pessoas são doentes e/ou pecadores, bem como demonstrar as diferentes fases que esta militância passou, de uma

postura mais higienista, passando pelo orgulho em ser homossexual na revolta de Stonewall e a ascensão das paradas LGBT.

Será realizada uma crítica quanto à ideia de que nos dias atuais os homossexuais são aceitos pelo fato de consumirem mais do que pessoas heterossexuais, assim como analisar o quanto este posicionamento acaba por criar novas formas de preconceito contra aqueles privados do poder de compra. Além disso, se discorrerá sobre os avanços neoliberais que colocam em risco a implementação de políticas sociais, além dos programas e leis que deram respaldo a intervenções no âmbito escolar de combate ao bullying homofóbico nas escolas.

Por fim, no último capítulo serão apresentados os resultados de uma pesquisa realizada em duas escolas públicas na cidade de Pelotas, estado de Rio Grande do Sul, a qual totalizou dezesseis pessoas entrevistadas. Serão demonstradas as dificuldades encontradas no decorrer das entrevistas como, por exemplo, a alta desistência de pessoas convidadas a participar e as percepções que alunos, professores e diretores possuem em seus respectivos educandários de ações e programas desenvolvidos para prevenir e combater o bullying homofóbico.

2 BULLYING, HOMOFOBIA E TRANSFOBIA: DEBATENDO CONCEITOS

O presente capítulo tem por finalidade esclarecer alguns pontos-chaves no que diz respeito ao debate sobre o bullying e a homofobia. Costuma-se ouvir, seja pelos meios de comunicação, seja nas rodas de conversa ou, ainda, no conhecimento posto pelo senso comum, que hoje em dia “tudo é bullying”, “tudo é homofobia”.

Portanto, se faz necessário desmistificar esta ideia e compreender a gravidade destes fenômenos, sua historicidade e como se efetivam na prática cotidiana das escolas e demais instituições sociais para que não aconteça uma banalização da violência ou um possível entendimento fatalista de que “isso sempre foi assim e sempre será”. Isso porque a partir do momento que conhecemos sobre determinado assunto, acabamos por abandonar análises pautadas num puro “achismo” que, não raro, acabam perpetuando situações de violência.

Não é objetivo deste estudo procurar “culpados” ou uma possível reparação para aqueles que praticam o bullying contra colegas ou perpetuam situações de homofobia, mas sim elucidar a forma com que estas formas de violência se efetivam e se reproduzem dentro dos espaços escolares, até para que seja possível diferenciar os atritos, brigas e desentendimentos que ocorrem entre os pares dentro das variadas comunidades escolares e descobrir em que momento evolui-se para situações de perseguição e discriminação contumaz contra determinados sujeitos.

Também será abordada a homofobia, as vulnerabilidades às quais pessoas LGBT têm sido historicamente submetidas e os motivos pelos quais a sexualidade considerada desviante da norma heteronormativa é fator potencializante de estigma e opressão dentro das escolas e da sociedade em geral.

2.1 Bullying: a necessidade de “desbanalizar” este fenômeno

Durante muito tempo, as atitudes entre colegas que ocorriam dentro do ambiente escolar, onde uma ou mais pessoas agrediam, perseguiam, humilhavam e/ou colocavam apelidos pejorativos em outras, eram vistas como simples “brincadeiras” (SOUZA; SILVA; FARO, 2011, p. 9), algo comum entre adolescentes ou uma “fase” na qual todos os estudantes passavam. Atualmente, esta realidade recebe o nome de bullying.

Por tratar-se de uma palavra de origem inglesa e que carece, na língua portuguesa, de um vocábulo que consiga condensar o amplo significado ao qual o bullying remete, optou-se

pela “adoção universal” deste termo (NETO, 2005), motivado pela dificuldade em traduzi-lo. Conforme dita alguns autores: “Bullying deriva da palavra inglesa *bully*, que, enquanto substantivo, significa valentão, tirano e, como verbo, brutalizar, tiranizar, amedrontar” (GUARESCHI; SILVA, 2008, p. 7).

Tal fenômeno é caracterizado por “atos agressivos, repetitivos e com assimetria de poder entre pares” (PIGOZI; MACHADO, 2015, p. 3510). Por diferença de poder, conforme exemplificam Souza, Silva e Faro (2015), está a diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico e emocional entre vítimas e agressores. Tudo aquilo ao que o bullying remete, conforme resume Lisboa, Wendt e Pureza, entende-se por relação desigual de poder o fato de a vítima estar “numa posição de fragilidade em relação ao agressor, o que a impede de se defender” (2014, p. 16).

Somando-se a isso, outro fator que impulsiona esta forma de violência é o próprio público que o presencia, sejam outros colegas que não sofrem nem praticam bullying, assim como os professores e funcionários, ou seja, as chamadas testemunhas, “que adquirem a função de reforço para a ação do autor” (SOUZA; SILVA; FARO, 2015, p. 9).

Para Dornelles, Sayago e Ribeiro (2012), existem testemunhas que fingem se divertir com a violência sofrida por parte de seus colegas como uma forma de defesa, para que elas próprias não sejam alvo de futuras agressões, tentando garantir a simpatia dos agressores. Contudo, a presença das testemunhas acaba por fortificar a ação destes agressores, pois “seja pelo riso ou pelo medo, terminam contribuindo para que os autores se sintam mais confiantes e com mais poderes” (DORNELLES; SAYAGO; RIBEIRO, 2012, p. 30).

O bullying começou a ser estudado na Noruega, pelo pesquisador Dan Olweus. Seu trabalho passou a receber atenção quando em 1982 (MARAFON; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014) foi divulgado pela mídia daquele país o caso em que três adolescentes, com idades entre dez e quatorze anos haviam se suicidado, possivelmente motivados pela forte perseguição e humilhações que sofriam por parte de seus colegas.

Posteriormente, um estudo realizado por Olweus em todos os níveis educacionais constatou que “um em cada sete alunos encontrava-se envolvido em casos de bullying, tanto no papel de vítima como no de agressor” (SILVA, 2010, p. 112).

A sociedade civil, então, sensibilizada com os resultados da pesquisa, diante da gravidade do ocorrido, tanto pelo suicídio dos jovens, como pelo alto índice de envolvidos como vítimas e agressores identificados na pesquisa de Olweus, passou a prestar mais atenção ao fenômeno. O Ministério da Educação Norueguês iniciou uma campanha a nível nacional

para abordar esta temática junto às escolas e tal atitude proporcionou uma diminuição de “50% dos casos dessa prática escolar” (SILVA, 2010, p. 112). Este pesquisador pioneiro no estudo deste tema ressaltou que o bullying está presente em outros países da Europa, Ásia e América. Ainda, “pode-se afirmar que o (fenômeno bullying) está presente (...) em 100% das escolas em todo o mundo, públicas ou particulares” (SILVA, 2010, p. 117).

Entre as formas de agressões perpetuadas pelos agressores, Pigozi e Machado (2015) caracterizam dois tipos, o direto e o indireto. No primeiro tipo, encontram-se as agressões físicas e verbais, tais como bater, empurrar, assediar sexualmente, destruir os pertences e materiais da vítima, roubar¹, fazer uso de xingamentos e colocar apelidos ofensivos e pejorativos. No segundo tipo encontram-se as atitudes de excluir, afastar e rechaçar deliberadamente, além de espalhar fofocas e boatos.

O fenômeno emerge de ações discriminatórias e práticas frequentes de violência no cotidiano escolar, tratando-se de um tipo de exclusão social capaz de oprimir, intimidar e machucar aos poucos, sem nunca ser declarada de fato. A origem pode estar num apelido de mau gosto, em ameaças de agressão ou simplesmente em atitudes de desprezo, nas quais a escola, considerada um importante agente socializador para os alunos, pode vir a tornar-se um campo inimigo para os mesmos, e levá-los a serem ridicularizados pelo grupo e, conseqüentemente, torná-los mais frágeis. (GUARESCHI; SILVA, 2008, p. 17)

Pigozi e Machado (2015) também argumentam sobre outra forma de bullying reproduzida por meio de mídias virtuais, nas redes sociais, onde as vítimas permanecem sendo perseguidas nestes espaços, sendo tal agressão denominada cyberbullying. O fator crítico desta outra forma de bullying, a qual se utiliza de redes sociais por meio de computadores e celulares, é o fato de que “os ataques [...] extrapolam, em muito, os muros da escola” (SILVA, 2010, p. 126), tendo em vista que a vítima fica sujeitada a humilhações em nível internacional, por meio da rede mundial de computadores, sendo exposta a qualquer um que tenha acesso à internet.

Outro fator agravante desta forma de bullying é que os agressores ganham uma “blindagem” poderosa, em razão da garantia de anonimato que eles adquirem ao se utilizar de perfis falsos para perpetuar o assédio (SILVA, 2010).

¹ Lisboa, Wendt e Pureza (2014) chamam a atenção para o fato de que os agressores, ao roubarem os materiais ou quaisquer outros pertences de suas vítimas, não o fazem com o objetivo de sanar alguma necessidade ou carência, mas o fazem para manter a autoridade e o domínio da vítima. Esta distinção, segundo as autoras, é importante para diferenciar o roubo motivado pelo bullying “de outros casos de delinquência juvenil” (2014, p. 35).

Os praticantes de cyberbullying se utilizam de todas as possibilidades que os recursos da moderna tecnologia lhes oferecem... Valendo-se do anonimato, os bullies virtuais inventam mentiras, espalham rumores, boatos depreciativos e insultos sobre outros estudantes, os familiares destes e até mesmo professores e outros profissionais da escola. Todos podem se tornar alvos de um bombardeio maciço de ofensas, que se multiplicam e se intensificam de forma veloz e instantânea, quando disparadas via celular... e internet” (SILVA, 2010, p. 127).

Um dos casos mundialmente conhecidos de cyberbullying, conforme relata Mercatelli (2015), ocorreu no Canadá em 2004, quando um garoto acabou esquecendo um CD no laboratório da escola que continha uma filmagem sua, ensaiando para uma peça, no qual interpretava um vilão de um filme. Dois colegas, ao se apossarem da gravação, divulgaram-na em um site de vídeos, onde teve milhares de visualizações.

O rapaz, vítima deste ataque, passados dez anos relatou que conseguiu superar o abalo de ter sido exposto a nível global, conseguindo, inclusive, se formar na faculdade de Direito, mas declarou que à época do fato teve que conviver com comentários depreciativos e sugestões de pessoas da internet que lhe diziam que se matasse. Este rapaz perdeu seus amigos, mudou-se de colégio, e ficou internado em um hospital psiquiátrico, revelando que muitas vezes pensou em cometer suicídio.

Devido aos impactos que o bullying traz para todos os envolvidos neste fenômeno, é que podemos considerá-lo:

como um problema mundial e de saúde pública devido às graves consequências que implica e aos índices crescentes de incidência que se apresentam dentro e fora das escolas. É um fenômeno que vem causando desconforto e sofrimento importante na vida de muitas famílias, sendo cada vez mais investigado. O bullying pode se iniciar em idade pré-escolar e, muitas vezes, de forma silenciosa, num meio em que a violência é banalizada. (ALMEIDA; LISBOA; BRUM, 2012, p. 298)

Dornelles, Sayago e Ribeiro lembram que recentemente vem ocorrendo o chamado “ataque conjunto” (2012, p. 27), um tipo de violência em que o agressor, com a ajuda de um ou mais parceiros filma os ataques contra as vítimas para, em seguida, lançar as filmagens da agressão na internet. Pontuam, ainda, que raramente as vítimas sofrem apenas um tipo de agressão, sendo comum o uso pelos agressores de um “combo” de diferentes tipos de ataques para hostilizar seus colegas.

Pereira (2002) considera a realidade destes alunos vítimas das mais variadas formas de violência como um “drama”, tendo em vista que os agressores escolhem vítimas aos quais sabem ser mais fáceis amedrontar e que dificilmente os denunciarão. Além disso, o bullying, para ser caracterizado como tal, deve ocorrer por um prolongado período de tempo, logo, as vítimas recebem um tratamento vexatório sem ter como se defender ou sem se sentir seguras para pedir ajuda. É uma agressão injusta, tendo em vista que não há razões que justifiquem a violência disseminada e disparada por parte do agressor contra a vítima, sendo que “O “bullying” parte, pois, de uma vontade consistente e desejo de magoar ou amedrontar alguém, quer física, verbal ou psicologicamente” (PEREIRA, 2002, p. 17).

Algumas vítimas, amedrontadas durante a hora do recreio, por exemplo, na tentativa de se sentirem livres e longe dos olhares dos agressores, buscam espaços mais isolados, em uma tentativa de fugirem da violência ao qual são submetidas. Contudo, tal atitude acaba por surtir um efeito oposto, já que justamente por estarem afastadas e longe de qualquer testemunha, os agressores se aproveitam para intensificar os ataques: “Estas agressões são com frequência mais graves [...] O objetivo é amedrontar a vítima para garantir que estas não contem a ninguém” (PEREIRA, 2002, p. 8).

O fato de uma criança ou adolescente não querer mais frequentar a escola, ou apresentar motivos como estar doente para não ir ao colégio, bem como repetidamente pedir para estudar em outro local, podem ser sinais de que está sendo vítima de bullying, visto que “a ida a escola representa experiências de sofrimento e o perigo iminente” (LISBOA; WENDT; PUREZA, 2014, p. 32).

Neste contexto de violências diárias e continuadas, de ir para um ambiente em que o estudante sabe que sofrerá agressões e que a escola nada irá fazer para findar esta violência, compreende-se o drama sentido pelas vítimas, pois como diz Alves: “a cada novo dia, ao se preparar para a escola, a vítima sabe o que a aguarda” (2005, p. 54).

Pereira (2002) esclarece ainda que é necessário a existência de algumas condições para que de fato as violências sofridas pelas vítimas sejam efetivamente caracterizadas como bullying. Para esta autora, um primeiro indício da diferença do bullying para outra forma de violência é a sua intencionalidade, ou seja, a vontade que o agressor possui de causar um dano físico, moral, psicológico, e/ou patrimonial contra a vítima, sendo as atitudes continuadas ao longo do tempo. É diferente de outra forma de agressão, por exemplo, quando um estudante bate em outro devido a alguma desavença ou desentendimento. Já no bullying estas agressões

permanecem por períodos prolongados, sempre com desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima.

As agressões perpetuadas pelos agressores não surgem como uma resposta a uma provocação (ou algo que possa ser interpretado como tal) por parte da vítima, elas se constituem em uma violência gratuita que o agressor comete sem um motivo válido para os ataques: “Uma das principais características dos ataques dos bullies é sua proatividade, ou seja, a violência perpetrada não decorre exclusivamente de agressões sofridas. O ataque não surge, por exemplo, a partir de uma discussão ou briga de um ou mais alunos” (LISBOA; WENDT; PUREZA, 2014, p. 18). Por fim: “os agressores são mais fortes (fisicamente), recorrem ao uso de arma branca, ou tem um perfil violento e ameaçador. As vítimas frequentemente não estão em posição de se defenderem ou de procurar auxílio” (PEREIRA, 2002, p. 18).

Justamente pela falsa ideia de que tais atitudes nada mais são do que “brincadeiras”, algo da “fase escolar”, algo que “não dá nada, todas as pessoas passam por isso” (LISBOA; WENDT; PUREZA, 2014, p. 18) é que Simmons (2004) relata que os agressores se utilizam dessa desculpa como um eufemismo para justificar estas formas de violência, bem como escapar de serem repreendidos por professores e demais profissionais dentro da escola:

A brincadeira envolve a praticante numa membrana de proteção, enquanto ela golpeia a vítima. Uma aluna da sexta série descreveu uma colega de turma que sabia muito bem se safar de suas implicações: - Ela falava alguma coisa, a professora olhava meio feio e ela dizia, “É brincadeira”. Raramente a menina visada discorda. O medo de ser chamada de hipersensível – Não sabe brincar? – É enorme. (SIMMONS, 2004, p. 96).

Mesmo os professores, ao saberem ou tomarem conhecimento das agressões que caracterizam o bullying, tendem a minimizar a importância da situação, acreditando que tais circunstâncias são típicas da infância, ou que tais atos são inofensivos (REIS, 2012, p. 226).

Dornelles, Sayago e Ribeiro ressaltam que as brincadeiras, quando tem por finalidade “gerar divertimento e interação” (2012, p. 25) são saudáveis e necessárias para que as crianças se preparem para lidar com “as situações da vida” (2012, p. 25). Assinalam, contudo, que assim que estas “brincadeiras” começam a receber um tom de perseguição e humilhação, tornam-se ações violentas perpetradas por uns contra outros, violando:

o direito à integridade física e psicológica e à dignidade humana e quando são atos repetitivos, intencionais e deliberados, com o intuito de intimidar e causar sofrimento caracterizam o bullying.... Quando essas brincadeiras

excedem o limite e passam a ter o objetivo de ferir ou prejudicar e passam a ter um impacto negativo, no entanto, elas estão caracterizando uma situação de bullying (DORNELLES; SAYAGO; RIBEIRO, 2012, p. 25).

Ressalta-se que é simples compreender e diferenciar uma brincadeira de uma agressão disfarçada de uma forma de lazer e diversão: “em uma brincadeira todos estão se divertindo; quando há sofrimento não há brincadeira” (LISBOA; WENDT; PUREZA, 2014, p. 16).

Somando-se ao entendimento de que esta violência é uma brincadeira “normal” entre os pares dentro do ambiente escolar, está o que Fante (2005, p. 69) diz sobre a “lei do silêncio”, que envolve os atores envolvidos por este fenômeno. As vítimas, com medo de denunciarem seus agressores, seja por “conformismo, seja por vergonha de se expor aos colegas”, preferem ocultar estas situações pelas quais passam, temendo que os agressores intensifiquem os ataques.

Fante (2005) ainda pontua que mesmo quando as agressões são de conhecimento dos demais colegas, (aqueles que não sofrem nem praticam bullying), estes preferem igualmente se calar, sentindo-se “coagidos à omissão, à conivência e à cumplicidade por não quererem se envolver”, e acabarem por se tornar integrantes do “time das vítimas” (2005, p. 70). O autor ainda questiona: “expor-se à possibilidade de jogar nesse time é algo muito cruel. E depois, quem os ajudaria?” (FANTE, 2005, p. 70).

Assim, muitas vítimas, ao preferirem silenciar os ataques sofridos, alimentam a ilusória esperança de que, eventualmente, seus agressores as deixarão em paz. Todavia, estes não “costumam modificar seu comportamento sem uma intervenção permanente” (DORNELLES; SAYAGO; RIBEIRO, 2012, p. 29).

Como características, as vítimas tendem a ser mais tímidas, apresentam dificuldades de interagir com os colegas, são mais inseguras e não apresentam reação quando são submetidas às agressões que caracterizam o bullying. Por outro lado, os agressores são tidos como populares na escola, considerados líderes e tem por hábito provocar os demais colegas (PIGOZI; MACHADO, 2015).

Rosa e Silva (2013) acrescentam que os agressores têm por características se divertirem ao ridicularizarem e provocar sofrimento às vítimas, não demonstrando qualquer empatia². Outra questão concernente aos agressores é o fato destes se utilizarem da violência

² Empatia aqui entendido como a capacidade de se “colocar no lugar do outro” (LISBOA; WENDT; PUREZA, 2014, p. 34). Estas autoras complementam que os agressores necessitam mostrar aos demais que são eles “que mandam no pedaço” (2014, p. 35).

contra seus colegas como forma de adquirir *status*, reconhecimento e domínio sobre os demais colegas (DORNELLES; SAYAGO; RIBEIRO, 2012).

Neufeld e Dobrochinski (2012) vão além, descrevendo os agressores como não tendo apenas uma representação, ou seja, enquanto alguns podem se fazer da violência para se sentirem notados, outros se utilizam do poder de persuasão e manipulação dos pares para conseguirem o que querem.

Os autores de bullying estabelecem os padrões de uso de poder e agressividade no relacionamento com seus pares. Crianças e jovens adquirem poder de várias maneiras: a vantagem do tamanho, idade, força, inteligência, status social (como exemplos, ser mais popular ou socialmente mais dominante), conhecimento da vulnerabilidade do outro (por exemplo, obesidade, problemas de aprendizagem, problemas familiares, deficiência), racismo e homofobia. (NEUFELD; DOBROCHINSKI, 2012, p. 234)

Destaca-se que recentemente o bullying tem ganhado maior destaque na mídia, principalmente em decorrência de alguns casos que alcançaram grande repercussão nos noticiários nacionais e internacionais, que denunciaram as graves consequências que o bullying traz para a vida dos sujeitos envolvidos.

Pigozi e Machado (2015) relembram o incidente ocorrido em 2011, conhecido como o Massacre de Realengo, que se sucedeu no estado do Rio de Janeiro, quando um ex-aluno retornou à sua escola e matou doze crianças com uma arma de fogo. Posteriormente, descobriu-se que aquele rapaz havia sido vítima de bullying naquela mesma escola e que tal atitude teria sido uma forma de se vingar.

Internacionalmente, há outros relatos de situações semelhantes, motivados como consequência do bullying pelo qual os alunos sofriam, conforme constatado por Fante:

Em 1997, na cidade de West Paducah, Kentucky, um adolescente de 14 anos matou a tiros três companheiros de escola, após a oração matinal, deixando mais cinco feridos. Em 1998, em Jonesboro, Arkansas, dois estudantes, de 11 e 13 anos, atiraram contra sua escola, matando quatro meninos e uma professora. Também em 1998, em Springfield, Oregon, um adolescente de 17 anos matou a tiros dois colegas e feriu mais vinte. Em 1999, dois adolescentes, de 17 e 18 anos, provocaram a tragédia de Columbine, em Littleton, Colorado. Com explosivos e armas de fogo, assassinaram doze companheiros, um professor e deixaram dezenas de feridos. Em seguida suicidaram-se... Outros massacres ainda foram praticados na década de 1990, na Escócia, no Japão e em vários países africanos. (FANTE, 2005, pp. 21-22)

Sobre o ponto, Silva (2010, p. 76) lembra que em 2007 ocorreu “um dos piores ataques da história moderna americana a uma instituição de ensino”, quando um aluno descendente de coreanos chamado Cho Seung-Hui entrou em uma instituição universitária e matou trinta pessoas, acabando por se suicidar posteriormente. Após esta tragédia, veio ao conhecimento do público que o agressor era vítima de bullying, sofrendo discriminações e humilhações constantes, argumentando Silva que “a explicação para uma tragédia dessa monta pode estar no bullying sofrido por tempo considerável” (2010, p. 77).

Por último, a posse de armas dentro da escola acaba desencadeando uma série de tragédias como já anteriormente mencionadas e amplamente divulgadas pela mídia, onde alunos vítimas de bullying ao atirar “aleatoriamente, sem um alvo específico, e suicidarem-se dentro do ambiente escolar, leva-nos a interpretar que a vontade é a de matar a escola por não ter percebido o seu sofrimento e tomado medidas para resolver o problema” (GUARESCHI; SILVA, 2008, p. 73).

Importante destacar que cerca de dois terços dos alunos envolvidos neste tipo de ação (de entrarem armados e dispararem contra outras pessoas que se encontravam dentro do ambiente escolar), foram vítimas de bullying (NETO, 2005). Este *modus operandi*, no qual estes sujeitos disparam armas de fogo sem um alvo específico, atingindo qualquer um que estiver em seu caminho, revela um forte desejo de “matar a escola” (NETO, 2005), uma vez que foi nesta instituição que estas pessoas foram reiteradamente humilhadas, sem nunca terem recebido qualquer amparo, mesmo sendo do conhecimento de todos que eram omissos em prestar qualquer socorro (NETO, 2005).

Entre outras consequências que podem ser desencadeadas nas vítimas de bullying, além do homicídio e suicídio dos jovens envolvidos, estão os problemas somáticos e psicológicos:

[...] dificuldades nas relações sociais, altos níveis de ansiedade e depressão, ideação suicida, distúrbios alimentares e de sono, falta de apetite, dores de cabeça, dores abdominais e enurese... o que mais chama atenção é que alguns desses sintomas estão associados às consequências sofridas por crianças que experienciaram algum tipo de abuso, o que nos permite colocar que as práticas de bullying possuem características de experiências abusivas infantis. (DORNELLES; SCHÄFER; FÜHR, 2012, p. 116).

Além das sequelas já citadas em nível individual para as vítimas, consequências estas que podem agravar “uma série de patologias e sintomas psicológicos³” (DORNELLES; SCHÄFER; FÜHR, 2012, p. 117). Estes mesmos autores citam as consequências sociais para este grupo e para os agressores futuramente, tais como o gasto financeiro e com recursos humanos onerosos para o Estado, destacando-se “a depredação de monumentos e prédios e o aumento da criminalidade e na violência, além de diversas questões de saúde pública” (DORNELLES; SCHÄFER; FÜHR, 2012, p. 118).

Um estudo realizado na Finlândia em 1981 mostrou uma enorme relação entre agressores de bullying na época da escola e atitudes violentas e criminosas na idade adulta (DORNELLES; SCHÄFER; FÜHR, 2012).

Os impactos do bullying vão para muito além dos sujeitos diretamente envolvidos, acabando por afetar o ambiente escolar como um todo. Em escolas em que as práticas de bullying são presentes, há grandes índices de evasão escolar, não apenas dos alvos das agressões, como também das testemunhas que, com medo de se tornarem as próximas vítimas, acabam evadindo (GUARESCHI; SILVA, 2008).

Entretanto, simplesmente trocar de escola não resolve o problema, uma vez que vítimas e testemunhas levarão para outros locais de ensino a bagagem e a apreensão do fenômeno bullying que marcou suas vidas, da mesma forma que o agressor buscará novas vítimas para repor aquela que se foi (GUARESCHI; SILVA, 2008).

Outro exemplo de como o bullying afeta o ambiente diz respeito ao impacto que o mesmo causa no dia a dia dos professores, uma vez que:

Os alunos que praticam o bullying não internalizam as questões de ética e respeito ao outro e, desse modo, não respeitam seus iguais, nem as autoridades, provocando assim um desgaste na relação professor-aluno. Com o passar do tempo o professor pode queixar-se de estresse e/ou Síndrome de Burnout⁴... que incapacita o profissional de exercer suas atividades laborais. (GUARESCHI; SILVA, 2008, p. 68)

³Lisboa, Wendt e Pureza. (2014) destacam possíveis transtornos mentais que podem ser desenvolvidos em vítimas e agressores de bullying. Vítimas podem desenvolver transtorno depressivo maior, ansiedade social, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de pânico, agorafobia, transtorno-obsessivo-compulsivo. Já os agressores podem desenvolver: transtorno desafiador opositivo, transtorno de conduta, abuso/dependência de substâncias. As autoras ressaltam que tais transtornos são possíveis de serem desenvolvidos, mas não obrigatórios, isto é, a possibilidade de que os atores envolvidos no fenômeno bullying nunca venham a desenvolver quaisquer psicopatologias “existe e nunca pode ser descartada”, devendo-se levar em conta “os aspectos idiossincráticos de cada sujeito” (2014, p. 69).

⁴“[...] um tipo de estresse de caráter persistente vinculado a situações de trabalho, resultante da constante e repetitiva pressão emocional associada com intenso envolvimento com pessoas por longos períodos de tempo” (CARLOTTO, 2002, p. 21)

Como possíveis razões que motivam os agressores a iniciar uma jornada de perseguições e humilhações contra outros colegas, alguns estudiosos, como Neto (2005), Dornelles, Sayago e Ribeiro (2012), avaliam que a influência do ambiente familiar pode ter relação direta com esta conduta, uma vez que quando os filhos, expostos a situações de violência, explosões emocionais, maus tratos, discriminação, preconceito e excessiva permissividade por parte dos pais, acabam por absorver este tipo de “ensinamento”⁵, aprendendo “essa estratégia de ação e, com isso, passam a reproduzi-la” (DORNELLES; SAYAGO; RIBEIRO, 2012, p. 33).

Para além da análise do indivíduo e suas famílias, que é bastante pertinente, não se pretendendo menosprezar estas questões, Guareschi e Silva (2008) fazem uma reflexão sobre o fenômeno, ressaltando as questões culturais que afetam diretamente nesta realidade:

A cultura influencia todas as cosmovisões das pessoas que nelas estão inseridas, visto que lhes são introjetados conceitos do que é ou não aceitável em contextos específicos. Ela também influencia nossas opções, limitando as percepções por facilitá-las, ou impossibilitá-las, pois geralmente estas opções se enquadram os discursos sociais de determinada cultura. (GUARESCHI; SILVA, 2008, p.18)

Neste sentido, a exigência de seguir determinada cultura tende a ter impactos diretos na vida dos sujeitos. Como exemplo, Guareschi e Silva (2008) citam a questão da anorexia, um assunto que envolve a saúde e que está presente principalmente na cultura ocidental, que vangloria e reivindica a magreza como única forma aceita de beleza. Trazendo o debate para o campo do fenômeno bullying, estes autores destacam como “algumas crenças e cosmovisões [...] podem ser incentivadoras de bullying e da violência” (2008, p. 18), citando o individualismo, o capitalismo, o patriarcado e as diferentes formas de preconceito.

Sobre o patriarcado, destaca-se a cultura imposta aos meninos, de que estes “devem ser fortes e demonstrar tal força” devendo ser “independentes”, assim como esconder e reprimir quaisquer sentimentos, posto que “menino não chora” (GUARESCHI; SILVA, 2008, pp. 18-19). Para as meninas, esta cultura as atinge igualmente, mas diferentemente dos homens, em que se espera que sejam viris, enérgicos e exaltem sua masculinidade, espera-se delas que cresçam se vestindo e agindo como uma “*Barbie*” (DORNELLES; SAYAGO; RIBEIRO, 2012).

⁵Neto não descarta ainda fatores individuais para a prática de bullying contra outros pares, citando a impulsividade, distúrbios comportamentais, dificuldades de atenção e desempenho escolar deficiente como igualmente determinante para a execução destas agressões.

Esta cultura imposta a homens e mulheres de como devem agir e se comportar afeta diretamente nas formas em que o bullying é praticado tanto por meninos quanto por meninas. Inicialmente, um dos mitos deste fenômeno versava sobre a ideia de que apenas meninos praticavam bullying, mas as meninas não. Inúmeros estudos, porém, revelaram o grande equívoco desta alegação (SIMMONS, 2004; WENDT; CAMPOS; LISBOA, 2012; LISBOA; WENDT; PUREZA, 2014).

Se, por um lado, os meninos para se fazerem notados se utilizam de agressões explícitas como bater e gritar, em que “são identificados nos estudos como 3 a 4 vezes mais violentos fisicamente” (ALMEIDA; LISBOA; BRUM, 2012, p. 274), as meninas, para não romperem com o perfil de feminilidade e serem apontadas de não corresponder ao que se espera, agindo de forma “não-feminina”, se utilizam de agressões indiretas, fazendo o uso de fofocas, boatos, ou exclusão deliberada de outrem, privando a vítima do convívio com o grupo (SIMMONS, 2004).

Chama a atenção a aceitação de que os meninos ajam de forma violenta e que estas agressões sejam toleradas (LISBOA; WENDT; PUREZA, 2014). Por outro lado, para as mulheres: “é feio agredir física e verbalmente” (LISBOA; WENDT; PUREZA, 2014, p.18).

Assim, a utilização de formas de violência simbólica (difamação, exclusão, indiferença) por parte das meninas fornece a falsa ideia de que meninos são mais agressivos, quando na realidade existe uma maior dificuldade em identificar um tipo de violência que se utiliza de meios “mais sutis”, mas igualmente prejudiciais (NETO, 2005). Simmons, especialista no bullying feminino, esclarece e exemplifica como se efetiva na prática:

A agressão indireta permite evitar o confronto com o alvo. É um comportamento dissimulado que faz parecer que não houve intenção de magoar. Uma das maneiras de tornar isso possível é usar os outros como veículos para fazer a pessoa visada sofrer, espalhando um boato, por exemplo. A agressão social tem a intenção de danificar a autoestima ou o status social dentro de um grupo. Ela inclui algumas agressões indiretas como boatos ou exclusão social... algumas agressões alternativas são invisíveis aos olhos dos adultos. Para se esquivarem da desaprovação social, as meninas se escondem sob uma fachada de doçura para se magoarem mutuamente em segredo. Elas passam olhares dissimulados e bilhetes, manipulam silenciosamente o tempo todo, encurralam-se nos corredores, dão as costas, cochicham e sorriem. Esses atos, cuja intenção é evitar serem desmascaradas e punidas, são epidêmicos em ambientes de classe média, em que as regras de feminilidade são mais rígidas. (SIMMONS, 2004, p. 33)

Retomando o pensamento de Guareschi e Silva (2008), os mesmos citam o capitalismo como um dos fatores estimuladores da prática de bullying no ambiente escolar, uma vez que é

neste sistema que as práticas de rivalidade e competição são mais acirradas, “segregando as pessoas em dois grupos: as que têm sucesso e as perdedoras. Esta crença cria hierarquias e relaciona o sucesso com bens materiais e avaliação de desempenhos” (2008, p. 19).

Problematizando a questão do sistema capitalista e comparando-o com o fenômeno bullying, primeiramente é possível notar que no primeiro as relações que o permeiam são marcadamente de dominação, onde alguns poucos são donos dos meios de produção, enquanto a grande maioria é forçada a vender sua força de trabalho para sobreviver, em uma relação marcada pela exploração de uma classe sobre a outra (GUARESCHI; SILVA, 2008).

Todavia, esse *ethos* não para por aí, na área econômica-industrial, mas sim, afeta todas as pessoas “no trabalho, na escola, na educação” (GUARESCHI; SILVA, 2008, p.20) por acirrar a competição.

Dessa forma, alicerçada sobre um viés que postula o individualismo, em que os indivíduos acreditam que nada tem a ver uns com os outros, a relação que se faz presente é a da rivalidade, pois para o sistema, não haveria progresso sem a competição (GUARESCHI; SILVA, 2008).

Para deixar bem clara essa questão, é interessante ver como é feita, na maioria das escolas, principalmente nos Estados Unidos, a avaliação dos alunos. Digamos que a possibilidade de alguém errar, ou acertar, se desse numa escala de zero a 100 pontos: zero quando errasse tudo, 100 quando acertasse tudo. E suponhamos que, em determinada avaliação, os alunos tivessem estudado muito e todos tivessem tirado 90 pontos ou mais. Vocês acham que a nota seria 90, ou 91, 97 etc.? Absolutamente não! Vejam como se faz: tomam-se todos os resultados individuais dos alunos e eles são jogados na famosa curva de Gauss, a curva da probabilidade. O pressuposto de tal procedimento é que, numa distribuição normal aleatória, a maior parte dos dados vai se concentrar na média, que no nosso caso seria 95. A medida que nos aproximamos dos extremos (90 ou 100), os fenômenos vão diminuindo, ficando mais raros. Como fica então o critério para avaliar? Esse intervalo de 10 pontos, de 90 a 100, passa a substituir o original, que era de 0 a 100: 100 fica 100, 90 fica zero e 95 fica como se fosse 50. E daí? Os que estão próximos de 90 são reprovados; os próximos de 100 são os excelentes; e os próximos a 95 ficam na média. Qual a consequência? Sejam quais forem os resultados, *sempre haverá reprovados e excelentes*. E por que isso? Justamente para que através dessa discriminação entre ótimos e péssimos, possa ser instituída uma competição, pois “sem competição não há progresso”. Desse modo, os excelentes, perto de 100, vão *matar-se* para continuar na ponta; os próximos a 90, candidatos a reprovação, vão fazer de tudo para escaparem da zona de exclusão, e os que estão na média vão lutar para poder subir e serem vencedores. Através dessa competição criada artificialmente, consegue-se, supostamente, o tão almejado progresso. (GUARESCHI; SILVA, 2008, p. 31)

Assim, pela lógica do sistema, as pessoas vão sendo postas umas contra as outras, em um *ad infinitum* de concorrência e luta para não se sentirem inferiorizadas e se manterem sempre em um patamar mais avançado. Como referem Guareschi e Silva (2008, p.32), não querendo “absolutizar, não é difícil, contudo, entrever que essas exigências de sucesso e de *dar conta e ser um vencedor*, permeiam muitas das histórias de massacres e mortes dessas sociedades capitalistas ferozes, como é a dos Estados Unidos”.

Lembra-se, também, que a todo instante se é exigido que a pessoa seja uma campeã e vitoriosa naquilo que se faz, o que contraria a própria lógica do sistema, pois no capitalismo, que produz exclusão e rejeição de muitos, nem todos conseguirão manter-se ou chegar, ao topo.

Ainda, como lembra Neto (2005), uma vítima ser diminuída e desvalorizada em frente aos colegas, poderia afligir a imagem de si mesma, em um mundo em que ninguém gostaria de fazer parte dos “perdedores” e daqueles com quem se é feito chacota. Ou ainda, como já citado anteriormente, ninguém quer entrar para o time das vítimas, pois as pessoas sabem que na hierarquia da escola, elas estão na base da pirâmide.

2.2 Homofobia: o ódio contra homossexuais

No documentário “Olhos azuis (*Blue eyed*)”, de 1996, a ativista americana de Direitos Humanos Jane Elliott conduz uma experiência interessante que faz com que pessoas brancas de olhos claros sejam discriminadas unicamente em razão da cor de seus olhos.

Estas pessoas são postas sentadas no chão, enquanto que pessoas negras e brancas de olhos castanhos ficam sentadas em cadeiras ao seu redor. O experimento consiste em fazer com que os brancos, durante cerca de duas horas, passem por situações de discriminação e preconceito iguais ou semelhantes a que os negros têm que enfrentar diariamente.

Em determinado momento da película, Jane Elliott questiona diante de uma plateia se alguém ali gostaria de receber o mesmo tratamento que os negros recebem da sociedade. Adaptando a pergunta da ativista, questiona-se: será que alguém gostaria de receber o mesmo tratamento que recebem homossexuais e transexuais na sociedade?

Muitas pessoas ao serem confrontadas com este questionamento, provavelmente responderão que não. Talvez por saberem que em nossa sociedade é comum as pessoas se referirem a homossexuais e transexuais de forma pejorativa, com expressões como: bixa, viado, boiola, Maria Macho, entre outras (ABRAMOVAY, 2009). Talvez também respondam

que não gostariam de receber o mesmo tratamento, pois são sabedoras da forma com que as pessoas passam a tratar de forma diferenciada aqueles que não seguem a norma heterossexual, seja através dos olhares de nojo, seja através de atitudes hostis, seja evitando o contato com tais pessoas que assim sejam identificadas como pertencentes a um grupo social historicamente perseguido e marginalizado (BORRILLO, 2010).

Além disso, não é raro ocorrerem agressões verbais, físicas, distanciamento dos amigos após a pessoa assumir ser homossexual, bullying escolar, assédio moral sofrido no trabalho, assédio sofrido na rua e até mesmo, o homicídio em função de o indivíduo simpatizar com alguém do mesmo sexo ou não seguir os padrões de gênero socialmente impostos, situações estas que serão mais bem exploradas no decorrer deste estudo.

Muitas vezes, por um equívoco ou pelo uso corriqueiro e banalizado das palavras, discriminação e preconceito acabam sendo entendidos como se fossem sinônimos, quando na realidade não são.

Conforme salientam Moura e Lopes (2011), os diferentes preconceitos se fundamentariam a partir das ideias, das concepções e prejulgamentos que temos diante de determinadas pessoas ou circunstâncias, embasados no desconhecimento real das situações: como fica no campo das ideias e pensamentos, ele não é expressado. “Entende-se que o preconceito é impulsionado pela tentativa de fazer com que determinado grupo seja inferiorizado ou marginalizado por ter certa característica que não pode ser mudada”. (MOURA; LOPES, 2014, p. 6).

O preconceito, conforme salienta Vecchiatti (2011), também não pode ser compreendido como mera ideia que a pessoa já tenha formulada sobre algo ou alguém, mas sim uma compreensão e convicção arbitrária e errada que se tenha sobre determinada pessoa ou coisa. Por outro lado, quando estas convicções assumem uma materialidade manifestada por meio de ações e comportamentos, se configura numa discriminação de fato, quando aquele pensamento tomou forma para atingir determinada pessoa ou coletivo, ou seja, “[...] a discriminação é a exteriorização do preconceito” (VECCHIATTI, 2011, p. 744).

É marcada quando alguma característica “irrelevante”⁶ dos sujeitos, como sua raça, etnia, gênero, religião, identidade de gênero, classe, orientação sexual ou outros, serve como uma justificativa para barrar ou prejudicar o acesso a “oportunidades econômicas, sociais ou políticas” (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

⁶Ao utilizar este termo, Guimarães (2004) está afirmando o quanto essas características das pessoas se tornam sem sentido, ao não comprovarem, ou terem uma ligação direta, entre as reais competências e habilidades que elas de fato possuem, mas sim, o quanto ainda são utilizadas para reforçar um prejulgamento de que estes sujeitos não podem, não conseguem, ou não deveriam estar inseridos em determinados espaços.

Guimarães (2004) ainda teoriza sobre a expressão “discriminação estatística”, que acarreta nas origens das mais variadas formas de discriminação. Segundo o autor, esta violência não teria origem apenas contra um indivíduo pelas suas características peculiares que o diferem de uma norma, mas sim por um julgamento que se faz ao grupo o qual estes sujeitos pertencem, isto é, não se configura como uma discriminação a nível subjetivo ou individual apenas, mas atinge diretamente toda uma coletividade que são impactadas por ações discriminatórias.

Um bom exemplo, trazido por Guimarães (2004), é que em um processo de seleção a uma vaga de emprego, um negro, uma mulher e um homossexual, ao serem prejudicados e socialmente considerados, ora mais instáveis, ora mais desidiosos, ora promíscuos, terão suas capacidades profissionais questionadas, mesmo que sejam (ou venham a se tornar) profissionais exemplares.

Desta forma, o entendimento do preconceito que se tem sobre os diferentes grupos e coletivos formados por mulheres, negros e LGBT, servirá de padrão, de um critério “a mais” para a seleção daquele indivíduo, quando suas chances de contratação acabam por reduzir-se pelo simples fato de pertencerem a um grupo social estigmatizado (GUIMARÃES, 2004).

Mas afinal, o que é homofobia? A homofobia é percebida como o ódio e/ ou aversão a homossexualidade ou a qualquer comportamento que seja identificado como homossexual.

Homofobia, o termo mais comumente utilizado, é derivado do grego "homos", que quer dizer "o mesmo" e "phobikos", que significa "ter medo e/ou aversão a", tendo sido utilizado pela primeira vez, oficialmente, por George Weinberg, em 1972 (Blumenfeld, 2004). O termo é usado para definir o medo e a repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Homofobia inclui preconceito, discriminação, abuso verbal e atos de violência originados por esse medo e ódio (BLUMENFELD, 2004; HEREK, 2004). (MARINHO, et al, 2004)

Junqueira (2012) vai além, dizendo que a homofobia não se restringe apenas àqueles indivíduos tidos como homossexuais, mas se faz presente para todos aqueles que não sigam um padrão hétero de ser e agir.

Relacionar a homofobia simplesmente a um conjunto de *atitudes individuais* em relação a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais implicaria em desconsiderar que as distintas formulações de matriz heterossexual, ao imporem a heterossexualidade como obrigatória, também controlam o gênero. Por isso, parece-me mais adequado entender a homofobia como um fenômeno *social* relacionado a preconceitos, discriminação e violência voltados contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem

transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade. (JUNQUEIRA, 2012, p. 5)

Borrillo (2010) também contribui para o debate do tema da homofobia, aduzindo:

Da mesma forma que a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por usar diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. *Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra natureza, vício de Sodoma* - outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Confinado no papel de marginal ou excêntrico, o homossexual é apontado pela norma social como bizarro, estranho ou extravagante. (BORRILLO, 2010, pp. 13-14)

Diante da teorização do tema explicitado pelos autores, vemos o quanto a homossexualidade é vista como um padrão condenável e não aceitável no mundo. No que Borrillo (2010 p.15) chamou de “hierarquização das sexualidades”, percebemos que a única orientação sexual vista como certa e inquestionável é a heterossexual, como se existisse uma espécie de heterossexualidade presumida e inerente a todos os indivíduos.

Abramovay (2009) realizou uma pesquisa com mais de nove mil pessoas, do corpo docente e discente de escolas públicas do Distrito Federal, onde concluiu que os alunos homossexuais ou que se pareciam com um, são os maiores alvos de preconceito dentro da escola, ultrapassando o preconceito por razões de classe social, etnia, raça ou religião.

Assim, quando os alunos foram questionados sobre “os tipos de discriminação que sabem que ocorreu na escola”, o “ser ou parecer com homossexual” figura em primeiro lugar, com 63,1% (ABRAMOVAY, 2009, p. 189). O mesmo tipo de preconceito também foi o mais observado por professores e orientadores educacionais (56,5%).

Longaray (2011), em uma pesquisa com mais de duzentos alunos de escolas de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, identificou as principais formas de agressão presentes no espaço escolar e também na família dos entrevistados. A forma de agressão mais mencionada pelos alunos é a colocação de apelidos ofensivos e pejorativos referentes à sexualidade dos estudantes, que se efetiva ao chamar os colegas de “bichinha”, “mariquinha”, “sapatão”, entre outros (Longaray, 2011, p. 261). As formas de agressões verbais foram mencionadas por 173 adolescentes dos 221 entrevistados, os quais “já presenciaram ou escutaram alguém falando mal de um homossexual” (LONGARAY, 2011, p. 261).

A pesquisa de Longaray (2011) ainda acrescenta que:

[...] cento e trinta e oito (138) adolescentes já ouviram alguém falar mal, fazer comentários negativos a respeito da identidade sexual homossexual e cento e vinte e três (123) já escutaram ou presenciaram alguma cena em que debochavam, imitavam, faziam gestos maldosos, com o intuito de ofender o/a homossexual. Além disso, noventa (90) adolescentes responderam que presenciaram alguma cena em que alguém já isolou, não deixou participar de algo, ignorou ou até mesmo deixou de falar com um/a homossexual, setenta e um (71) já presenciaram homossexuais sendo ameaçados, sessenta e três (63) presenciaram alguém atirando coisas, empurrando, agredindo fisicamente um/a homossexual e cinquenta e oito (58) já presenciaram homossexuais sendo espancados. (LONGARAY, 2011, p. 261)

Estes percentuais de incidência de homofobia, tanto na escola, como na sociedade em geral, estão sempre presentes nos resultados de outras pesquisas que abordam este tema, sendo que em uma pesquisa realizada por Fazzano (2014) com 73 universitários na cidade de Londrina no Paraná, identificou-se que “82,2% dos participantes já sofreram alguma forma de violência homofóbica ao longo da vida, sendo pouca a diferença entre o gênero masculino e o feminino, sendo xingamentos e comentários maldosos como as de maior incidência” (FAZZANO, 2014, p. 53).

Também no estudo feito pela UNESCO em 2002, intitulada de “Perfil dos professores brasileiros”, realizada com cinco mil professores de escolas públicas e particulares, apontou-se que mais da metade deles, especificamente 59,7%, acreditava ser “inadmissível” que uma pessoa tivesse relações com alguém do mesmo sexo, enquanto que 21,2% não gostaria de possuir homossexuais como vizinhos (JUNQUEIRA, 2009).

Outros dados de uma pesquisa feita também pela Unesco em várias capitais do Brasil, apontou que 12% dos professores acreditavam que a homossexualidade era tida como uma doença. Sobre esse ponto, sabe-se que a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença quando em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou esta orientação sexual do rol de doenças mentais⁷.

Anteriormente a esta data, o “homossexualismo”, era entendido como uma patologia, conforme se verifica abaixo:

[...] passou a existir na CID a partir da 6ª Revisão (1948), na Categoria 320 Personalidade Patológica, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 Desvio Sexual. Manteve-se assim a 7ª Revisão (1955), e na 8ª Revisão

⁷Em comemoração ao dia em que a homossexualidade deixou de ser considerada uma patologia, um transtorno de conduta ou desvio sexual, abandonando-se o sufixo “ismo”, que denotava e marcava esta orientação sexual como uma doença, é que no dia 17 de maio é celebrado o dia internacional de combate a homofobia.

(1965) o homossexualismo saiu da categoria "Personalidade Patológica" ficou na categoria "Desvio e Transtornos Sexuais" (código 302), sendo que a sub-categoria específica passou a 302.0 - Homossexualismo. (LAURENTI, 1984)

A realidade homofóbica também se faz presente em outros países, como nos Estados Unidos, sendo igualmente grave a realidade vivida por estudantes LGBT naquela nação que, assim como os alunos daqui, sofrem as mesmas formas de violência, perseguição, exclusão e privação de acesso a uma política educacional aberta à diversidade:

Nos EUA, segundo a Anistia Internacional, estudantes LGBT recebem em média 26 insultos por dia, 80% sofrem “grave isolamento social”, 53% ouvem comentários homofóbicos por parte de professores e da administração, 28% deixam a escola antes de obter o diploma (a evasão entre heterossexuais é de 11%), 19% são vítimas de agressão física na escola. Em 97% dos casos, não se registram intervenções por parte do corpo docente e, em 40 estados, professores/as podem ser demitidos/as por serem LGBT (JUNQUEIRA, 2009, p. 15)

Esta realidade de agressões verificadas nas variadas pesquisas e em diferentes locais do mundo, mas que igualmente são marcadas pelas humilhações constantes que estudantes que não seguem um “roteiro” heterossexual são punidos, reafirma o quanto é forte as atitudes homofóbicas presentes dentro do ambiente escolar, bem como ela é amplamente disseminada pelos estudantes (e também pelo corpo docente), sendo que “a escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT” (JUNQUEIRA, 2009, p.15).

Junqueira (2012) faz uma crítica ao modelo escolar brasileiro, que por meio de seu currículo e através “de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças” reforça a exclusão daqueles que não seguem um suposto modelo padrão de ser na sociedade. Aqueles que não se “enquadram” no modelo descrito por Junqueira, centrado no “adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal” tendem a ser discriminados e passíveis de sofrerem diferentes formas de violência por serem considerados diferentes daquilo que socialmente se atribuiu como algo “normal” ou sinônimo de exemplo.

Assim, homofobia, racismo, preconceitos em razão da sua classe social, entre outras formas de discriminação, acabam sendo perpetuadas dentro da escola e “são cotidianas e sistematicamente consentidas, cultivadas e ensinadas” (JUNQUEIRA, 2012, p. 4). Abramovay (2009) também tece um modelo ideal de ser em nossa sociedade semelhante ao

de Junqueira (2012), que tem como igual consequência a discriminação para aqueles que fogem à “norma” tida como correta.

O preconceito e a discriminação estão intimamente ligados à dificuldade de se lidar com o tido como diferente da norma. Nesse sentido, vale notar que a “norma”, na sociedade brasileira contemporânea, é personificada pelo homem branco, de classe média, heterossexual e católico. (ABRAMOVAY, 2009, p.190)

Ressalta-se que em nossa sociedade heteronormativa, qualquer atitude ou prática não heterossexual é vista como passível de rechaço social, discriminação ou qualquer outro tipo de violência, uma vez que pessoas homossexuais teriam “saído” ou se “desviado” da norma amplamente difundida que é a heterossexualidade, sendo que apenas esta orientação sexual, é aceita como a correta.

“Sendo assim, homofobia refere-se à toda e qualquer atitude “agressiva”, que demonstre ódio, repulsa, aversão, que ocasiona exclusão aos sujeitos que não condizem com o modelo heteronormativo de sexualidade ” (LONGARAY, 2011, p.259).

Natividade (2011, p. 151) aduz:

Existe um senso comum difuso na sociedade brasileira que opera com categorias psicologizantes, respaldando a noção da homossexualidade como um defeito, uma anormalidade. Nesses discursos... entende-se que a sexualidade humana teria um único curso de desenvolvimento: todas as pessoas deveriam ser heterossexuais. O suposto de que algo ‘deu errado’ revela a persistência de uma atribuição de valor negativo à homossexualidade e à diversidade sexual.

Em contrapartida, ao crescer, caso o indivíduo revele traços que sejam interpretados como não heterossexuais, a homofobia aparece como resposta a um comportamento tido como indesejável. Agressões verbais e xingamentos, além de agressões físicas, exclusão, perseguição, fofocas, agressões psicológicas e intimidações acontecem principalmente com alunos que são ou que se aparentam ser homossexuais (ABRAMOVAY, 2009).

Interessante notar que não é necessário que a pessoa seja publicamente “assumida” como alguém que tem interesse em pessoas do mesmo sexo, sendo que já é suficiente que o indivíduo demonstre trejeitos - ou o popularmente chamado “jeitinho” – para que se torne vítima de homofobia.

Abramovay corrobora a ideia trazida acima:

[...] as roupas, o jeito ou a forma de se comportar, fornecem indicadores de homossexualidade: “meu amigo sempre era chamado de gay pelo estilo dele. Aqui, se a pessoa tiver um jeito estranho para muitos essa pessoa já é gay”. Portanto, não é preciso se assumir homossexual publicamente para que a discriminação aconteça. O aparentar homossexual, ou melhor, o: a gente acha, mas eu não sei se ele é gay, em estudantes e em profissionais, já é motivo suficiente para justificar as chacotas, os insultos e as humilhações. (ABRAMOVAY, 2009, p. 193)

Fora do contexto escolar a homofobia permanece como grave problema social. Tal fenômeno que se faz presente fora dos muros da escola é um dos motivos que explicam o motivo deste preconceito ser tão forte naquele ambiente.

Em razão disso, existem algumas iniciativas da sociedade civil, oriundas principalmente dos movimentos LGBT que procuram dar visibilidade aos crimes de homofobia registrando os assassinatos de homossexuais. Infelizmente, a homofobia no Brasil não é considerada um crime, como é o racismo e o antissemitismo⁸.

Entre os grupos de defesa dos direitos desta população, encontra-se o “Grupo Gay da Bahia”, sendo que “a partir de 1980 [...] vai ter uma influência muito grande nos anos 80 e que, de certa forma, vai ajudar também a fortalecer o ativismo no Nordeste” (FACHINI, 2011, p. 185).

O GGB – Grupo Gay da Bahia – anualmente realiza um levantamento do número de homossexuais mortos no país. Segundo esta entidade, em 2011:

Foram documentados 266 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil no ano passado, 6 a mais que em 2010, um aumento 118% nos últimos seis anos (122 em 2007). Os gays lideram os “homicídios”: 162 (60%), seguidos de 98 travestis (37%) e 7 lésbicas (3%). O Brasil confirma sua posição em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções de todo mundo. Nos Estados Unidos, com 100 milhões a mais de habitantes que nosso país, foram registrados 9 assassinatos de travestis em 2011, enquanto no Brasil, foram executados 98 “trans”. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 800% maior que nos Estados Unidos. (GGB, 2012)

No ano de 2012, através de denúncias realizadas pelo Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Fazzano (2014) aponta que ocorreram 3.084 (três mil e oitenta e quatro) denúncias de violação dos Direitos Humanos referente à homofobia, revelando um aumento de 166% de denúncias em comparação com o ano anterior.

⁸Esteve em tramitação no Congresso Nacional a PLC122/2006, um projeto de lei que visava criminalizar a homofobia, que teve grande resistência por parte de setores religiosos. Esta lei acabou não sendo aprovada, justamente pela pressão fundamentalista. (REIS, 2015)

Contudo, o mesmo autor pontua que estes dados de queixas de agressões e crimes motivados pelo ódio contra LGBT podem não significar a real extensão da violência pela qual (con)vivem estas pessoas. Em sua própria pesquisa, o mesmo identificou que após sofrer alguma violência homofóbica “surpreendentemente, 98,33% dos participantes assinalaram a opção “Não fiz algo”” (FAZZANO, 2014, p. 69).

Indagados sobre as razões que levaram estas pessoas a não fazer nada em relação à homofobia que sofreram, seja por parte de pessoas desconhecidas, seja por parentes ou colegas, as mesmas responderam que achavam “normal” a ocorrência destas atitudes, ou que já estavam “acostumados” a serem agredidos. Outros ainda relataram sentir “medo” (FAZZANO, 2014).

A homofobia apresenta-se como um fenômeno tão presente ao longo da vida de LGBT que, mesmo diante de uma agressão, segundo a pesquisa deste autor (FAZZANO, 2014), acabam por internalizar esta forma de violência como algo normal. Junqueira assinala que a “omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado” (2009, p. 15) frente a esta violência faz com que muitos homossexuais e transexuais alimentem sentimentos de “internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão” (2009, p.15), o que poderia explicar os motivos que levam muitos homossexuais a aceitarem tão passivamente as agressões sofridas, muitas vezes diariamente.

A gravidade da homofobia ser internalizada pelo homossexual (crescendo em uma sociedade que lhe ensina, educa e reforça a ideia de pecado, abominação e/ou algo anormal) reside no fato de que própria pessoa vítima dos ataques homofóbicos passa “a se sentir envergonhada, culpada e até mesmo merecedora da agressão sofrida, mantendo-a imobilizada, em silêncio, entregue a seu destino de pária social” (JUNQUEIRA, 2009, p. 27).

A homofobia também se faz presente dentro do ambiente de trabalho, além da não contratação de funcionários por patrões que, ao saberem da orientação sexual dos candidatos a uma vaga de emprego em suas empresas, deixam de contratá-los.

A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2009), com a obra intitulada “Homofobia e Discriminação em razão da Orientação Sexual e da Identidade de Género nos Estados-Membros da EU”, aponta que um em cada quatro empregadores deixam de contratar funcionários ao terem conhecimento da orientação sexual não-heterossexual dos candidatos. Assim, em países como Suécia, Alemanha e Finlândia, muitos homossexuais acabavam não se assumindo com medo de represálias, através de assédio moral ou demissão de seus empregos.

Além disso, os dados do relatório anual de assassinatos de LGBT que o GGB – Grupo Gay da Bahia – divulga são coletados em notícias de jornal e internet, o que infelizmente está longe de cobrir a totalidade dos crimes motivados por homofobia.

Importante salientar que “no campo da segurança pública, os estados não têm obrigatoriedade de informar a orientação sexual, a identidade de gênero ou a possível motivação homofóbica nos boletins de ocorrência policial” (FONTES, 2014, p.44). Isso significa que um homossexual pode ser vítima de xingamentos, agressões físicas e psicológicas, que não constará nos documentos comprobatórios de violência que estes indivíduos foram vítimas de homofobia, mas sim de um caso de “injúria”, “lesão corporal” ou “homicídio”, sem especificar o principal motivo que provocou a ação violenta, ou seja, o ódio contra a orientação sexual destes sujeitos.

Sobre o assunto tratado, Fontes (2014, p. 14) argumenta:

Não nomear a violência que recai sobre os que estão fora da norma heterossexual, torná-la uma violência geral, sem nome, mantém a norma hétero invisível, e cria obstáculos à organização social e política. Nem sempre a violência que acomete as pessoas não hétero é homofobia; entretanto, o fato dela não ser entendida dessa forma, em um país homofóbico, indica um enquadramento que se recusa a olhar a precarização dessas vidas.

Além do assassinato, existem outras agressões que muitas vezes passam despercebidas pela sociedade brasileira, mas que também podem ser consideradas homofóbicas como, por exemplo, as agressões verbais, que são caracterizadas pela colocação de apelidos ofensivos ou xingamentos e as agressões psicológicas e morais, como as ameaças, difamações e fofocas, entre outras formas de agressão.

Quantos não serão os homossexuais agredidos diariamente na escola, no trabalho, na rua e em casa pela família? Agressões estas que são invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade? Segundo Longaray:

A homofobia manifesta-se de diversas maneiras e em todos os espaços, desde um “simples” deboche até uma manifestação mais agressiva, ou seja, ela não se expressa somente através da violência física por parte de pessoas que não aceitam dividir o mesmo espaço com sujeitos LGBT. (LONGARAY, 2011, p.261)

Esta citação de Longaray é bastante precisa, pois desmistifica a equivocada ideia presente no senso comum de que homofobia só se aplica em casos em que LGBT são assassinados em função de suas orientações sexuais e identidades de gênero. A homofobia não se aplica apenas nestes casos, mas também o próprio preconceito homofóbico começa a ocorrer muito cedo na vida de um homossexual, mesmo antes dele se perceber como sendo um.

Como diz Castañeda:

Os homossexuais são igualmente expostos a esses preconceitos, e isso desde a mais tenra idade (e muito antes de ter consciência de sua orientação sexual). A homofobia está em todo lugar, na cultura, tanto nas brincadeiras e fofocas como nos filmes, nos livros, etc. (CASTAÑEDA, 2007, p. 146)

Da mesma forma, algumas pessoas têm a ideia de que a agressão só é considerada homofóbica se envolver o assassinato ou agressão física. Isso pode ser compreendido a partir do momento que é analisada a mídia, formadora de opinião, uma vez que a mesma quase não fornece cobertura para casos de homofobia no Brasil.

[...] são raras as reportagens de violência contra homossexuais no país, seja sobre os homicídios, seja sobre as demais formas de violência sem vitimização fatal. Esse dado aponta para um baixo interesse pelo agendamento da discriminação homofóbica no Brasil por parte da imprensa e pela abordagem da agressão física e da morte de indivíduos isoladamente (e não como fenômeno). (FONTES, 2014, p. 29)

Assim, mesmo nos casos em que visivelmente as agressões foram motivadas pelo ódio dos agressores contra homossexuais, a imprensa apresenta clara restrição ao uso do termo “homofobia”, como se as agressões causadas tivessem origem em algum outro motivo e não pelo preconceito. Utilizam-se, pois, expressões como “briga de bar”, “suspeita de homofobia”, “grupo se diz vítima de homofobia”, o que provoca desconfiança no telespectador sobre a realidade sofrida por LGBT.

Apresentadas nas páginas policiais ou de segurança pública, as notícias (a)parecem como clichês da vida nas cidades. Ou seja, o enquadramento noticioso silencia o fato de que a homofobia é um problema social e trata o ocorrido como mais um episódio de violência urbana, independente do processo de subalternização das vidas LGBT. Os acontecimentos não são descritos como parte de um quadro de opressão e injustiça, mas apenas como um tipo irracional de violência entre indivíduos. A localização das notícias de violência nas páginas policiais e de segurança pública, assim como o estilo

da narrativa, parecem tornar os acontecimentos anedotas de violência, e não retratos de vida que tem importância, de vidas que podem e merecem ser choradas. O clichê da retórica policialesca antepõe-se a qualquer possibilidade de reflexão sobre a precariedade dessas vidas, com palavras gastas pelo uso, automáticas, superficiais, opacas... que não captam nem expressam a violência da homofobia e seu terror. (FONTES, 2014, pp.13-14)

A homofobia também se apresenta como sendo presente em outros locais que vão além da escola. Entre esses espaços encontra-se a família. Homossexuais provavelmente são os únicos dentre todas as minorias sociais que são expulsos de casa, agredidos física, moral e psicologicamente por familiares, e/ou passam a receber um tratamento diferenciado ao se assumirem gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, ou quando assumem um comportamento não esperado para seu gênero,

Como afirma Mott:

A mãe negra, o pai judeu, a família indígena, reforçam a autoestima étnica ou racial de seus filhos, estimulando a afirmação dos traços culturais diacríticos que auxiliarão vitalmente a estas crianças e adolescentes a desenvolverem sua autoestima, identidade, orgulho e afirmação, enquanto grupo étnico, racial ou religioso diferenciado. Com os jovens gays, lésbicas e transgêneros a realidade é tragicamente oposta: pais e mães repetem o refrão popular – “prefiro um filho morto do que viado” ou “antes uma filha puta do que sapatão”. Muitos são os registros de homossexuais que sofreram graves constrangimentos e violência psíquica e física dentro do próprio lar quando foram descobertos. Insultos, agressões, tratamentos compulsórios destinados à “cura” de sua orientação sexual, expulsão de casa e até casos extremos de execução. Recentemente, num bairro periférico de Salvador, um avo espancou seu neto negro até a morte quando descobriu que era gay, e um pai baiano de classe média ao ser informado que seu filho era homossexual, deu-lhe um revólver determinando: “se mate! Na nossa família nunca teve viado!” (MOTT, 2002, p.148)

Após esta breve contextualização da homofobia no Brasil e em outros países do mundo, analisando-se de que forma ela se faz presente em diferentes espaços, percebe-se que os alunos dentro da escola acabam por reproduzir diversas formas de violência.

Em razão disso, urge pesquisar os mecanismos que o ambiente escolar vem utilizando para combater esta forma de discriminação contra homossexuais, já que muitas vezes será dentro do mesmo que LGBT vivenciarão suas primeiras agressões homofóbicas, sendo justamente neste local onde ocorrem a maioria das atitudes que assim caracterizam a homofobia (FAZZANO, 2014).

2.3 Possíveis origens históricas da homofobia

Tanto Fleury e Torres (2011), quanto Reis (2015) nos fornecem importantes contribuições para compreender os índices preocupantes de homofobia presentes em nossa sociedade. Estes autores fazem um recorte histórico passando pela Grécia Antiga até a Idade Média, demonstrando as origens das perseguições contra aqueles que adotavam práticas não heterossexuais.

Destaca-se que nem sempre homossexuais foram vítimas de discriminação e rejeição por parte da sociedade, pelo contrário. Fleury e Torres (2011) argumentam que em algumas sociedades consideradas “primitivas”, estas pessoas assumiam papel de destaque ou de importância para o coletivo, adquirindo funções como conselheiros, curandeiros, entre outras. Era inclusive reconhecido que imperadores romanos como Nero e Júlio César tinham práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo (FLEURY; TORRES, 2011).

Todavia, quando o cristianismo se tornou a religião de maior influência e difusão pelo mundo, a homossexualidade passou a não só ser discriminada pela sociedade em geral, como também recebeu uma legislação específica para combatê-la (FLEURY; TORRES, 2011).

Foi a partir do governo do imperador Justiniano, em 533 d.C., quando o Império Romano já havia aderido e instaurado o cristianismo como religião oficial, que homossexuais passaram a ser perseguidos e punidos com a castração ou mortos na fogueira.

Fleury e Torres (2011) comentam que naquele período histórico, correspondente ao Império Romano, a expectativa de vida das pessoas era de vinte e cinco anos. Raramente as pessoas conseguiam chegar até os cinquenta anos – aproximadamente quatro em cada cem homens.

Ademais, em se tratando de um império vasto, que chegou a estar presente em três continentes, era necessário que houvesse um constante repovoamento a fim de que o mesmo não se extinguisse, já que não apenas as pessoas tinham uma vida muito curta, como também os desastres naturais eram uma constante ameaça. Desta forma, para manter uma média populacional desejável, “cada mulher deveria ter cinco filhos, no mínimo” (FLEURY; TORRES, 2011, p. 33).

Ainda, a Igreja, juntamente com o Império, esperava que combatendo e perseguindo as relações entre pessoas do mesmo sexo acabaria por “favorecer as relações heterossexuais e, conseqüentemente, o aumento populacional desejado” (FLEURY; TORRES, 2011, p. 33).

Justiniano (483-565 d.C.) ainda culpabilizava os homossexuais pelos desastres naturais que por ventura assolavam seu Império, sendo que, futuramente, a Igreja ainda culpou e condenou os homossexuais como responsáveis pela Peste Negra (1348-1350 d.C.) (MAFRA, 2015).

Ocorre, pois, a perseguição aos sujeitos homossexuais pelo simples fato de não reproduzirem, não possuindo algum “propósito” para o governo. Esta premissa é melhor explicada por Reis (2015) quando se estuda as doutrinas da Igreja, que muito influenciavam nas decisões dos imperadores na Roma Antiga e que vieram a controlar ou induzir as ações do Estado nos anos que se seguiram em diferentes nações.

Reis (2015) informa que os filósofos da Grécia Antiga como Platão e Aristóteles, acreditavam que os atos sexuais estavam ligados a questões consideradas “inferiores ou de ‘baixo ventre’” (2010, p. 37). Estes filósofos pregavam que o corpo era:

[...] uma fonte de paixões incontroláveis que deveriam estar subordinadas ao domínio racional. A satisfação sexual explícita era repudiada pela alma filosófica, e para poder conhecer a beleza era necessário deixar de lado o prazer da carne. (REIS, 2015, p.37)

Além disso, na tradição filosófica grega pregava-se a abstenção do prazer carnal pela ascese, ou seja, a privação de prazeres físicos com o fim de obter um maior desenvolvimento moral e espiritual. Interessante notar que esta premissa é fortemente utilizada na doutrina cristã, pois “no livro de Gênese, no Antigo Testamento – fonte em parte da filosofia cristã – a sexualidade já consta como algo a ser reprovado” (REIS, 2015, p. 38).

Com o fim da antiguidade clássica e o início do cristianismo, São Paulo, um dos primeiros doutrinadores desta religião, irá absorver parte da moral grega clássica, acreditando que a vida do homem cristão seria celibatária (REIS, 2015).

Passa-se, então, a ter uma nova ressignificação da ascese grega, transformada numa nova filosofia, agora religiosa, que prega que “a castidade seria o estado ideal” (REIS, 2015, p. 39). Novos dogmas são impostos, como a da “fornicação”, entendendo que o sexo fora do casamento era igualmente condenável.

Visto que o desejo sexual e a vontade de sentir o prazer sexual são inerentes ao ser humano, Paulo recorreu à “doutrina do justo meio de Aristóteles, oferecendo às pessoas uma forma de viver entre os extremos do celibato e da promiscuidade” (REIS, 2015, p. 39). Assim sendo, uma forma das pessoas “não pecarem”, seria se um homem e uma mulher mantivessem relações sexuais durante uma união monogâmica.

Posteriormente a São Paulo, Santo Agostinho (335-430 d.C.) manteve sua filosofia sobre a sexualidade, mas incrementou alguns dogmas: em sua visão, o sexo deveria ser praticado apenas dentro do casamento, mas agora sem buscar obter prazeres físicos, isto é, sua única finalidade seria a da procriação e manutenção da família (REIS, 2015). Logo, uma pessoa estéril, mesmo que estivesse casada numa relação heterossexual, estaria privada de relações sexuais, pois não haveria motivos que validassem tal relação, já que a geração de uma prole nunca conseguiria ser alcançada (REIS, 2015).

A influência de Santo Agostinho e suas ideias sobre sexualidade exerceram grande impacto no cristianismo e “seus ensinamentos extrapolaram sua época e se mantêm inspiradores da moral cristã até a atualidade” (REIS, 2015, p. 39). Após Agostinho, outro doutrinador que teve forte influência dentro da Igreja e que radicalizou ainda mais as ideias acerca da sexualidade foi Tomás de Aquino (1225-1274 d.C.) (REIS, 2015).

Para Aquino, qualquer outra forma de sexualidade que não fosse aquela exercida com o fim de procriar, seria vista como “‘antinatural’, e ainda, um pecado, podendo – conforme a natureza do ato – ser um pecado mortal ou venal” (REIS, 2015, p. 40). Por antinatural, a doutrina tomista elenca quatro categorias:

bestialidade: sexo com a espécie errada; sodomia (homossexualidade): sexo com a espécie certa, porém com o sexo errado; perversões heterossexuais: sexo com o sexo correto, porém nos buracos errados; masturbação: uso impróprio do órgão (o sêmen não entra em lugar algum) (SOBLE apud REIS, 2015, p. 41).

Com a radicalização dos dogmas religiosos, os quais se mantêm até os dias atuais, o prazer seria uma consequência, mas não uma finalidade em si do ato sexual (REIS, 2015). Além disso, se instaurou uma ética que aceita apenas o casamento entre um homem e uma mulher, numa relação monogâmica, “com a finalidade de procriar, com o homem dominando a mulher sexualmente e assim garantir a perpetuação da espécie” (REIS, 2015, p.41).

Mafra (2015, p. 53) ainda sustenta:

[...] a luta contra o pecado da carne e ascensão espiritual molda a relação heterossexual, ajustando o corpo e o sexo ao princípio monogâmico, como corolário da lei divina intrínseca à sociedade teocrática. A crença da qualidade natural da heterossexualidade torna-se a base da reprodução humana e povoamento do mundo na tradição judaico-cristã, e é a mesma tradição que desenvolve, de maneira inversa à naturalidade, a percepção de que as relações homossexuais são práticas nocivas aos indivíduos e à sociedade, como uma contraversão à vontade divina.

Foi na Idade Média ou Idade das Trevas que a Igreja silenciou todas as práticas sexuais que não seguissem uma premissa heteronormativa e monogâmica, com fins reprodutivos. A sexualidade em sua diversidade, incluindo a poligamia, masturbação, o sexo praticado pelo prazer e não pela procriação, a sexualidade presente em crianças, idosos, homossexuais e bissexuais foi vedada, tentando fazer crer que elas nunca existiram “no mundo real” dos indivíduos e das sociedades (MAFRA, 2015).

Naquele momento histórico, a Igreja toma para si o título de grande salvadora do mundo, argumentando que expurgaria os pecados da Terra, como uma “sentinela da verdade universal” (MAFRA, 2015, p. 56). Dizia-se que a instituição iria “purificar” os corpos e salvar aqueles considerados culpados, segundo sua doutrina, incluindo não só homossexuais (chamados na época de sodomitas), como também “todo e qualquer pecador, idólatra, herege, bruxa [...]” (MAFRA, 2015, p.59).

Dessa forma, a homossexualidade era considerada aos olhos da Igreja como uma ameaça à povoação do mundo e ao cumprimento dos desígnios de Deus de reprodução da vida. Por esta razão, ser homossexual era tido “como um crime pior que o canibalismo, o homicídio, o estupro, o roubo [...]” (MAFRA, 2015, p. 57):

[...] a Igreja aparece, geralmente por meio de seus discursos, como a instituição que conserva a expressão mais antiga do ódio e perseguição aos homossexuais. Os mais sutis controles da diversidade sexual ainda hoje emanam das mais toscas referências aos sodomitas baseados nos pensamentos da escolástica e da patrística de Tomás de Aquino e Agostinho, ambos apoiados na noção de *Ato contra Natureza* e traduções da concepção platônica tratada em *As Leis*. (MAFRA, 2015, p.57)

2.4 Transfobia: definições, conceitos e sua diferença para a homofobia

Onde estão as travestis e transexuais? Quantas transexuais estão inseridas no mercado de trabalho? Quantas estão cursando o ensino superior? Quantas ainda permanecem na escola? São pouquíssimas as pesquisas e produções científicas que abordem este tema. A maioria das informações disponíveis está vinculada pela internet, informalmente, ou sem qualquer conotação científica, mas revelam indícios de uma realidade a ser explorada.

Empiricamente, sabe-se que na cidade de Pelotas os locais mais prováveis de encontrar estes sujeitos são nas imediações das ruas Deodoro, Santa Tecla e Santos Dummond, no período da noite, se prostituindo.

Encontrar travestis durante a noite na prostituição é uma realidade que se repete em outros locais do país:

Ao longo da minha pesquisa, conheci uma travesti no calçadão de uma praia do nordeste brasileiro... a noite, ao caminhar pela orla, vi D. de 15 anos, vestindo uma saia curtinha e uma mini blusa... ao me aproximar, vi que era uma *trans* e perguntei sua idade e nome... conversamos muito. Ela relatou que havia parado de estudar porque na terceira série todos a chamavam de “veado”, ela não aguentava mais e saiu da escola. Era molestada por seus irmãos mais velhos e, quando o pai descobriu, expulsou-a de casa para se prostituir e trazer dinheiro para ajudar em casa. Chocada com a cena e com sua história, dei o contato da ONG que atuava na cidade dela e da travesti responsável pela ONG, mas através de contatos posteriores com a ONG, descobri que essa menina nunca apareceu por lá. (REIDEL, 2013, p.93).

Segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% destes sujeitos estão se prostituindo no Brasil e fora do mercado formal de trabalho. “Ainda que elas queiram arranjar um emprego com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica evidente quando elas se candidatam a uma vaga” (LAPA, 2013).

Isto comprova como estes sujeitos estão excluídos e sempre a margem da sociedade, pois denota que a exclusão vem desde a impossibilidade de ter acesso à educação em virtude da discriminação, bem como as dificuldades enfrentadas de se inserir no mercado formal de trabalho e ter acesso a seguridade social.

Na escola, duas grandes dificuldades vividas são a não aceitação do nome social, onde a identidade desses sujeitos não é reconhecida e o uso do banheiro de acordo com o gênero com o qual estas pessoas se identificam (FRANCO, 2009; JUNQUEIRA, 2012).

Segundo entendimento da então ex-procuradora da República Débora Pereira (2009), que ingressou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, é possível trocar de nome quando este é “ridículo ou vexatório” (2009, p. 13). Pereira (2009) posiciona-se de forma favorável ao uso do nome social por parte de pessoas transexuais, sendo que uma das formas que os seres humanos encontram para se comunicar uns com os outros é através dos prenomes que a nós nos são dados.

Assim, a partir do momento em que este nome passa a não ser coerente com a identidade que a pessoa assume, este se torna motivo de vexame e mal-estar, ferindo o:

direito à autodeterminação da pessoa, de afirmar livremente e sem coerção a sua identidade, como consequência dos direitos fundamentais à liberdade, à privacidade, à igualdade e à proteção da dignidade humana. Só há que se falar em dignidade da pessoa humana quando se permite que esta afirme

autonomamente as suas multifacetadas identidades, realize as suas escolhas existenciais básicas e persiga os seus próprios projetos de vida, desde que isso não implique em violação de direitos de terceiros. (PEREIRA, 2009, p. 11)

Ou seja, não chamar e dialogar com travestis e transexuais pelo nome social, nome pelo qual representa a identidade das mesmas é desrespeitar suas formas de vida, reforçando este preconceito “de modo que impor a uma pessoa a manutenção de um nome em descompasso com a sua identidade é, a um só tempo, atentatório à sua dignidade e comprometedor de sua interlocução com terceiros, nos espaços públicos e privados” (PEREIRA, 2009, p. 14).

O decreto 12, de 16 de janeiro de 2015, versa justamente sobre o uso do nome social e o reconhecimento deste em todas as instituições de ensino quando diz em seus primeiros artigos o seguinte:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado. Art. 2º Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência. (BRASIL, 2015).

Assim, o ódio, a discriminação, o preconceito de se relacionar com pessoas travestis e transexuais recebe o nome de transfobia (PERES, 2009). Exemplo típico desta forma de preconceito ocorreu na Alemanha, quando um prefeito após iniciar seu governo decidiu assumir sua nova identidade de gênero e realizar uma cirurgia de transgenitalização, causando revolta na população que se sentiu enganada e exigiu sua renúncia, alegando que o novo prefeito se tratava, agora, de outra pessoa.

Sobre o caso acima citado, Louro (2000) pontua que as pessoas convenientemente não se sentem tão indignadas quando um representante assume posturas, ao longo de seu mandato, completamente divergentes (para não dizer, questionáveis) daquelas aos quais foi eleito como, por exemplo, atitudes e ações que perpetuam a corrupção.

Entretanto, uma pessoa, ao alterar seu corpo e sua identidade de gênero é vista como uma “fraude”, como se esse sujeito tivesse induzido os demais a um erro, a um embuste. “A admissão de uma nova identidade sexual ou de uma nova identidade de gênero é considerada uma alteração que atinge a "essência" do sujeito” (LOURO, 2000, p. 7).

Trata-se de um tipo de preconceito que diverge da homofobia, pois no primeiro, as pessoas são discriminadas ou passam a receber um tratamento diferenciado em razão de suas orientações sexuais, enquanto que no segundo os indivíduos são agredidos em razão de suas identidades de gênero não seguirem a um padrão ou por romperem a uma “norma”. “Identidade de gênero está ligada à maneira de se perceber, de estar e de testar os entendimentos de masculinidade e de feminilidade” (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p.323).

Já o termo transgênero é utilizado para designar indivíduos que agem como se pertencesse ao sexo oposto, podendo ser empregado tanto às transexuais quanto às travestis (MOURA; LOPES, 2014)

“A transexualidade é caracterizada por um forte conflito entre corpo e identidade de gênero e compreende um arraigado desejo de adequar o corpo hormonal e/ou cirurgicamente àquele do gênero almejado” (VIEIRA, 2011, p. 541). Os papéis de gênero são os padrões cultural e socialmente reproduzidos e estereotipadamente considerados como masculinos ou femininos. Já a identidade de gênero seria a forma como os indivíduos se auto-percebem como homens ou mulheres (VIEIRA, 2011).

É importante destacar que antes da autorização para a cirurgia de readequação sexual, a pessoa trans passará por um exame psicológico e médico que irá verificar se o caso em tela se trata, de fato, de alguém transgênero para, então, ser autorizada a intervenção clínica. Este procedimento se faz necessário em virtude da cirurgia de transgenitalização ser considerada extremamente agressiva e irreversível, fazendo parte das etapas desta intervenção: “avaliação do diagnóstico, psicoterapia, experiência de vida real, terapia de hormônio e cirurgia” (SANCHES, 2011, p. 565).

Como a identidade de gênero e orientação sexual são coisas completamente distintas, não é regra que todos os transexuais sejam pessoas heterossexuais, podendo ter atração por pessoas do mesmo sexo ou ambos:

Na transexualidade, o indivíduo possui uma identidade de gênero diferente daquela biológica com o qual fora registrado ao nascer, enquanto o homossexual, que não possui essa inversão, tão somente sente-se atraído sexualmente por pessoas do mesmo sexo. Portanto, diferente do que se pensa, o transexual não é um homossexual, uma vez que sua preferência sexual é pelo sexo oposto àquele de sua identidade de gênero. (SANCHES, 2011, p. 572)

O Conselho Federal de Medicina autoriza a realização da cirurgia em pessoas que queiram readequar sua genitália conforme o gênero que se identificam desde 1997. Por outro

lado, o SUS autoriza este procedimento desde 2008, contanto que exista equipe multiprofissional que acompanhe o caso. Há, também, o posicionamento por parte do STJ – Supremo Tribunal de Justiça – de que é necessário reconhecer os prenomes e a readequação genital das pessoas trans (VIEIRA, 2011).

Todas as atitudes tomadas por homens ou por mulheres que sejam consideradas impróprias ou inconvenientes para seus gêneros será alvo de discriminação por parte da sociedade, criada a partir de uma moral religiosa, que interfere diretamente na forma como as pessoas chegam a determinados pré-julgamentos. Oliveira e Porto (2016) pontuam a importância de não se generalizar que toda uma comunidade religiosa seja considerada perpetuadora de preconceitos, “mas de uma camada que se utiliza do discurso bíblico e pastoral para demonizar as vidas e as práticas da comunidade LGBT” (2016 p. 323).

Não bastasse a privação de direitos, como as dificuldades em acessar e permanecer em uma educação de qualidade, em um emprego com direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, e até a segurança de ter uma moradia livre de discriminação (quando não são os próprios familiares que perpetuam e praticam diferentes agressões), as pessoas trans ainda tem que lidar com o discurso dos:

defensores da ordem e os bons costumes, que se valem de um pretexto higienizador para praticarem os mais diversos atos de crueldade. Tais manifestações são, ainda, invisibilizadas, reiterando a opressão encarada por travestis e transexuais cotidianamente. (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 323)

Oliveira e Porto (2016) ainda pontuam o aumento visível e considerável do discurso de ódio que vem sendo proferido em espaços religiosos contra homossexuais e transexuais. Esta discussão sobre a existência sofrida por estes indivíduos acabou adentrando nos espaços legislativos recentemente, em virtude do debate do Plano Nacional de Educação, onde se analisava a importância de se abordarem as questões de gênero nos espaços escolares, não só como forma de prevenir e combater agressões de cunho homofóbico e transfóbico, como também trabalhar a questão do machismo e do assédio sofrido pelas mulheres em geral.

Entretanto, as ações que visavam o enfrentamento destas formas de violência sofreram forte repressão por parte de setores religiosos, chamando o projeto de “Ideologia de Gênero” (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p.327).

O movimento de findar as discussões de gênero, de discriminações e opressões no ambiente escolar, colocou sujeitos LGBT, em especial as travestis e transexuais, num holofote do ódio, do medo, do pecado, onde não havia pudor algum por parte dos fundamentalistas em

defender seus ideais de negação de direitos para determinados sujeitos, com a pauta principal de “defesa da família tradicional” (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 327).

É desta forma que estes sujeitos têm seus direitos civis básicos privados, expostos a diferentes tipos de agressões, resultando, de forma não muito rara, no assassinato dos mesmos, que são considerados como “fracassos ambulantes” por terem adotado comportamentos considerados socialmente inadequados (NETO; VIEIRA, 2013, p. 1).

A transexualidade vem sendo discutida há muitos anos, mas sempre pelo viés pejorativo religioso, como algo transgressor aos desígnios de um deus ao ferir os bons costumes (NETO; VIEIRA, 2013).

A partir desse entendimento e desta lógica preconceituosa, passou-se a internar transexuais em instituições psiquiátricas “com necessidade de tratamento alopático pela inadequação dos sujeitos ao sexo biológico” (NETO; VIEIRA, 2013, p. 2). Somado a isso, temos a instituição familiar, que apresenta enorme dificuldade em aceitar pessoas transexuais, ocorrendo, assim, forte fragilidade ou ruptura dos vínculos familiares (NETO; VIEIRA, 2013).

Além do mais, o preconceito contra travestis e transexuais é agravado com o fato destas pessoas não conseguirem passar “despercebidas” nos ambientes que adentram, uma vez que “Essas pessoas, ao construírem seus corpos, suas maneiras de ser, expressar-se e agir, não podem passar incógnitas, pois elas, mais do que ninguém, não tendem a se conformar com a pedagogia do armário” (JUNQUEIRA, 2012, p. 17).

O preconceito, a discriminação e a violência que, na escola, atingem gays, lésbicas e bissexuais e lhes restringem direitos básicos de cidadania, se agravam em relação a travestis e transexuais. Essas pessoas, ao construírem seus corpos, suas maneiras de ser, expressar-se e agir, não podem passar incógnitas. Por isso, não raro, ficam sujeitas às piores formas de desprezo, abuso e violência. Não por acaso, diversas pesquisas têm revelado que as travestis constituem a parcela com maiores dificuldades de permanência na escola, de inserção no mercado de trabalho em função do preconceito e da discriminação sistemática a que estão submetidas. (RIOS, 2011, p. 33)

A escola, então, acaba por se tornar um dos espaços de maior presença e perpetuação de atitudes discriminatórias, onde temas que deveriam ser abordados, como gênero, sexualidade e diversidade sexual, acabam ficando limitados a discursos biológicos ou focais, como gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e sistema genital (NETO; VIEIRA, 2013).

No ambiente escolar “o bullying aparece como uma arma apontada para as pessoas trans” (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 330). A discriminação sofrida por estes sujeitos toma forma não apenas por meio de ações agressivas diretas por parte de seus colegas através de apelidos ofensivos, xingamentos, agressões físicas, patrimoniais, entre outros, mas também pelo despreparo dos docentes em intervir naquela realidade, onde muitas vezes há o reforço daquelas atitudes, seja pela omissão ou conivência dos profissionais da educação, ocorrendo situações vexatórias como não considerar o nome social de uma pessoa trans e fazer questão de chamá-la pelo nome civil, assim como minimizar as agressões perpetuadas por outros colegas ou desconsiderar as pautas reivindicadas pelas travestis e transexuais dentro da escola, como o uso do banheiro (OLIVEIRA; PORTO, 2016).

A escola se apresenta como um dos locais de maior incidência de discriminação contra travestis e transexuais, sendo justamente neste território que estas pessoas irão vivenciar as primeiras situações de discriminação, seja pelo não reconhecimento do nome social, durante a socialização com outros alunos, funcionários e professores. Assim, quando estes se negam, durante a chamada, de se referir a elas e eles pelo prenome que escolherem para si e fazem questão de se referir pelo nome civil, seja pela dificuldade em conseguir acessar o banheiro conforme o gênero ao qual se identifica, assim como nas aulas de educação física, quando as turmas são divididas entre meninos e meninas, se tornando um desafio para as pessoas trans se “encaixarem” em um espaço ao qual não se identificam (VIEIRA, 2011).

Todas as situações citadas acima acabam gerando uma série de complicações para o desenvolvimento de travestis e transexuais, causando, assim, sofrimento diário e convívio com o estresse e medo, que podem desencadear situações como depressão ou suicídio (VIEIRA, 2011).

A grande questão do ódio e discriminação voltada às pessoas trans não está na sua genitália, que lhe causa sofrimento interno ao não se reconhecer naquele corpo, mas, para além de uma questão meramente subjetiva, o quanto a sociedade espera que os variados sujeitos ajam de acordo com a identidade masculina ou feminina que lhes foi imposta ao nascer e como essa incapacidade de conviver com esta mesma sociedade provoca sofrimentos tão intensos (SANCHES, 2011).

Quanto ao aspecto do banheiro, torna-se uma questão de discórdia no ambiente escolar, pois nem os alunos, nem as alunas querem se deparar com uma pessoa trans dentro de um banheiro (NETO; VIEIRA, 2013). Assim, geralmente encontra-se como solução para esta questão que as pessoas trans usem o banheiro dos funcionários ou professores. Estes fatores

podem ser condicionantes para a evasão destas pessoas no acesso e permanência na educação, pois como diz Junqueira: “Quem não pode ir ao banheiro não pode permanecer na escola” (2012, p. 223).

Além disso, a privação da permanência na escola em razão dos sofrimentos e discriminações diárias tem como consequência o abandono deste espaço, fazendo com que estes indivíduos tenham um futuro profissional completamente imprevisível, tornando-se muito mais difícil a inclusão no mercado formal de trabalho, não apenas pela pouca escolaridade, mas também pelo próprio preconceito.

Estas pessoas, vítimas de discriminação, recorrem, então, a trabalhos marginalizados e de grande risco como, por exemplo, a prostituição, como forma de prover seu sustento. No caso do setor público, cuja admissibilidade ocorre por meio de concurso de provas ou provas e títulos, a inclusão de transexuais se torna ainda mais penoso, justamente pelo fato destes concursos exigirem um certo grau de escolaridade, o qual muitas transexuais não possuem (NETO; VIEIRA, 2013).

Em razão das dificuldades de permanência escolar, grande parte destas pessoas migram para a prostituição ou situação de rua (OLIVEIRA; PORTO, 2016). Importante problematizar esta forma de subsistência encontrada pelas pessoas trans: as mesmas passam a vivenciar outras situações de violência e marginalização, seja por meio das cafetinas ou cafetões, que tornam-se seus “chefes”, exercendo uma relação de poder sobre elas, seja por meio da violência praticada pelos próprios clientes, ou ainda, nas disputas litigiosas pelos territórios de maior lucratividade que ocorrem com outras prostitutas, cisgêneras ou transexuais (OLIVEIRA; PORTO, 2016).

Por fim, outro fato que merece destaque é de que a expectativa de vida das pessoas trans é de aproximadamente 35 anos (OLIVEIRA; PORTO, 2016), sendo alguns indicadores para este dado a “violência transfóbica; infecção por HIV/AIDS; intervenções médicas clandestinas. Percebe-se que os indicadores, direta ou indiretamente, estão ligados à situação de marginalização que travestis e transexuais vivem na sociedade brasileira contemporânea” (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 334).

Assim, no próximo capítulo, após a conceituação de temas-chaves propostos para este trabalho, serão abordadas as lutas do movimento LGBT, as dificuldades para a implementação de políticas sociais que visem erradicar o ódio contra esses sujeitos, bem como as legislações existentes que orientam o trabalho de profissionais de diversas áreas, em especial na educação.

3 POLÍTICAS SOCIAIS E COMBATE A OPRESSÃO HOMOFÓBICA: UMA HISTÓRIA DE LUTA

O presente capítulo pretende abordar a trajetória do movimento LGBT, sua origem, as dificuldades encontradas desde a sua possível gênese até os dias atuais no Brasil e no mundo, como estas reivindicações têm sido encaminhadas no decorrer da história, assim como as dificuldades que estas ações encontraram para ser sancionadas e postas em prática cotidiana de homossexuais e transexuais.

Será igualmente abordada a crítica interna dentro do movimento, a qual em determinados momentos invisibilizou travestis e transexuais, priorizando apenas gays e lésbicas, em uma militância higienista e assimilacionista com a moral heteronormativa.

Discorrer-se-á, também, acerca do avanço do fundamentalismo religioso e como este tem se apresentado como um entrave na efetivação de programas e ações que se proponham a combater a homofobia, bem como os equívocos que ocorrem na sociedade ao acreditar que o fato de homossexuais financeiramente privilegiados poderia ser interpretado como um avanço na luta contra a homofobia quando, ao contrário, estaria se criando novos preconceitos e formas de estigma.

3.1 História do movimento LGBT

Um dos primeiros questionamentos a punição de práticas homoeróticas, que eram legitimadas por diferentes nações, ocorre no século XVIII, onde manifestações de diferentes instituições protestaram na Inglaterra contra a lei que punia com a morte por enforcamento homossexuais. Houve, também, na Alemanha a existência do parágrafo 175 do Código Penal vigente, que igualmente punia os homossexuais, não com a morte, mas com a prisão (PRADO; MACHADO, 2012).

Foi então na França, durante a Revolução Francesa, que cidadãos “sodomitas” conseguiram uma grande conquista: o fim da punição contra a homossexualidade, vindo aquele país a ser pioneiro ao reconhecer os direitos destes sujeitos, ao não lhes criminalizar. Mesmo com o fim da punição aos homossexuais naquele país, muitos adotaram cautela e buscaram, no anonimato, lançar livros e manifestos que questionavam a moral sexual daquele momento histórico (PRADO; MACHADO, 2012).

Foi durante o século XIX, na Alemanha, porém, que surgiu um teórico que formulou pela primeira vez o termo “homossexual”, o que se caracterizou como um grande avanço, já que anteriormente estas pessoas eram taxadas pejorativamente como sodomitas ou pederastas. Karl Maria Kertbeny, então, num posicionamento emancipatório e histórico, questionava a “lei da fornicação antinatural” (PRADO; MACHADO, 2012, p. 92).

Destaca-se que um dos primeiros movimentos de luta e organização de LGBT ocorreu também na Alemanha, em Berlim, no ano de 1897. Magnus Hirschfeld criou o “Comitê Científico Humanitário” que tinha como um de seus objetivos combater a discriminação homofóbica presente naquele país (SARAIVA, 2014; PRADO; MACHADO, 2012).

Este ativista foi o pioneiro em organizar um grupo de defesa de homossexuais, sendo suas ações utilizadas até hoje por alguns grupos LGBT, pois o mesmo defendia o “outing”⁹ como forma de pressão política, além de ter combatido as leis alemãs que puniam a homossexualidade e fazer pesquisas sobre a incidência da homossexualidade naquele país. Hirschfeld ainda foi condenado, no século XX, a dezoito meses de prisão após denunciar a sexualidade de um chanceler alemão (PRADO; MACHADO, 2012).

Outro ativista alemão que merece destaque foi Brand, que concordava com Hirschfeld em alguns pontos (como a de que a homossexualidade não poderia ser considerada algo degenerado), mas as coincidências acabavam aí. Isso porque Brand dizia que não havia nada de errado com um homossexual, desde que o mesmo não fosse afeminado, além ter sido militante do nazismo (BORRILLO, 2010; PRADO; MACHADO, 2012).

Ainda, no ativismo de Brand havia condicionalidades para que o homossexual fosse aceito. Tal premissa, então, foi adotada pelos movimentos homófilos dos anos 1950 nos Estados Unidos. A partir de 1930, com a ascensão do nazismo na Alemanha e seu posicionamento abertamente intolerante contra homossexuais, a instituição criada por Hirschfeld, (que não só era gay, como também judeu) foi destruída e seus materiais de divulgação queimados, em 1933. Antes que fosse capturado e enviado aos campos de concentração, Hirschfeld conseguiu se exilar, mas veio a falecer dois anos depois (BORRILLO, 2010; PRADO; MACHADO, 2012).

Ademais, o nazismo ocorrido na Alemanha marcou uma nova e terrível caça aos homossexuais, não tanto por influência religiosa, mas pela necessidade imperiosa da reprodução da “boa raça” ariana, considerada uma “obsessão pelo Estado” (BORRILLO, 2010, p. 82).

⁹Outing significa tornar pública a orientação sexual homossexual de uma pessoa não assumida.

Assim, em busca de uma pretensa superioridade racial, o Estado tinha autoridade para esterilizar quaisquer pessoas que fossem consideradas deficientes, com a finalidade de que seu povo não fosse corrompido de alguma forma.

Após o decréscimo populacional ocorrido ao final da primeira guerra mundial, era urgente que houvesse o aumento demográfico da população alemã, pauta de interesse do Estado, que passou, então, a punir quaisquer “desvios sexuais”, a saber: mestiçagem e a homossexualidade, sendo a primeira porque perverteria a pureza da raça almejada, e a segunda por ameaçar o crescimento populacional e colocar em risco a política nazista da supremacia alemã (BORRILLO, 2010).

A partir de 1930 iniciaram-se as experiências médicas nazistas, dentre elas havia as que possuíam como intuito “recuperar” homossexuais arianos. Heinz Heger, sobrevivente de um campo de concentração, relatou que ele e outros homossexuais eram forçados a fazer sexo com prostitutas (BORRILLO, 2010, p. 83).

Posteriormente, os médicos nazistas ao perceberem que seus procedimentos “terapêuticos” não surtiram o efeito esperado, e que não conseguiriam “curar” seus “pacientes”, passaram a castrá-los, a fim de que os mesmos jamais sentissem prazer novamente (BORRILLO, 2010). “Em torno da aptidão reprodutiva, a ideologia nazista organiza a condenação biológica e moral dos comportamentos homossexuais” (BORRILLO, 2010, p. 85).

Em 1935, homossexuais passaram a sofrer perseguições ainda piores, pois o Código Penal alemão através do parágrafo 175 passou a considerar crime aqueles que mantivessem relações com alguém do mesmo sexo, passível de punição de 10 (dez) anos de reclusão. Destaca-se que mesmo as trocas afetivas não eram toleradas. Dessa forma, a simples desconfiança de que uma pessoa pudesse ser homossexual já bastava para que a mesma fosse condenada (BORRILLO, 2010).

Em razão dessa perseguição, foram raros os homossexuais que, marcados com um triângulo invertido rosa, conseguiram sobreviver aos campos de concentração, sendo que se estima que aproximadamente cinquenta mil homossexuais morreram (RIOS, 2001).

Além disso, o martírio dos homossexuais sobreviventes dos campos de concentração não findou com o término da guerra: estes não foram considerados vítimas do nazismo e sequer tiveram acesso a quaisquer indenizações, já que o parágrafo 175 do Código Penal alemão ainda vigorava, justificando a penitência a eles impetrada pelo “crime” da homossexualidade.

Ademais, aos sobreviventes do holocausto havia a possibilidade de conseguir asilo nos Estados Unidos da América, o que era prontamente negado aos homossexuais por serem considerados doentes (BORRILLO, 2010). Quanto ao parágrafo 175 do Código Penal alemão, o mesmo só veio a ser extinto nos anos 1960.

Durante os anos de 1940-1950 surgiu, então, o movimento homófilo, o qual nos países escandinavos começou uma onda de questionamento sobre a criminalização da homossexualidade, o que se alastrou para outros países, como Inglaterra e Estados Unidos. A palavra “homofilia” tentava quebrar a ideia do sexo associada aos homossexuais, objetivando dar maior ênfase à capacidade de amar que estes sujeitos também possuíam, como qualquer outro (PRADO; MACHADO, 2012).

Nos Estados Unidos, na década de 1950, duas organizações de gays e lésbicas ficaram em evidência, como a *Gay Mattachine Society* em 1950, em Los Angeles, e a *Daughters of Bilitis* em 1955, em São Francisco (SARAIVA, 2014). Entretanto, o posicionamento destas instituições não foi o de questionar a heteronormatividade que é produtora de uma cultura que reforça que as únicas pessoas consideradas aceitáveis são aquelas que possuem relações sexuais e afetivas com outros do sexo oposto. Ao contrário, o movimento LGBT deste período foi marcado pelo forte conservadorismo e pela falta de crítica ao contexto social produtor da discriminação homofóbica.

Durante este período foram prestadas orientações aos homossexuais no sentido de que não havia nada que separasse “nós/deles”, ou seja, argumentou-se que gays e lésbicas podiam trabalhar, frequentar escolas, interagir com a comunidade e ter empregos assim como os héteros, sendo que a única diferença existente era o que as pessoas faziam “entre quatro paredes” (SARAIVA, 2014). Logo, não havia nenhuma necessidade de “sair do armário” ou “expor” a sexualidade para a sociedade.

Importante notar-se, também, o uso proposital da militância para “gays e lésbicas”, pois neste período as travestis e transexuais foram ignoradas, assim como foram combatidas e responsabilizadas por eventuais agressões sofridas por não se “comportarem” de forma adequada. Pautava-se, pois, numa militância nada questionadora e, sim, completamente voltada à “normalização” e “adequação” dos LGBT, numa visão higienista. Estes movimentos “ensinavam ‘boas maneiras’ aos homossexuais, combatendo o travestismo, o escândalo, e as estereotípias. A agenda era claramente assimilacionista” (SARAIVA, 2014, p. 60).

A mudança de paradigma acontece apenas na década de 1960, onde ocorre de fato o início do movimento LGBT contemporâneo tal qual o conhecemos hoje, e não mais numa

perspectiva de ter que se camuflar, se disfarçar ou assimilar a moral da sociedade para ser aceito, mas sim de celebrar a diversidade e ter orgulho em ser diferente daquilo que decreta a heteronormatividade (SARAIVA, 2014; PRADO; MACHADO, 2012).

O marco zero desta luta ocorreu com a revolta de *Stonewall*, em Nova York, no dia 28 de junho de 1969 (SCHULTZ, 2011). *Stonewall* era o nome de um bar, sendo um dos poucos espaços voltados para a comunidade LGBT da época. Até aquele momento a homossexualidade não só era considerada uma doença, como homossexuais eram enviados a clínicas de “tratamento” para “curar-se”, como mostrado no documentário “A Revolta de *Stonewall*” (DAVIS; HEILBRONER, 2014). Nestas clínicas de tratamento, os indivíduos eram expostos a diversos tipos de procedimentos, como a eletroconvulsoterapia, a lobotomia, a castração química e, em alguns casos, a castração física.

Era uma época em que ser homossexual era considerado não apenas uma doença, mas uma afronta à justiça, já que quarenta e nove dos cinquenta estados americanos previam alguma punição para quem tivesse relações com alguém do mesmo sexo. Era típico da polícia realizar caça a homossexuais e, no caso do bar *Stonewall*, não foram poucas as vezes que o estabelecimento comercial foi abordado, sempre de forma truculenta, ocorrendo agressões e prisões ao público que ali frequentava (SCHULTZ, 2011).

Os frequentadores do bar *Stonewall* não satisfeitos com estas abordagens policiais, em junho de 1969, durante uma diligência policial, rebelaram-se, o que acabou tomando grande proporção, já que o embate de forças entre LGBT e a polícia acabou tomando as ruas da cidade, durando várias semanas (PRADO; MACHADO, 2012).

Um ano depois desta rebelião, em 28 de junho de 1970, foi organizada uma marcha para comemorar a vitória dos eventos ocorridos no ano anterior, bem como denunciar o preconceito contra LGBT ainda muito existente. Estas marchas deram início a um fenômeno mundial: as paradas LGBT, além de terem proporcionado uma explosão de grupos nos Estados Unidos, que passaram a lutar pela mesma causa (PRADO; MACHADO, 2012).

E no Brasil, como se sucedeu o início da luta do movimento LGBT? Para responder este questionamento, importante num primeiro momento discutir acerca da história de quanto a moral religiosa, trazida pelos portugueses, destruiu as tradições e culturas dos povos que aqui já estavam instalados e que exerciam, no dia a dia, relações livres de uma lógica transgressora e passível de culpa ou ira divina, o que prejudicou a implementação de uma cultura de questionamento quanto às discriminações homofóbicas.

Um exemplo do descrito acima é o fato das mulheres, nas comunidades indígenas, possuírem papel de destaque e as relações afetivas serem livres, sendo que muitas delas inclusive praticavam a poliandria, ou seja, podiam estabelecer laços, como uma espécie de casamento, com mais de um homem (BAUER, 2001).

Assim, a vinda dos colonizadores cristãos realizou a “demonização” da cultura local, combatendo a “mancebia”, a relação entre portugueses e indígenas, uma vez que estes religiosos consideravam a nova terra como corrupta e tomada pelo pecado, tanto que os missionários diziam que reinava no Brasil o “espírito da fornicação” (BAUER, 2001, p. 117) ao qual deveria ser combatido.

A lógica cristã, com a submissão da mulher, principalmente das negras escravizadas trazidas da África, alicerçou uma moral que se sucedeu nos anos posteriores. Assim, quanto maior a presença religiosa em um país, maiores são as possibilidades de que estas doutrinas venham a interferir diretamente na vida de LGBT, quando rompem-se as normas contrárias à lógica heteronormativa amplamente sustentadas e defendidas pela moral cristã, fortemente influente no Brasil (SARAIVA, 2014).

Por esta razão, indispensável pontuar como as religiões tem se estabelecido no poder, desde a formação brasileira até os dias atuais, já que a homofobia se faz tão presente hoje quanto no passado pela forte presença dos setores fundamentalistas na sociedade e na política brasileira.

Assim como a lógica da moral cristã machista substituiu a cultura da mulher indígena livre, o mesmo se sucedeu com os homossexuais durante a formação do Brasil. “A Instituição Igreja Católica [...] modelou essa construção e ainda controla e direciona, de alguma forma, como os homossexuais são encarados pela sociedade” (FLEURY; TORRES, 2011, p. 31).

Os indígenas homens que mantinham relações com outros do mesmo sexo eram chamados de *tibira*. Já as índias que possuíam a mesma relação, eram chamadas de *sacoaimbeguira* (MOTT, 2003, p. 12). A percepção por parte dos colonizadores e missionários de que na “nova terra” as pessoas mantinham uma moral completamente oposta à cristã europeia, foi um completo choque, principalmente ao notarem a “generalizada prática do abominável e nefando pecado da sodomia” (MOTT, 2003, p. 42).

Em 1549, em Pernambuco, à época chamada Nova Lusitânia, ocorreu a punição de um homem chamado Estevão Redondo, pelo mesmo ter tido relações com alguém de mesmo sexo. Seu nome foi inscrito no “Livro dos Degredados”, sendo que o mesmo ocorreu nas décadas posteriores com outros chamados “sodomitas”, os quais eram considerados culpados

pelo “vício nefando, alguns, considerados pelos inquisidores como ‘incorrigíveis’” (MOTT, 2003, p.43).

Todavia, a punição àqueles que mantinham relações com outros do mesmo sexo não se limitava a um registro em um livro. A metrópole portuguesa temendo que a nova terra “se tornasse uma reedição tropicalista de Sodoma e Gomorra” (MOTT, 2003, p.43) autorizou que os capitães-mores decepassem a cabeça daqueles que cometessem crimes considerados de extrema gravidade e, entre esses “crimes hediondos”, estava a prática da sodomia, tendo em vista o temor de que ela trouxesse a ira divina e corrompesse os costumes considerados corretos à imagem e semelhança do deus cristão.

Havia, também, uma necessidade de Portugal em fazer com que o Brasil fosse povoado rapidamente, algo que não poderia ser alcançado existindo a relação homossexual, que era vista como contagiosa e errada. No Brasil colônia, aproximadamente 10% de homens brancos era responsável pela manutenção da ordem e governança da maioria da população, que era composta de escravos, indígenas e demais colonizados (MOTT, 2003).

Neste sentido, Mott (2003) argumenta que o perfil de dominador, agressivo dos homens que detinham o poder no país era muito mais destacado e presente do que a figura masculina europeia, sendo o machismo resultante deste processo, muito mais incrementado e institucionalizado que naquele continente, onde:

[...] ser super-homem foi condição *sine qua non* da manutenção do próprio projeto colonial. Um homem delicado, medroso, efeminado, sensível, jamais conseguiria manter o indispensável clima de terror para conservar submissa a ‘gentalha’ todos os que não eram machos brancos. Daí a repressão brutal contra qualquer efeminação e inversão sexual, por representarem perigosíssimo fator de instabilidade do projeto colonizador e hegemonia dos donos do poder. (MOTT, 2003, pp. 44-45)

O movimento LGBT brasileiro começou a ter maior visibilidade apenas no século XX, na década de 1970, com o surgimento do “Grupo Somos” e o jornal “O Lâmpião da Esquina” (SARAIVA, 2014). Neste momento estava em curso uma ditadura militar no país, com forte repressão aos movimentos sociais, assim como censura dos meios de comunicação que vinculassem mensagens contrárias à moral da época.

A partir desse momento, diferentes movimentos sociais passaram a contestar a arbitrariedade da ditadura e, no caso do movimento LGBT, suas lutas foram incentivadas também pelas conquistas de movimentos internacionais de combate à homofobia, como a

revolta de *Stonewall*, buscando dar visibilidade e reconhecimento a um segmento populacional até então invisível para o Estado (SCHULTZ, 2011).

Ressalta-se, pois, que o primeiro movimento LGBT brasileiro de destaque foi o “Grupo Somos”, que surgiu em 1978 e tinha como principal bandeira “o fortalecimento da identidade homossexual (através da valoração positiva das categorias ‘bixa’ e lésbica) associado à construção de uma política fortemente antiautoritária” (SCHULTZ, 2011, p. 6).

Também em 1978 começou a ser divulgado o jornal “O Lâmpião da Esquina”, um folheto voltado ao público homossexual cujos conteúdos abordavam: a questão da igreja e o impacto desta na vida de homossexuais; conteúdos eróticos, como locais de pegação; o casamento civil igualitário (uma realidade muito distante para época, que só veio a se concretizar muitas décadas depois, em 2013); e, por fim, conteúdos literários contando a vida de personagens homossexuais e o quanto estes eram perseguidos pela violência e submetidos à solidão por não conseguirem assumir quem de fato eram (SCHULTZ, 2011).

Inspirados pelos ideais de orgulho em ser quem se é, os quais foram importados do movimento LGBT contemporâneo, nascido uma década antes nos Estados Unidos, “O Lâmpião da Esquina” tinha como característica o incentivo que seus leitores assumissem suas identidades enquanto gays, para que seus direitos pudessem ser reivindicados, algo que não poderia ocorrer se estas pessoas continuassem escondidas e imperceptíveis aos olhos do Estado e da sociedade, uma vez que “Se você não falar do seu problema, o seu problema não existe” (LÂMPIÃO apud SCHULTZ, 2011, p. 14). Este jornal tinha circulação por todo o país e, em seu editorial, possuía nomes de destaque do meio acadêmico, como o antropólogo Peter Fry (FLEURY; TORRES, 2011).

A primeira grande marcha organizada pelo movimento LGBT brasileiro, que tomou as ruas de São Paulo, o qual foi semelhante ao ocorrido em Nova York uma década antes, aconteceu no ano de 1979. A passeata, que contou com outros segmentos da sociedade igualmente marginalizados e vítimas da repressão do Estado ditatorial, como negros e mulheres, somou mais de mil pessoas no dia 13 de junho de 1979, algo inédito até então (FLEURY; TORRES, 2011).

O estopim para este movimento, a fim de reivindicar o fim da intolerância, ocorreu quando o delegado Wilson Richetti, por meio de uma operação que durou vários dias denominada “Rondão”, numa verdadeira “asepsia social”, agrediu e prendeu vários homossexuais, travestis e prostitutas que circulavam pelo centro da cidade de São Paulo (FLEURY; TORRES, 2011).

Além disso, a epidemia do vírus HIV no início dos anos 1980 mostrou-se trágica, não apenas pela evolução da doença, mas porque a AIDS se mostrava mortal para os indivíduos infectados, ocorrendo a estigma dos homossexuais que eram considerados os únicos contaminados ou passíveis de contaminação, inclusive para o próprio movimento LGBT que, em razão disso, se fragilizou.

Isso porque a imprensa noticiava a AIDS como a chamada “peste gay” o que contribuiu para o reforço do estigma sobre a doença e sobre um grupo social já marginalizado (FLEURY; TORRES, 2011). Um exemplo dessa fragilização do movimento ocorreu com o próprio “O Lâmpião da Esquina”, que tinha em seus anos iniciais um discurso ácido e crítico contra a ditadura, mas em seu fim, em 1981, precisou alterar o “tom”, passando a reivindicar do Estado uma postura de apoio e combate à doença que se alastrava rapidamente, ocorrendo a diminuição das críticas ao regime ditatorial existente (SCHULTZ, 2011).

O término desse folhetim representou uma grande perda para o movimento e para a comunidade LGBT, tendo em vista que era o único, até o momento, que abordava temas de interesse da comunidade, voltado especialmente para este público marginalizado. Logo depois, o “Grupo Somos” também se extinguiu, em virtude de problemas financeiros.

A década de 1980 representou um forte revés ao movimento LGBT brasileiro e, além da questão da AIDS e do fim do jornal “O Lâmpião da Esquina”, Prado e Machado (2012) pontuam outros fatores para este declínio, quais sejam, a falta de recursos e a incapacidade de angariar pessoas que abraçassem a causa, além da crise econômica que atingia o país, o fim da ditadura que fez com que os homossexuais acreditassem, ingenuamente, numa abertura democrática e a criação dos mercados voltados a este público e a visibilidade midiática ao abordar a vida de LGBT.

Saraiva (2014) destaca outros fatores que enfraqueceram os movimentos de dentro para fora, ou seja, posições ideológicas que trouxeram forte divisão para a militância, entre aqueles que defendiam a adesão dos homossexuais à causa operária e aqueles que queriam uma autonomia política do movimento.

Um marco dos anos 1980 e da luta do movimento LGBT que representou um dos primeiros casos de reivindicação política no âmbito legislativo, ocorreu quando João Antônio Mascarenhas, reconhecido ativista e precursor deste movimento no Brasil, foi ao Congresso Nacional em 1987 falar do preconceito contra estes indivíduos, objetivando que fosse incluída, na Constituição Federal – que seria promulgada no ano seguinte –, a proibição de tratamento discriminatório contra o grupo LGBT, além do preconceito por raça, cor e religião.

A maioria esmagadora dos constituintes, num total de 317 parlamentares, foi contrária à proposta e ela acabou não sendo inserida (MASIERO, 2014).

Entretanto, apesar da extinção de grupos pioneiros, outras instituições surgiram na década de 1980, como o “Grupo Gay da Bahia” (GGB) que mantém um forte ativismo até os dias atuais, bem assim o “Triângulo Rosa e Atobá”, surgidos no Rio de Janeiro (SARAIVA, 2014).

O grupo Triângulo Rosa pela primeira vez abordou a abolição do termo “opção sexual”, e o substituiu por “orientação sexual”, sendo este último considerado correto até os dias atuais, pois há entendimento de que as pessoas não optam, nem escolhem suas sexualidades. Destaca-se, ainda, a atuação desta instituição como uma das que auxiliaram na criação da Constituição Federal e na alteração do código de ética do jornalismo (PRADO; MACHADO, 2012).

O grupo descrito acima teve influência nas demais organizações de defesa dos direitos de LGBT que se sucederam, por sua forma institucionalizada, buscando parcerias com partidos políticos, instituições e organizações da sociedade, onde até hoje é notável como os movimentos LGBT tendem a se institucionalizar “sob o formato de ONGs” (PRADO; MACHADO, 2012, p. 112).

Além disso, ainda nos anos 1980 ocorreu a primeira marcha reivindicando tratamento igualitário nas relações trabalhistas, quando cinquenta homens e mulheres homossexuais saíram em caminhada no dia 1º de maio pelas ruas de São Bernardo do Campo, segurando uma faixa “Contra a discriminação ao (à) trabalhador (a) homossexual” (FLEURY; TORRES, 2011).

Importante ressaltar que a década de 1990 configurou um renascimento do movimento LGBT, em uma época em que a homofobia se fazia muito presente, com a existência dos chamados esquadrões da morte, que organizavam-se como milícias “anti-gay/travesti”, resultando na morte de mil e duzentos homossexuais e transexuais (SARAIVA, 2014).

A partir disso, o ativismo se torna mais plural, atendendo à diversidade sexual como um todo, não mais com foco exclusivo em homens gays, pois as lésbicas passaram a ter maior visibilidade, substituindo-se a sigla GLBT, por LGBT, assim como foram atendidas as reivindicações das pessoas bissexuais e transexuais, para que estas também obtivessem destaque, formando a sigla como hoje a conhecemos.

Outras transformações ocorridas no movimento englobaram a discussão da temática abraçada pelo movimento e as questões legislativas, espaços de socialização e de defesa de

direitos e as paradas do orgulho LGBT, que ganharam impulso no Brasil nesta década, especificamente em São Paulo, no dia 28 de junho de 1996, contando com a participação inicial de mil pessoas¹⁰ (PRADO; MACHADO, 2012).

Destaca-se que as paradas do orgulho LGBT vão muito além de um simples desfile ou celebração festiva. Sua importância está justamente por conseguir desestabilizar e romper com “o universo de sociabilidade hegemônico” (PRADO; MACHADO, 2012, p. 20), ao fornecer ampla visibilidade a estes sujeitos, já que uma das origens e manutenção de um preconceito consiste justamente no silenciamento daqueles considerados inferiores, principalmente em uma hierarquização de sexualidades, na qual a heterossexualidade é colocada como superior e legítima, enquanto a homossexualidade é vista como inferior e desviante (PRADO; MACHADO, 2012).

Em razão disso, ao longo da história o movimento se tornou tão importante, com o ato das pessoas assumirem quem realmente são, o que foi iniciado por Hirschfeld na Alemanha do século XIX e reproduzido até então, uma vez que é mostrando ao Estado e para a sociedade que estes sujeitos existem que torna possível reivindicar direitos os quais muitas vezes lhes são negados, sendo privilégios apenas de pessoas heterossexuais.

Um exemplo destes direitos que eram negados aos LGBT ocorre que antes da aprovação da união estável em 2011 e do casamento civil igualitário em 2013, os casais formados por pessoas do mesmo sexo estavam privados de trinta e sete benefícios (pois essa relação não era reconhecida pelo Estado, conseqüentemente era inexistente), entre eles: não poder adotar o sobrenome do parceiro, colocá-lo como seu dependente, participar de programas voltados para a família, ofertados pelo Estado, adotar o filho do parceiro, ter direito à herança, não poder acompanhar a parceira no parto, não ter direito à visita íntima, entre muitos outros (FLEURY; TORRES, 2011).

Posteriormente, em 31 de janeiro de 1995 em Curitiba, é criada a ABLGBT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) que, desde então, tem agregado diferentes movimentos espalhados pelo país, além de ter tido importante papel no âmbito legislativo, pressionando legisladores pela aprovação de políticas públicas e direitos sociais que beneficiem a sociedade como um todo, de forma igualitária, não apenas privilegiando os heterossexuais.

¹⁰Anos depois, este mesmo evento viria a se tornar “o maior evento cívico de massa do planeta” (PRADO; MACHADO, 2012, p. 115) contando, no ano de 2006, com a participação de um milhão e meio de pessoas, sendo a maior já ocorrida em todo mundo (FLEURY; TORRES, 2011).

3.2 O homossexual “aceito” por consumir: origem e perpetuação de novos preconceitos

Há um entendimento no senso comum de que o gay ou lésbica que consome possui poder aquisitivo para usufruir de melhores bens materiais, bem como tem condições para ir em festas e locais mais elitizados. Estes sujeitos são mais bem aceitos pela sociedade.

Isso se comprova com a criação de nomes específicos e nichos de mercados voltados ao público LGBT, chamados de “mercado cor-de-rosa” ou “*Pink Economy*”, que dizem o quanto homossexuais consomem mais que o público heterossexual, conforme variadas fontes de grande circulação nacional, o que pode ser considerado como um avanço ou uma conquista, tendo em vista que isto demonstra uma maior liberdade e empoderamento por parte destes sujeitos, quando conseguem exercer o poder de compra e se colocar em destaque no mercado e na sociedade (MARSIAJ, 2003; NASCIMENTO, 2013).

Foi principalmente a partir dos anos 1980 que ocorreu:

[...] o crescimento do chamado ‘mercado gay’... (que) incentivou a expansão dos guetos homossexuais nas principais cidades brasileiras. Além da multiplicação de saunas, boates, bares e restaurantes, surgiram cinemas pornô gays, agências de turismo e matrimônio, academias, revistas e jornais GLS, colunas e anúncios sentimentais em jornais de grande tiragem, para homossexuais masculinos e femininos, além de serviços direcionados ao público GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes¹¹) nas áreas de moda, esporte e cultura, tais como a ioga para soropositivos e o treinamento de artes marciais para autodefesa. O público gay, ao final do século XX, tornou-se cada vez mais visado devido a sua maior disponibilidade financeira pois, sem ter família para sustentar, dispõe de maior recurso financeiro para lazer, educação, etc., fazendo com que este mercado atraia investidores, tornando-se competitivo, aumentando, assim, a qualidade de seus produtos e serviços. (FLEURY;TORRES, 2010, pp. 40-41).

Este mito, contudo, é derrubado por Marsiaj (2003) que contextualiza e historiciza a temática da homossexualidade na sociedade capitalista e a forma com que isto tem reforçado o estigma para homossexuais, principalmente aqueles periféricos e privados do poder de compra. Primeiramente, este autor argumenta que houve uma mudança na estrutura das famílias, se comparado com o feudalismo para o capitalismo, bem como o desenvolvimento deste, tendo em vista que no primeiro regime a procriação ganhava papel de destaque, pois isso representaria mais mão de obra para ajudar no sustento da casa. Posteriormente, com o

¹¹Até este momento histórico, o foco do movimento LGBT será apenas voltado aos gays e lésbicas, desconsiderando-se as pessoas bissexuais e trans. Os considerados simpatizantes seriam aqueles considerados apoiadores da causa, mas não necessariamente homossexuais.

trabalho assalariado, ganhou mais importância também a função afetiva, e o ato de procriar por si só, não teve mais tanto enfoque.

Porém, nem tudo são “flores” e não é possível “romantizar” o capitalismo como sendo um sistema que tenha trazido uma mudança crítica na base da família: o foco passou a ser a família nuclear, entendida como a ideal, acirrando-se a divisão sexual do trabalho e as regras do que era permitido ou não nos âmbitos públicos, bem como o que deveria ser relegado ao âmbito privado.

Nos centros urbanos que se formavam, os homossexuais, dotados de seus próprios salários para sobreviver, juntavam-se a comunidades que esperavam tornar possível, no futuro, o desenvolvimento de uma identidade própria que quebrasse o rótulo imposto pela Igreja, pela sociedade e pelo Estado, seja como doentes, seja como pecadores. Estas comunidades serão o alicerce dos “movimentos de liberação gay nos países desenvolvidos” (MARSIAJ, 2003, p. 137).

No Brasil, o crescimento dos centros urbanos principalmente no século XX, concentrou-se nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que foram nestes locais que se formaram as comunidades de gays e lésbicas de maior solidez. São Paulo foi uma das primeiras cidades do país a criar uma legislação que combatesse a discriminação perpetuada contra LGBT, sendo tal exemplo seguido por outros municípios daquele estado nas décadas de 1980-1990 (MARSIAJ, 2003).

Apesar da falsa ideia de exercício da cidadania por meio de poder de compra ou poder aquisitivo já colocado anteriormente na mídia, ressalta-se que LGBT privados deste privilégio ainda possuem grande dependência por parte de suas famílias, sendo que a função econômica desta instituição ainda possui impacto na vida destes sujeitos “tornando muito difícil a independência econômica de um indivíduo de sua família” (MARSIAJ, 2003, p. 139). Isso gera implicações diretas aos LGBT que não possuem alto grau econômico, os quais são considerados como desinteressantes para o mercado, ou melhor, para a “*pink economy*”, possuindo maior dificuldade em adentrar espaços voltados ao homossexual consumidor.

Para exemplificar isso, Marsiaj (2003) cita os diferentes espaços aos quais homossexuais podem ou não adentrar, condicionando-se sua inclusão ao seu poder aquisitivo e de consumo. Pode-se pegar como exemplo o caso do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que nestas cidades foram criadas festas, bares, entre outros estabelecimentos voltados especificamente ao público gay, o que tornará mais fácil (para aqueles que podem pagar) uma assimilação e interação com outras pessoas que igualmente são homossexuais.

Mesmo assim, estes locais criados ao público LGBT muitas vezes ficam muito distantes da realidade dos homossexuais da periferia, e não apenas isso, como também são locais que demandam um mínimo de poder aquisitivo para conseguir adentrar naquele seletivo espaço, ao qual o homossexual com menos recursos não dispõe. Logo, um gay ou lésbica que pertença a uma classe privilegiada, ainda pode possuir seu próprio apartamento, a fim de ter encontros sexuais ou afetivos e, caso não tenha imóvel próprio, lhe é facultado o direito de conseguir pagar um motel, o que torna mais fácil o cotidiano de LGBT que pertençam a uma elite (MARSIAJ, 2003).

Todavia, quanto aos LGBT da periferia, que não possuem condições de pagar para ter acesso a estes espaços, restam os locais públicos, como praças, banheiros e parques, que servirão de local de “pegação”, ou seja, locais reconhecidos por serem espaços onde homossexuais têm relações sexuais ou trocam afetos com outros, sejam eles da mesma orientação sexual ou não. Além disso, há de se pontuar que LGBT de classes mais baixas também possuem outros espaços além dos citados para exercer sua homosociabilidade, contudo, existe uma clara hierarquia e diferença nos espaços que são ocupados por estabelecimentos “mais chiques de classe alta e outros onde a clientela é mais variada” (MARSIAJ, 2003, p. 141).

É a partir deste contexto da “*pinkeconomy*” que irão se criar os mercados voltados aos gays consumidores, interpretados como aqueles que consomem mais que os héteros, criando-se ainda opções de lazer voltadas exclusivamente para casais homossexuais (desde que possam pagar).

Essa estratégia de “aceitar” os homossexuais, como forma de combater o preconceito, em que poderia se interpretar que o fato de termos mais LGBT em espaços elitizados é um possível avanço social proporcionado pelas conquistas aquisitivas desses sujeitos, mostra-se, em uma análise mais crítica da realidade, como uma forma de reforçar ainda mais o preconceito na sociedade.

Isso porque por meio da dita “aceitação” dos LGBT através de sua inclusão à *pinkeconomy*, se fundamenta a ideia do cidadão-consumidor, e não só isso, como também cria-se um “perfil” do gay modelo aceitável, que será necessariamente o branco, pertencente às classes médias e altas, tendo como consequência “uma maior marginalização de todos os outros ‘devassos’ que não se encaixam nessa forma. Em termos mais brasileiros: corre-se o risco de aceitar o gay rico e marginalizar ainda mais a bixa pobre” (MARSIAJ, 2003, p. 142).

As implicações da privação dos LGBT aos espaços destinados somente para aqueles que podem pagar, e a cultura da cidadania exercida por meio do consumo, tem impactos drásticos no cotidiano dos homossexuais periféricos que utilizam os “locais de pegação” para exercer sua sexualidade.

Isso afetará diretamente na vida, ou melhor, no término da vida destas pessoas, já que a maioria dos homicídios e linchamentos perpetuados contra estes sujeitos, principalmente travestis e profissionais do sexo masculinos, ocorrem em espaços públicos, sendo estas agressões praticadas principalmente por policiais que estão em serviço – ou não –, “justiceiros” e esquadrões da morte (MARSIAJ, 2003). Ademais, os dados sobre assassinatos de LGBT no Brasil permitem inferir que os espaços comerciais voltados àqueles que possuem poder aquisitivo se mostram muito mais seguros do que os espaços públicos (MARSIAJ, 2003).

Esta segregação e divisão entre LGBT ricos daqueles periféricos acaba por acarretar também no impacto nas reivindicações por direitos e políticas sociais que são tidas como mais urgentes para uns e para outros: de um lado, os homossexuais pertencentes às elites priorizarão esforços para as conquistas de direitos trabalhistas, previdenciários, pela celebração e implementação do casamento civil igualitário e o resguardo jurídico que esta ação acarreta; de outro lado, os LGBT da periferia lutarão por questões consideradas mais urgentes, que remetem à violência e privação diária de direitos básicos que assolam suas comunidades.

Além disso, importante salientar que alguns pontos são de interesse de luta para todos os LGBT, independentemente destes serem pobres ou ricos, por possuir impacto direto em suas vidas e que independem do poder aquisitivo, como a discriminação homofóbica e o estigma que o vírus HIV trouxe dos anos 1980, o que acaba por mobilizar LGBT de diferentes classes sociais (MARSIAJ, 2003).

Frisa-se que assim como observado não só no Brasil como em outros países, a maioria dos ativistas que compõem o movimento LGBT provem justamente de classes sociais mais baixas, e os líderes de organizações de classes médias. A aderência menor de homossexuais pertencentes às elites privilegiadas em movimentos abertos à adoção de políticas emancipatórias e de combate à homofobia pode ser compreendida quando esta ação é considerada um alto risco material para estes sujeitos, que podem ter muito a perder ao abraçar esta causa.

Desta forma, LGBT pertencentes às elites “tendem a ser mais conformistas e conservadores” (MARSIAJ, 2003, p. 144). Assim sendo, a lógica de libertação de LGBT, pela via econômica e acesso a bens e produtos, mostra-se falha e muito limitada apenas a um seletivo grupo de pessoas privilegiadas, ao passo que marginaliza (novamente, e sob outro enfoque) a maioria dos LGBT periféricos.

Esta questão não pode ser interpretada como mero “capricho” ou possível “inveja” pelo fato de uns terem acesso a espaços mais elitizados que outros, mas sim compreendida de quanto este fenômeno acaba por criar e reforçar preconceitos na sociedade brasileira, quando se legitima o espaço que pode ou não ser utilizado por determinados sujeitos, as condições que se impõem para frequentar tais territórios, acabando por dividir aqueles que podem e os que não podem pagar.

Por fim, Prado e Machado (2012) vão além, pois além de criticar a ideia de inclusão pela via do mercado, lembrando que o Brasil é um dos países com um dos piores índices de distribuição de renda mundial, excluindo grande parte dos LGBT destes “guetos”, ressaltam que a “guetificação” (2012 p.64) por si só, não representa um rompimento maior com o sistema homofóbico e a cultura patriarcal e heterossexista presente na sociedade como um todo:

[...] a inclusão de homossexuais via mercado pode ser uma forma perversa de manter no sistema social de produção, homossexuais capitalizados, de classes mais altas, ao mesmo tempo em que dispersa e desvia os possíveis antagonismos que aí se produziriam (PRADO; MACHADO, 2012, p. 64)

3.3 Ações e leis de apoio ao combate da homofobia nas escolas: avanços e desafios

Na década de 1990, com exceção de poucos locais nas regiões sudeste e sul (mais uma vez os “guetos” considerados mais seguros), a marginalização e invisibilidade institucional do grupo LGBT era muito acentuada, sendo ainda presente uma pobreza generalizada destes sujeitos, oriunda da baixa escolaridade pela evasão escolar, já comentada anteriormente.

Essa baixa escolaridade acaba, então, gerando pouca qualificação para o mercado de trabalho e, conseqüentemente dificuldade de se conseguir emprego com direitos trabalhistas assegurados. Somam-se a isso, fatores que caracterizavam a maior parte da comunidade LGBT da época, sua baixa participação política e as condições de moradia com padrões sanitários baixos (GUIMARÃES, 2011).

A década de 1990 apresentou importantes e surpreendentes conquistas internacionais para a comunidade LGBT: vários países europeus, como Holanda, França e Dinamarca, passaram a garantir direitos até então inimagináveis para estes sujeitos, como a garantia, o reconhecimento e a celebração da união estável e do casamento para pessoas do mesmo sexo.

Foi então em 2003, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas apresentou uma proposta que visava combater a discriminação por conta da orientação sexual das pessoas. Essa proposta foi elaborada e apresentada pelo Brasil, sendo conhecida como “Resolução Brasileira”. Essa proposta, entretanto, recebeu forte resistência, principalmente de países árabes, dos Estados Unidos e do Vaticano; este último que detinha (e ainda detêm) grande influência internacional, e ocupava um posto naquela instituição como membro “observador” com foro privilegiado (GUIMARÃES, 2011).

Após sucessivas manobras destes países, que postergavam os encontros para discussão deste tema, o Brasil, em 2005, mesmo tendo recebido apoio de países europeus, da Argentina e do Canadá, resolveu não dar continuidade a esta moção, causando perplexidade internacional devido à maneira abrupta com que findou sua tentativa de aprovar uma proposta que beneficiaria LGBT ao redor do globo (GUIMARÃES, 2011).

Realizando uma análise crítica sobre esta “desistência” do governo brasileiro em prosseguir defendendo esta pauta, nota-se que não foi apenas a pressão internacional que sepultou a aprovação de medidas mais amplas nas Nações Unidas que protegessem pessoas LGBT, mas sim uma questão econômica. Isso porque dois meses antes o Brasil sediou a Cúpula América do Sul – Países Árabes – e, ao final do evento, para evitar polêmicas, optou-se por não incluir a democracia como um princípio que regesse as negociações entre os países desse bloco (GUIMARÃES, 2011).

Foi nesse instante, que a postura do governo assumiu a diretriz de sacrificar os Direitos Humanos, especialmente dos LGBT, e priorizar o mercado que atendesse à política expansionista adotada pelo governo Lula, evitando gerar discórdias “desnecessárias”, com parceiros comerciais valiosos e de grande potencial financeiro:

Para os analistas das questões relacionadas aos direitos humanos, não estabelecer um vínculo de causalidade entre a retirada da proposta da “Resolução Brasileira” na CDHNU e as negociações realizadas por ocasião da Cúpula América do Sul – Países Árabes significa desconhecer a fragilidade que, muitas vezes, caracteriza a retórica dos direitos humanos em determinadas arenas políticas. (GUIMARÃES, 2011, p. 112)

Em 2004 é criado o Programa Brasil Sem Homofobia. O governo federal lembrou a trajetória de luta do movimento LGBT desde a década de 1980 na efetivação de direitos para esta população, reconhecendo o avanço da retirada da homossexualidade do rol de doenças por parte do Conselho Federal de Medicina (algo que ocorreu anos antes da Organização Mundial da Saúde ter revisto este posicionamento) e do Conselho Federal de Psicologia que, em 1999, proibiu os profissionais da área em tentar “curar” homossexuais ou adotar práticas que patologizassem as relações entre pessoas do mesmo sexo.

Este programa tinha entre seus objetivos articular o governo com a sociedade civil para a mudança de comportamentos dos gestores públicos no país, para que estes não fossem coniventes ou perpetuadores de atitudes e ações discriminatórias, além de defender o combate à violência homofóbica e ampliação de direitos. Para atingir estas metas, foram articuladas as seguintes ações pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação:

- a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (2004, p. 11)

Foram ainda almejadas intervenções no âmbito da educação, a respeito da pluralidade sexual, respeitando-se as orientações sexuais e identidades de gênero das pessoas, com a criação de materiais que eliminassem estereótipos preconceituosos e o fomento do debate da discriminação homofóbica, com a finalidade de superá-la. Para isso, sugeriu-se a utilização e produção de filmes, vídeos e publicações sobre este tema, para que os profissionais da educação, especialmente os professores, fossem capacitados para reconhecer, intervir e auxiliar na mudança desta realidade. O programa, tido como abrangente pelo governo visava como um dos principais ganhos a definição de indicadores para mapear e avaliar a situação de pessoas LGBT no Brasil.

No mesmo ano, em 2004, é criada a Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que tinha entre seus objetivos a valorização da diversidade, a promoção dos direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental. Entre seus programas e ações estavam aqueles destinados à formação de educadores e materiais didáticos, a fim de garantir a ampliação e acesso dos alunos no meio escolar e superior, respeitando as diferenças e procurando reduzir as desigualdades educacionais.

Entre os contemplados desta Secretaria, estavam pessoas com deficiência, beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família e do BPC (Benefício de Prestação Continuada), populações indígenas, quilombolas e residentes na zona rural, mulheres, negros e alunos LGBT. A Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade (SECAD) previa, igualmente, ações de capacitação e formação de professores e gestores para trabalharem com os públicos ora mencionados.

Anos depois, em junho de 2008, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República realizou a primeira Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, precedida de encontros municipais e estaduais em todos os territórios do país. Tal proposta foi um marco do governo do presidente Lula, algo até então inédito para o país: fazer uma convocação desta natureza, dando voz e visibilidade para estas pessoas, para que pudessem reivindicar direitos e denunciar a violência por elas sofrida.

A Conferência, que contou com a participação de membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário, serviu, também, naquele ano, para celebrar os sessenta anos da Declaração dos Direitos Humanos. O encontro, de acordo com o documento Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT (2008, p. 13), tinha por pretensão garantir:

[...] amplo acesso aos direitos civis da população LGBT, promovendo a conscientização dos gestores públicos e fortalecendo os exercícios de controle social, serão implementadas políticas públicas com maior equidade e mais condizentes com o imperativo de eliminar discriminações, combater preconceitos e edificar uma cultura da paz, buscando erradicar todos os tipos de violência.

Foram trabalhados dez eixos temáticos que abordavam as seguintes categorias: Direitos Humanos, saúde, educação, justiça e segurança pública, cultura, trabalho e emprego, previdência social, turismo, cidades e comunicação.

Entre as demandas debatidas e pretendidas, pode-se citar: a implementação e ampliação de conselhos municipais, estaduais e no âmbito federal da população LGBT; a equiparação dos direitos que já eram estendidos às pessoas heterossexuais; a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos em todas as esferas da Federação em temas relativos aos Direitos Humanos, englobando a população LGBT; a inclusão e o reconhecimento no âmbito da assistência social de famílias homossexuais, para que estas também fossem contempladas com benefícios e programas sociais, além de incluir este grupo em ações de apoio e acolhimento institucional para o combate ao preconceito e ao estigma; a revogação do

artigo 234 do Código Penal Militar que punia militares que fossem homossexuais; o apoio e a aprovação do projeto de Lei 122/06 que criminalizava a homofobia; e a criação de mecanismos no âmbito da saúde, para que pessoas de baixa renda tivessem acesso aos tratamentos do HIV/AIDS, assim como a capacitação dos profissionais do SUS sobre os temas pertinentes à sexualidade, diversidade sexual e preconceito, incentivando a inclusão do nome social nos prontuários e formulários de atendimento, incorporando estes temas também aos cursos de graduação e pós-graduação;

Entre as moções de repúdio proferidas na primeira Conferência Nacional LGBT, destaca-se a crítica contra a prefeitura de Campo Grande, que puniu com demissão duas professoras homossexuais alegando que a orientação sexual destas educadoras poderia vir a causar influências negativas em seus alunos.

Também se problematizou o caso, bastante em voga na mídia daquele ano, em que o jogador de futebol Ronaldo teria se envolvido com travestis, sendo que a ele foi garantido ampla defesa, enquanto que para as trans sobrou o escárnio e o deboche por parte da mídia e das redes sociais, que a todo instante ainda se referiam a elas pelo pronome “o”, ou seja, “os” travestis.

Além disso, desaprovou-se o avanço do fundamentalismo religioso, em especial do senador Magno Malta¹², que através de seus posicionamentos feriu os princípios da Constituição, da laicidade do Estado e da dignidade da população LGBT, por meio de suas falas abertamente homofóbicas.

Repudiou-se, ainda, o poder executivo, que por meio de uma política neoliberal tem aprofundado a destruição de políticas sociais, realizando o avanço das privatizações e do sucateamento da saúde, prejudicando, assim, a efetivação de direitos para a população LGBT.

Sobre o avanço de um Estado mínimo, que pouco ou nenhuma ação tem feito para priorizar políticas sociais, considerando apenas os interesses do mercado, Silva e Moreira (2012) trazem importantes contribuições:

O Estado atende o mínimo possível na área social que as demandas da sociedade requer, principalmente nos direitos sociais e trabalhistas desencadeando um corte de gastos fazendo deste um Estado Mínimo, ou seja, mínimo em direitos trabalhistas, sociais, educacionais, porém máximo para o mercado internacional. Por consequência da não responsabilização do Estado temos os movimentos sociais marcantes como, movimento feminista, trabalhista, mobilização dos negros, revolta estudantil e movimento de diversidade sexual como no caso dos brasileiros homossexuais que lutam

¹²O político mencionado permanece sendo senador da República.

com maior vigor desde o início da década de 1980 pelos direitos humanos e reconhecimento GLTB. (SILVA; MOREIRA, 2012, p. 6).

O Programa Brasil Sem Homofobia gerou frutos, tendo sido criados em 2005 quinze centros de referência que prestam serviços assistenciais, psicológicos e jurídicos para a população LGBT e, em 2006, foram criadas outras trinta instituições localizadas nas capitais dos estados e em outras cidades do Brasil.

Contudo, conforme debatido na primeira Conferência Nacional LGBT, ficou a impressão de que muitas das ações propostas permaneceram apenas no papel, fosse pela descontinuidade do programa, fosse pela falta de recursos para mantê-lo.

O desalento na fala de um gestor e a impressão de que o programa não passou de algo bem intencionado pelo governo, exemplifica tal afirmação, conforme Mello et al (2012):

Brasil sem Homofobia concretizou o quê? Os centros de referência e eles já estão fechando. Não conseguiu levar diante, não é uma política pública. Era um número. Construímos 50 centros de referência, bacana! Vai servir pra qualquer campanha eleitoral. Mas não se configurou como política pública porque eles estão fechando. Não me venha dizer que construir núcleos de pesquisa nas universidades e passar 23 mil reais pros núcleos de pesquisa é política pública. Porque depois esses 23 mil reais, que não servem pra nada, a não ser pra comprar computador e uma mobília e só e não voltar mais a ter diálogo com as universidades [...]. Um... me... eu sou muito sincero. Acho que falta prioridade do governo federal... (2012, p. 297)

Houve também forte descrença por parte dos ativistas e militantes da causa LGBT, que igualmente participaram da formulação de políticas, uma vez que o Plano Nacional LGBT sequer foi disponibilizado no site do governo, sendo sua divulgação tímida e limitada, não abrangendo a totalidade de gestores e executores de políticas aos quais se almejava, demonstrando, assim, a falta de efetividade ao apenas nortear, mas não produzir ações concretas, não sendo “instituído pelo governo na forma de decreto ou portaria, reproduzindo a inexistência formal que também caracteriza o ‘Brasil sem Homofobia’” (MELLO et al, 2012, p. 301).

Aconteceu forte debate durante a Conferência de quanto alguns políticos se utilizavam dos âmbitos legislativo e executivo para proferir mensagens e interpretações de cunho religioso em um espaço público, acabando por confundir estes espaços com igrejas: seja no senado, seja nas assembleias estaduais ou nas câmaras de vereadores. Sobre isso, importante pontuar que o direito ao livre exercício religioso é uma conquista assegurada na Constituição Federal de 1988, considerado, pois, um direito fundamental, sendo igualmente assegurado que

o Estado brasileiro não possui nenhuma religião oficial, para garantir a pluralidade e diversidade de crenças.

Frisa-se que, ao passo em que é permitido este pluralismo de religiões, o Estado é laico, ou seja, há uma separação entre este e as múltiplas religiões praticadas na sociedade, justamente para que estas não interfiram na implementação de políticas, leis ou programas sociais, os quais devem ser tomadas de forma democrática, sem imposição de dogmas particulares das demais crenças.

Em uma sociedade democrática como a brasileira, os diferentes grupos religiosos possuem resguardo para reunirem-se, assegurando a reprodução de seus princípios e valores, mas “não tem o direito a pretender hegemonizar a cultura de um Estado constitucionalmente laico” (JUNIOR, 2014, p. 82). Tem-se, aqui, um grande dilema, pois há movimentos de grupos religiosos que estão adentrando nos domínios do Estado, sendo um exemplo disso as bancadas religiosas presentes nos âmbitos legislativos do país, em especial de matriz evangélica (JUNIOR, 2014). “Hoje, o Congresso tem 78 parlamentares que professam essa fé. Quase um, em cada seis deputados, é evangélico” (BEGUOCI, 2015, p. 34).

A origem de políticos evangélicos, os quais legislam orientados por seus dogmas religiosos, contrariam a premissa de um Estado laico, remontando ao ano de 1986 (BEGUOCI, 2015).

Após o fim da ditadura e com os trabalhos de discussão e implementação da Constituição que seria promulgada em 1988, foram eleitos 32 deputados federais pertencentes à religião evangélica em 1986 onde, naquele momento, seguiu-se um tipo de lema em que cada “irmão” votaria em outro “irmão”, a fim de se unirem para combater o que para eles era considerada uma ameaça: de que o Brasil fosse oficialmente considerado um país católico, o que feriria os interesses e aspirações da sua religião (BEGUOCI, 2015).

Os evangélicos pentecostais surgem nos Estados Unidos no início do século XX, tendo como características o conservadorismo e a necessidade de “espalhar a palavra”. Nos anos 1970 surge no Brasil o neopentecostalismo, com forte viés midiático e ênfase na teologia da prosperidade, entendida como a prova de que quanto maiores as riquezas materiais que uma pessoa possui, maior a confirmação de que deus agiu em benefício daquele indivíduo (BEGUOCI, 2015).

Em 2003 é criada a Frente Parlamentar Evangélica, que atualmente possui como bandeira a defesa da família tradicional. Beguoci (2015) aponta que não é possível generalizar a religião evangélica por esta possuir diferentes ramificações, inclusive com divergências

entre as lideranças para conseguir fiéis. Porém, é justamente esta pauta que faz com que evangélicos convirjam para a defesa da negação de direitos que difiram do conjunto familiar cristão, reprodutor, patriarcal, composto por pai, mãe e filhos, sendo o homem a figura central da família.

Há, ainda, a forte união de parlamentares fundamentalistas para barrar quaisquer leis ou políticas que venham a beneficiar LGBT ou que sejam consideradas contrárias aos seus princípios, como a descriminalização e legalização do aborto. Conforme o Censo de 2010, o Brasil possui 42 milhões de pessoas adeptas a esta religião (BEGUOCI, 2015).

Questiona-se, então: o Estado, sendo laico, pode adotar uma postura de indiferença diante das religiões? Junior (2014) diz que o fato do Estado ser laico não significa que seja um “estado ateu”, garantindo-se que o casamento religioso produza efeitos civis, a matrícula facultativa de ensino religioso em escolas públicas de ensino fundamental, assistência religiosa em instituições civis e militares de internação coletiva. Assim, o Estado não só deve garantir a liberdade religiosa, como também a proteção das múltiplas celebrações religiosas.

É possível, então, permitir que por meio da garantia do direito fundamental de liberdade de crença, uma pessoa use de sua fé como forma de “escudo” para propagar o ódio contra homossexuais?

Esta atitude acaba esbarrando e ferindo outros direitos, como da igualdade e da não discriminação, igualmente presente na Constituição:

O discurso de ódio, por ofender, menosprezar, incitar o preconceito e a discriminação, viola o direito de terceiro, devendo ser amplamente combatido, principalmente num Estado laico e que se diz ser Democrático de Direito... Portanto, o preconceito, a discriminação e a intolerância não encontram guarida na liberdade religiosa, caracterizando, ainda que de forma velada, a homofobia. (JUNIOR, 2014, pp.84-85).

Assim sendo, por mais que o Estado deva (e tem que) continuar garantindo a pluralidade religiosa, este não pode seguir as premissas desta ou daquela religião específica, pois acabaria ferindo os princípios da laicidade, pondo em risco a efetivação do princípio da dignidade humana garantido constitucionalmente e conquistado após anos de luta pelo fim da ditadura militar.

O ano de 2011, então, mostrou-se emblemático para os direitos LGBT, sendo demonstrada a força da onda fundamentalista que reagiu com vigor contra os direitos conquistados e debatidos naquele momento. Durante este ano ocorreu algo inédito até então, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a união estável é um direito igualmente

assegurado aos casais homossexuais, abrindo, assim, espaço para o reconhecimento por parte do Estado de novos arranjos familiares com os mesmos direitos das famílias heterossexuais como, por exemplo, o direito à adoção:

Na prática, foi no Poder Judiciário que o movimento LGBT encontrou a regulação do casamento civil, como um tipo de ressonância positiva e não submetida aos interesses conjunturais de coalizões conservadoras que sustentam governos e candidatos (SARAIVA, 2014, p. 89).

No mesmo ano, foi lançado em todo o país o “Projeto Escola sem Homofobia”, o qual teve supervisão e apoio do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade (SECAD), sendo planejado a partir da soma de esforços de instituições como a *Global Alliance for LGBT Education* (GALE), a ONG *Pathfinder*, a ECOS (Comunicação em sexualidade), A Reprolatina (Soluções inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva), e a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Este programa criou estratégias para combater a homofobia nas escolas que, entre algumas ações, visava a distribuição de materiais informativos e didáticos aplicados junto a gestores, alunos e docentes, exemplificando o contexto da homofobia, assim como a capacitação de técnicos educacionais e do movimento LGBT para o uso correto deste kit.

Este kit pretendia romper com a visão estereotipada de pessoas homossexuais e transexuais, fomentar a consciência crítica da população escolar por meio do reconhecimento e apreço ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando este, em seu artigo V, diz que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Além disso, o kit, que contava com recursos audiovisuais, também contemplava o combate à discriminação, não apenas por razões de orientação sexual e identidade de gênero, como também de raça, religião e de pessoas com deficiência e diferentes classes sociais.

A criação deste projeto foi feita após uma pesquisa ampla sobre homofobia nas escolas, realizada em onze capitais das cinco regiões do país, onde foram entrevistadas mais de mil pessoas, entre elas gestores, professores, estudantes e diretores de escola, traçando-se um plano de ação pormenorizadamente estudado que, caso fosse aprovado, seria aplicado em seis mil escolas do país.

No mesmo ano, a França aprovou um projeto semelhante de combate à discriminação homofóbica e transfóbica nas escolas, com o apoio do Ministério da Educação daquele país, mesmo com a forte onda conservadora insurgente, inclusive com forças religiosas ligadas ao Vaticano que escreveram diretamente ao ministro da educação criticando a chamada “ideologia de gênero” aplicada aos alunos. Diferentemente do Brasil, a França aprovou o projeto.

Pela forte pressão da bancada fundamentalista no Brasil, houve o veto por parte da ex-presidente Dilma ao projeto de combate à homofobia nas escolas, intitulado por religiosos de “kit gay”, que interpretaram que o projeto ensinaria crianças e adolescentes a se tornarem homossexuais.

Conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação (UOL EDUCAÇÃO, 2011), o que se antecedeu ao veto foi um verdadeiro “toma lá dá cá” em que os direitos LGBT foram rifados justamente com os setores fundamentalistas que, em troca da retirada do projeto de combate a homofobia nas escolas, não apoiariam a investigação de um correligionário do partido da então presidente, suspeito de corrupção. O projeto foi retirado e o correligionário não foi chamado a depor.

A situação que se sucedeu ao veto ficou ainda mais inacreditável quando a própria ex-presidente realizou uma declaração para a mídia, alegando que seu governo combatia a homofobia, mas que não seria permitido “a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”¹³.

Em uma frase tão curta, ao qual ganhou forte repercussão nacional, é possível formular uma série de questionamentos: o fato de uma política educacional de combate ao ódio contra um segmento populacional historicamente marginalizado, perseguido e tão esquecido, ao qual já havia reivindicado políticas educacionais de combate à homofobia nas escolas na primeira Conferência Nacional LGBT, ser tratado como uma simples “propaganda”, corroborou e deu força à retórica fundamentalista de que o projeto em tela iria meramente expor vidas de pessoas homossexuais e transexuais sem um questionamento crítico sobre esta realidade.

Ainda, absolutamente questionável a forma com que a pessoa mais importante do país se referiu ao abordar o tema da diversidade, como uma “opção”, expressão que desde os anos 1980 o movimento LGBT vem lutando para erradicar, por entender que ninguém faz uma escolha ou uma opção em ser ou não homossexual.

¹³GAY.COM.BR. **Dilma Rousseff: “propaganda de opções sexuais”**. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_oL3Jc1QBZA>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

Mostra-se, pois, a existência de pouca (in)formação sobre o tema da diversidade e educação sexual, não apenas nas comunidades escolares, mas também dentro de espaços em que ele deveria estar mais presente, como nas universidades, formando profissionais capacitados para intervir nesta questão.

Isto acaba por desencadear o chamado “efeito bumerangue”, apresentado por Koehler (2013), quando a falta de conhecimento crítico sobre um tema que permeia a realidade destes professores que atuam em escolas é substituída pelos valores, crenças e entendimentos a respeito da sexualidade que estes já possuem.

É nessa perspectiva fundamentada em senso comum (pois os profissionais da educação não tiveram acesso a uma formação científica questionadora na licenciatura), que os professores irão reproduzir esta moral com seus alunos. Por esta razão o Programa Brasil Sem Homofobia poderia auxiliar enormemente numa mudança de paradigma que substituísse o senso comum pelo entendimento sobre a diversidade sexual, visando atitudes propositivas de enfrentamento do preconceito.

Diante desta realidade, ocorreu em dezembro de 2011 a segunda Conferência Nacional LGBT. Não por menos, lamentou-se o fato da ex-presidente sequer ter comparecido ao evento para explicar pessoalmente os motivos pelos quais o projeto de combate a homofobia nas escolas foi vetado.

Assim, considerou-se sua fala à imprensa como trágica, quando também foi lembrado o fato do então ministro Gilberto Carvalho ter negociado diretamente com políticos fundamentalistas a suspensão do programa, conforme o documento Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT (2011, p. 89).

Ainda descrito nos Anais da 2ª Conferência Nacional, nas palavras de Jovanna Baby: “[...] enquanto Silas Malafaia está na TV pedindo pra descer o pau nos homossexuais, ele é tido como parceiro [...] Magno Malta, sanguessuga, tem mais créditos no Planalto que nós, travestis e LGBT” (2011, p. 29).

Entre as moções de recomendação, estava a solicitação para que Dilma liberasse o programa de combate à homofobia nas escolas (algo que nunca ocorreu), repudiando o avanço do fundamentalismo religioso como base para negar direitos em um estado que deveria ser laico.

Parabenizou-se, pois, a coragem e a atitude do Supremo Tribunal Federal em aprovar a união estável para casais homossexuais e, novamente, reivindicou-se a criminalização da homofobia, que encontra difícil terreno para aprovação, já que “políticos conservadores [...]

por convicções religiosas, rejeitam a homossexualidade e, portanto, a criminalização da homofobia” (MASIERO, 2014, p. 83).

Em 2013, um pastor fundamentalista reconhecido por sua postura homofóbica e contrária a políticas que beneficiassem a população LGBT, espantosamente tomou posse como presidente da Comissão de Direitos Humanos, “uma consequência não prevista de uma aliança entre os partidos da base governista” (NARDI, 2013, p. 25), demonstrando o quanto os direitos LGBT permaneceram sendo rifados com os setores conservadores em troca de governabilidade, tanto que nesta mesma comissão foi aprovada a possibilidade de que psicólogos pudessem “curar” homossexuais (COSTA, 2013).

Em 2016 ocorreu a 3ª Conferência Nacional LGBT, composta de 919 pessoas credenciadas. Ignorando os retrocessos ocorridos no primeiro governo Dilma, pontuou-se a presença em variados meios de comunicação em massa a veiculação de programas evangélicos que disseminam o ódio contra homossexuais, além da forma caricata e estereotipada com que a mídia em geral retrata estes sujeitos, não contribuindo para o fim do preconceito e, ao contrário, fortalecendo o estigma contra LGBT.

Neste sentido, defendeu-se a democratização dos meios de comunicação e a criação de mídias comunitárias. Entre outras demandas, estavam: a ampliação de espaços para o processo transexualizador e do programa Transcidadania em âmbito Federal, cujo trabalho teve origem na cidade de São Paulo e destinava um auxílio financeiro para pessoas trans desde que concluíssem o ensino básico e participassem de formação continuada para capacitação profissional.

Além disso, cabe destaque as moções de repúdio ao Deputado Jair Bolsonaro, por seus discursos machistas e homofóbicos, bem como de outros políticos, como Carlos Gueiros (PSB) de Pernambuco e Joel da Harpa (PTN), do mesmo estado, da Prefeitura e da Câmara Municipal de Palmas (TO), por propostas que visavam criminalizar e silenciar o debate sobre preconceito e discriminação de gênero e sexual dentro dos espaços educacionais. O mesmo ocorreu em João Pessoa, na Paraíba, quando uma vereadora, alegando o avanço de uma suposta “ideologia de gênero”, utilizou-se de discurso de ódio para deturpar o real intento do programa de combate à homofobia nas escolas.

Entre os avanços jurídicos e leis já existentes que serviam de amparo à efetivação do respeito à diversidade sexual no âmbito da escola, pode-se citar: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069/90) que assegura a participação “da vida familiar e comunitária, sem discriminação” (art. 16), assim como declara que “todos devem velar pela dignidade da

criança e do adolescente”, não sendo permitido a estes serem submetidos a tratamentos discriminatórios, vexatórios ou constrangedores (art. 17). Ainda, é vedado aos pais, assim como a gestores públicos, educar crianças e adolescentes por meio do uso de castigos que os exponha a situações degradantes ou humilhantes (art. 18).

Ademais, o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), que contempla pessoas de quinze a vinte e nove anos, que da mesma forma tem entre um dos seus princípios a garantia do respeito à diversidade e à promoção de uma vida livre de quaisquer formas de discriminação (art. 2º), citando, inclusive, o acesso e igualdade de direitos sem receber tratamento diferenciado em função da raça, cor, religião e orientação sexual (art. 17). Em seu artigo 20, garante aos jovens o acesso a temas que devem ser adotados nos níveis de ensino, os quais abordem a “saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos”.

Tem-se, também, a Lei Maria da Penha (nº 11.340/06) que contempla ações de amparo e defesa da violência familiar e doméstica contra mulheres e favorece igualmente as mulheres lésbicas (art. 5º) e mulheres transexuais (TANNURI, 2015).

Além disso, a Lei nº 13.185/15 (lei do bullying) defende o direito à paz nas escolas, o combate a todas as formas de violência e discriminação, assim como a prevenção da violência. Esta lei prevê diversos objetivos, bem como a capacitação das equipes diretivas e de educadores das escolas: orientações para pais, alunos e professores sobre o bullying; apoio psicológico, jurídico e social as vítimas; e não ter como finalidade a punição de agressores, mas o enfoque preventivo para a mudança de atitudes hostis e discriminatórias dentro da escola.

Levando-se em consideração todas as lutas até aqui enumeradas de defesa e ampliação dos direitos e políticas sociais da população LGBT, necessário analisar o próprio contexto da política social. Behring e Boschetti (2006) dizem que não é possível analisar as políticas sociais de um ponto de vista isolado, como um fato excluído de outras variáveis culturais, econômicas e políticas, em razão de que este é um terreno marcado pelo confronto e pela contradição de forças.

Assim, indaga-se: o Estado, ao conduzir políticas nas áreas econômicas e sociais, prioriza os interesses do mercado ou os interesses da classe trabalhadora e da população privada de acesso a programas assistenciais mínimos? O Estado respeita e atende a ampliação dos movimentos sociais ou este tem como proposta a criminalização das pautas levantadas por estes movimentos?

É fundamental, pois, reconhecer a importância dos movimentos sociais e o quanto estes, ao entrarem em confronto com os interesses das classes dominantes e hegemônicas, projetam novas construções em busca de novas formas societárias de existência e como estas se:

organizam no âmbito da sociedade civil e interferem na conformação da política social, de modo a identificar sujeitos coletivos de apoio e/ou resistência a determinada política social, bem como sua vinculação a interesses de classe (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 45)

Atentando-se à “dimensão cultural”, os “sujeitos políticos” fomentam e trazem junto a si os valores de sua época histórica. São estes valores que definirão aqueles e aquelas aos quais merecem receber algum respaldo de proteção por parte do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Destaca-se que o momento atual é o retorno voraz dos preceitos do liberalismo, com a responsabilização individual dos sujeitos pelas condições aos quais se encontram, tornando as mazelas da questão social uma obrigação para pessoas resolverem sozinhas:

As políticas sociais e a formulação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social do capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 51)

Para compreender melhor os fundamentos do liberalismo e como, na atualidade, ele retornou com força priorizando os lucros dos donos dos meios de produção em detrimento da classe trabalhadora e daqueles aos quais o Estado deveria proteger, indispensável analisar as propostas desta corrente teórica.

No desenvolvimento do capitalismo e acumulação do capital, ainda no século XIX, o liberalismo era usado para fundamentar a ideia de livre mercado, onde as pessoas eram “livres” para vender sua força de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Entendia-se que se cada um lutasse por si em busca de melhores condições de vida, chegaríamos em uma sociedade composta por estes indivíduos que, ao buscar um aperfeiçoamento social e econômico, formaria uma sociedade forte tanto social, quanto economicamente.

Entre os preceitos do liberalismo está a responsabilização dos sujeitos e o predomínio do individualismo para fundamentar a ideia de que se uma pessoa for pobre, por exemplo, é

porque não se esforçou o bastante para crescer neste mercado, imperando a lei do “cada um por si”, onde se encontra cada qual lutando pelo seu próprio bem-estar, numa defesa absoluta da meritocracia, ou seja, “quem faz por onde, consegue. Quem não consegue, é porque não fez o bastante” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 61).

As funções do Estado seriam apenas três: “a defesa contra inimigos externos; a proteção de todo o indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos; e o provimento de obras públicas, que não possam ser executadas pela iniciativa privada” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 60).

Com a crise da bolsa de Nova York, em 1929, os preceitos do liberalismo entraram em colapso quando os Estados do capitalismo central passaram a adotar o Keynesianismo para retomar a economia e ampliar políticas, por meio do aumento do poder do Estado em regular as relações sociais e econômicas (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Apesar disso, no início dos anos 1970, o capitalismo volta a sofrer uma forte crise, quando as políticas de pleno emprego defendidas pelo Keynesianismo param de funcionar ou tem pouco impacto em fazer crescer as taxas de lucro dos donos dos meios de produção (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

É quando se retomam os ideais do liberalismo, agora neoliberalismo, com forte impacto nas políticas sociais que serão incessantemente retiradas ou limitadas, pois a política adotada pelos Estados foi a de sacrificar quaisquer direitos para retomar o lucro dos grandes empresários.

É nessa perspectiva que é possível traçar um paralelo com as lutas do movimento LGBT e as políticas sociais destinadas a esta população. Com a retomada do neoliberalismo, pode-se dizer que há uma responsabilização do LGBT pela violência sofrida, bem como uma “naturalização”, como se fosse um fato estanque na sociedade e como se houvesse o entendimento de que “isso sempre foi assim e sempre será”.

O movimento contraditório de forças para a efetivação de direitos também permeia a construção de políticas que venham a beneficiar homossexuais: há um movimento que há alguns séculos, em diferentes partes do mundo, tenta ter os mesmos direitos que os heterossexuais já possuem. Ressalta-se que este movimento só ganhou força e maior visibilidade a partir dos anos 1960, algo muito recente se comparado com a força oposta, composta de fundamentalistas religiosos, entre outros grupos que, guiados por uma moral conservadora, queriam que estas pessoas continuassem no “armário”, sem acesso a políticas

sociais que no neoliberalismo seria visto como um gasto social e um desperdício de recursos para pessoas consideradas sem valor.

O avanço do neoliberalismo que, no Brasil, teve seu ápice durante o governo Fernando Henrique, marcado pela perda dos direitos dos aposentados, trabalhadores e focalização das políticas e privatizações afeta diretamente a população LGBT também pelo viés econômico e na privação de outras políticas como a educação, saúde, previdência social e trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). De que forma? Foi durante a ditadura militar brasileira que se instituiu um sistema de acesso a políticas sociais “dual: para quem pode e para quem não pode pagar” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 137).

Assim, quem quisesse ter acesso a uma educação com qualidade superior, teria que pagar um colégio particular e quem quisesse ter acesso a acompanhamento médico, hospitalar e farmacêutico, deveria pagar um plano de saúde.

Com a retirada de investimentos em políticas sociais, preconizadas pelo neoliberalismo em prol do lucro de uns poucos, quem não dispunha de recursos financeiros para custear estas políticas, se via diante de uma realidade em que tem que lutar para dividir espaço nas ações focalizadas e segmentadas disponibilizadas pelo Estado. No caso de LGBT, não significa que ao pagar para ter acesso a uma política ficará livre de segregação, em razão do preconceito homofóbico.

Uma travesti expulsa da escola, que não pode utilizar o banheiro, uma lésbica, um gay, uma pessoa bissexual, que evadem do espaço escolar por não suportarem as violências diárias sofridas, se vêem diante de uma situação onde, futuramente, não conseguirão (ou terão dificuldade de) ingressar no mercado formal de trabalho, sendo privados de garantias trabalhistas e da seguridade social, causando incertezas quanto ao seu futuro, já que sem contribuição não terão a possibilidade de se aposentar.

Dessa forma, sem dinheiro, não poderão obter as mínimas condições para assegurar sua subsistência. Se forem expulsos de casa, em razão da quebra dos vínculos familiares, quais políticas estarão destinadas a acolher estes sujeitos?

Salienta-se que combater a homofobia não é apenas mera questão subjetiva, e sim tratar das condições objetivas e materiais da vida destes sujeitos onde, com a soma de um preconceito reproduzido a milênios e uma política neoliberal de retirada de direitos, põe em risco e coloca em situação de vulnerabilidade este grupo. Além disso, há o agravante da ofensiva cultural e religiosa, que permanentemente se opõem ao avanço de políticas sociais, embasados em um discurso de ódio.

Assim, no próximo e último capítulo serão discutidas as propostas da pesquisa sobre bullying homofóbico, bem como serão demonstradas as percepções de diretores, professores e alunos sobre esta temática.

4 UMA PESQUISA SOBRE BULLYING HOMOFÓBICO: DESCORTINANDO UM PRECONCEITO

O último capítulo desta dissertação pretende trazer os dados de uma pesquisa qualitativa realizada em duas escolas da rede estadual de Pelotas. Cada um dos educandários possui aproximadamente mil alunos e cerca de oitenta professores, respectivamente. Foram entrevistados o total de dois diretores, seis professores (três em cada escola) e oito alunos, somando dezesseis pessoas entrevistadas.

Um dos objetivos desta pesquisa foi o de identificar as ações desenvolvidas pelas escolas para combater e prevenir o bullying homofóbico, traçar o conhecimento que estes três grupos – direção, professores, alunos – tinham sobre a homofobia e se percebiam que este fenômeno era prevenido e debatido em sala de aula e demais espaços institucionais.

4.1 Primeiras aproximações

Esta pesquisa foi realizada em duas escolas estaduais do município de Pelotas, onde participaram dezesseis pessoas, entre elas alunos, professores e direção. Inicialmente, pretendia-se realizar a pesquisa em uma escola pública municipal e outra estadual do município de Pelotas.

Um dos critérios para o início da pesquisa, foi a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UCPel, o qual entre outros documentos solicitava a anuência das instituições escolares. Apesar da escola municipal não ter se oposto à aplicação da pesquisa, a mesma apenas concordou em assinar o termo de consentimento após a aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Assim, após a entrega do projeto, esta instituição se pronunciou e alegou que por se tratar de um tema “delicado”, o projeto deveria passar por uma avaliação mais criteriosa e pelos olhares “não só pedagógicos, como jurídicos também”.

Por uma questão de cronograma, optou-se por escolher outra escola da rede estadual de ensino, uma vez que a 5ª Coordenadoria Regional de Educação não se opôs a aplicação da pesquisa nas escolas do estado e, pelo contrário, elogiou a proposta, vindo a prestar contribuições para enriquecer este estudo.

Antes mesmo do início das entrevistas, surgiram algumas indagações a serem exploradas: a dificuldade em abordar o tema da sexualidade quando esta diverge da norma heterossexual, ao considerar o tema como “delicado”. Se o tema fosse abordar uma pesquisa

sobre relacionamento (heterossexual) haveria todo esse cuidado em autorizar uma pesquisa? Se a pesquisa fosse apenas sobre a questão do bullying, sem enfatizar o cunho homofóbico como estopim das agressões, haveria o cuidado de passar pelo olhar jurídico e pedagógico da instituição?

Considerando os dados da pesquisa nacional sobre bullying homofóbico realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2016), a qual apontou que 60% dos alunos homossexuais tinham medo de ir à escola e sofrerem represálias em função de sua orientação sexual e outros 43% tinham receio de serem agredidos em razão de suas identidades de gênero, 73% destes estudantes já foram agredidos verbalmente, 27% sofreram agressões físicas e 56% foram assediados sexualmente na escola.

Assim, a primeira indagação a ser feita é: onde estão os olhares “jurídicos e pedagógicos” para estas pessoas, agredidas diuturnamente em variados espaços e principalmente dentro do ambiente escolar?

Como dito anteriormente, existem uma série de normas, diretrizes e leis, que dão amparo ao acesso a uma educação livre de quaisquer formas de discriminação, inclusive por orientação sexual e identidade de gênero, mas abordar a temática de combate à homofobia apresenta ainda obstáculos para sua real efetivação, para que alunos e da família destas pessoas possam usufruir do direito à educação, sem ter que conviver com o ódio.

É certo que falar em preconceito, em realidade, tornou-se um tema tabu. A escola sempre foi considerada uma instituição de seleção e diferenciação social e nos comportamos como se isso não existisse. Com isso, estamos sempre em situações de fragilidade, de “estar pisando em ovos” na prática escolar, sem podermos romper com isso. É fato que não se pode negar a seletividade que está presente na prática institucional escolar e, por vezes, de caráter elitista. (ITANI, 1998, p. 120).

Causa no mínimo um estranhamento desta postura adotada pela Secretaria Municipal de Educação, uma vez que no município de Pelotas, o Plano Municipal de Educação prevê entre as suas diretrizes o combate e a erradicação de quaisquer formas de discriminação, incluindo raça, religião e orientação sexual.

Como ocorrido em outras regiões do país durante a discussão dos planos municipal, estadual e federal de educação, a proposta passou por forte repressão e crítica por parte de setores fundamentalistas evangélicos, que alegaram que colocar questões de gênero poderia

abrir espaço para se interpretar que o gênero poderia não ser mais só homem ou mulher, mas “homossexuais” (CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2017).

Percebe-se que houve um entendimento equivocado por parte dos pastores evangélicos que compareceram à Câmara de Vereadores no dia da votação quanto às propostas feitas junto ao plano, de que combater a discriminação homofóbica faria “surgir” magicamente um novo gênero, uma vez que homens e mulheres homossexuais por óbvio não deixarão de ser quem são (homens e mulheres). Fica o entendimento de que a pessoa, por ser homossexual, deixaria de ser (verdadeiramente) homem ou mulher para tornar-se algo inferior, fora do esperado, um tipo novo de gênero humano. Ao final do amplo debate, o plano acabou aprovado, sendo que a proposta de inclusão das propostas sobre gênero e combate à homofobia partiu do vereador Ricardo Santos (PDT), assumidamente homossexual, e do promotor responsável pela política da educação do município, Paulo Charqueiro. Lamentavelmente, em várias regiões do país as propostas de debate sobre gênero e combate à homofobia foram duramente aniquiladas pelos setores religiosos.

Estacheski (2016) assinala que foi a primeira vez em que as famílias e a sociedade como um todo mostraram-se tão interessadas em propostas para a educação escolar, mas que estes temas que abarcavam o fim do desrespeito e intolerância foram deturpados por lideranças religiosas, onde as famílias, seguidoras e adeptas a um pensamento preconceituoso cristalizado, não quiseram “ouvir o discurso da escola e de proponentes dos planos” (ESTACHESKI, 2016, p. 65).

Ainda, sobre a negatória de direitos para tornar possível o fim das opressões no âmbito escolar, Estacheski complementa:

A decisão tomada em câmeras de vereadores e assembleias legislativas, por pessoas que não necessariamente sabiam do que se tratava a questão, mas se deixaram pressionar, é indignante para quem almeja uma educação que desconstrua estereótipos e preconceitos e defenda uma escola que não exclua, não discrimine. Tentar calar a valorização da diversidade é outra forma de violência... Nossa sociedade machista e heteronormativa não quer admitir a dignidade de outros sujeitos e deseja calar quem luta pela não violência de gênero, pois isso subverte a ordem das coisas (2016, pp. 67-68).

Portanto, é sabido que tanto pelo olhar jurídico, quanto pelo viés pedagógico, as escolas municipais de Pelotas têm amparo em desenvolver ações de combate e erradicação das violências oriundas do preconceito, e tentar silenciar ou obstar esse debate é igualmente um jeito das instâncias superiores perpetuarem a homofobia.

4.2 Dados sobre a pesquisa

4.2.1 Metodologia

A presente pesquisa se configurou como qualitativa exploratório-descritiva. Para Minayo:

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discurso e de documentos. (MINAYO, 2014, p. 57)

Segundo Minayo (2008), em uma pesquisa qualitativa o importante são as representações que os sujeitos pesquisados manifestam sobre o objeto de pesquisa. Assim sendo, o total de pessoas entrevistadas neste estudo foi suficiente para trazer à tona as expressões referentes ao fenômeno estudado. Os sujeitos que representam os importantes segmentos da comunidade escolar (alunos, professores, direção) possibilitaram “abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 2008, p. 48).

O caráter exploratório da pesquisa se deve ao fato de que, embora haja bibliografias e pesquisas sobre temas como bullying, homofobia, discriminações e opressões diversas dentro da comunidade escolar, ainda carecem maiores estudos em razão do avanço da discussão sobre o tema a partir da Lei nº 13.185/15, do Programa Brasil Sem Homofobia do Plano Municipal de Educação de Pelotas, o qual prevê investimento aos programas de respeito à diversidade sexual nas escolas.

Conforme fundamenta Fernandes e Gomes:

A pesquisa exploratória é utilizada para casos em que, por falta de familiaridade com o problema de pesquisa, necessite-se de um estudo que oriente a direção a ser seguida, como em alguns casos específicos dentro de uma organização, embora muitas vezes possam existir teorias e conhecimentos a respeito do tema em questão. (2003, p. 7)

A pesquisa descritiva se fundamenta por ser um método que descreve as formas com que os fenômenos estudados se apresentam, ou seja, os sujeitos entrevistados percebem de que forma o bullying homofóbico ocorre. Isso é naturalizado como algo inerente a própria sociedade ou é problematizado e visto como passível de mudança? Portanto, é uma:

[...] modalidade de pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo. A pesquisa descritiva pode também ser utilizada para avaliação de programas; sendo que tais estudos podem ou não trabalhar com a formulação de hipóteses e muitas vezes podem servir de base para estudos de relações causais. (FERNANDES; GOMES, 2003, p. 8)

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista, em razão de que “A entrevista é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos” (AMADO, 2014, p. 207).

A entrevista utilizada foi a semiestruturada, pois “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada” (MINAYO, 2008, p. 64).

O método utilizado foi o da dialética, materialista – histórico –, que tem como categoria a totalidade, conforme destaca Minayo:

A primeira tese da dialética é da especificidade histórica da vida humana: nada existe totalmente dado, eterno, fixo e absoluto. Portanto, não há nem ideias, nem instituições e nem categorias estáticas... diferentemente dos positivistas que buscavam leis invariáveis da estrutura social para conservá-la, a lógica dialética introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que explica o inacabado, o imperfeito e a transformação. (2014, p. 167)

Através deste método, aplicado ao fenômeno bullying à homofobia, entende-se que os sujeitos estão em constante mudança, sendo produto histórico do meio em que estão inseridos, não sendo possível naturalizar as opressões e os posicionamentos discriminatórios, compreendendo que estas são ações produzidas e reproduzidas de acordo com padrões sócio-históricos vigentes.

O materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade. Por sua vez, a dialética refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriamente e transformação. (MINAYO, 2014, pp. 107-108)

Para esta pesquisa, foram utilizados os seguintes códigos de identificação: “D” para Diretor ou Diretora; “P” para Professor ou Professora; e “A” para aluna ou aluno. O objetivo

desta abordagem foi não mencionar os nomes para preservar o anonimato das pessoas entrevistadas.

4.3 Pesquisa sobre o bullying homofóbico: primeiras abordagens

A princípio, pretendia-se fazer um convite aos participantes da pesquisa por meio de um sorteio, em que alunos e professores fossem escolhidos de forma aleatória. Na primeira escola em que foi iniciada a pesquisa, foram sorteados dezoito alunos, sendo que, de pronto, dois estudantes, um menino e uma menina, demonstraram não ter interesse em participar assim que informado que a pesquisa tratava do bullying homofóbico presente na instituição de ensino.

Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (dos alunos que aceitaram participar), foi entregue outro documento informativo que deveria ser assinado pelos responsáveis destes estudantes, esclarecendo os motivos e objetivos da entrevista, bem como os riscos e os benefícios que uma pesquisa com seres humanos envolve.

Foram feitas tentativas posteriores de contato para agendar as entrevistas, assim como averiguar se os alunos haviam conseguido a autorização dos pais. Entretanto, surpreendentemente, muitos desses alunos já haviam mudado de ideia, respondendo que não tinham certeza se gostariam de permanecer na pesquisa, enquanto outros foram categóricos em desistir.

Informações de contato do aplicador da pesquisa foram disponibilizados aos alunos sorteados e informados que, caso aceitassem, poderiam ligar ou mandar e-mail para agendar a entrevista, o que não ocorreu até o término deste projeto. Ao final, apenas três estudantes, duas meninas e um menino, foram entrevistados.

Após a constatação da grande desistência de alunos, levantou-se a hipótese de que o simples ato de falar sobre este assunto poderia suscitar alguma desconfiança por parte de outros colegas, ao descobrirem que estes estavam prestando entrevistas sobre bullying homofóbico dentro da escola (e que poderiam ser homossexuais por falarem disso). Uma estudante ao ser questionada se teve dificuldades para conseguir a autorização de seus responsáveis, confirmou tal suspeita:

-A minha mãe ficou com medo. Por causa que minha mãe também tem a cabeça um pouco fechada. Ela não comentou muito, mas ela sabe que eu sou hétero né, mas ela ficou com medo que as pessoas ficassem sabendo [sobre a entrevista] e começassem a achar que eu não sou e começassem a me julgar,

alguma coisa assim. Foi essa a reação dela. Meu pai achou legal. Bem contraditório. Achou que seria bom eu saber mais coisas. Minha mãe tinha medo de uma represália. Ela sabe como tá tudo hoje em dia. (A. 1)

Mesmo a realidade homofóbica sendo uma presença constante dentro de variadas escolas e podendo ser pensada como um problema exclusivo de pessoas LGBT, ela acaba afetando a todos, inclusive pessoas heterossexuais, pois conforme relatado pela jovem acima, há um receio (e sua família demonstrou ser conhecedora desta realidade) de que ela própria acabasse sendo vítima de difamações e perseguições por parte de seus colegas ao ser confundida como uma lésbica, mesmo sendo hétero, pelo simples fato de falar da discriminação contra homossexuais e transexuais em uma pesquisa de mestrado.

Ademais, o receio dos familiares não pode ser ignorado, tendo em vista que mesmo sem ter um conhecimento aprofundado sobre o assunto, as pessoas compreendem a realidade vivida por homossexuais, o que não significa que possam vir a ser tomadas ações para mudar este quadro, mas apenas de não querer passar pelas mesmas situações que LGBT enfrentam.

Para além da homofobia, existe um termo que exemplifica e sintetiza esta hierarquia que coloca a heterossexualidade num patamar de superioridade: o heterossexismo (NARDI, 2013). É por meio deste sistema que se concederá vantagens sociais imediatas às pessoas pelo simples fato delas serem heterossexuais, (poder andar na rua de mãos dadas, casar, adotar, expressar o sentimento sem ser taxado de estar “expondo” sua sexualidade) como se fossem superiores aqueles que não seguem a uma lógica heteronormativa, que compreende a heterossexualidade como única norma possível.

A sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, “fixar” uma identidade masculina ou feminina “normal” e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a heterossexual. É necessário, pois, separar e delimitar um espaço para os “normais” daqueles que não estão se enquadrando dentro da norma, ou considerados como homens e mulheres “autênticos(as)” (LOURO, 2000).

Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam “marcados” como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar. (LOURO, 2000, p 10)

Assim, mesmo um estudante sendo heterossexual, será “fiscalizado” pelos demais pares ou autoridades, para que permaneça num patamar de “normalidade”, ao qual não deverá

renunciar sob pena de sofrer penitências pelos demais colegas, como uma forma de ameaça por não seguir um padrão esperado.

Devido à dificuldade encontrada em conseguir com que os alunos aceitassem ser entrevistados por meio de uma amostra aleatória, a metodologia de seleção dos alunos foi alterada para amostra intencional, selecionando aqueles que fossem assumidamente homossexuais. Para isso, foi necessário o apoio de orientadores educacionais, os quais já haviam atendido ou conhecido alunos LGBT dentro da escola.

4.3.1 Categoria: preconceito e discriminação no ambiente escolar

A escola é um espaço que condensa em seu interior e ao seu redor um espectro amplo de diversidade: alunos de múltiplas identidades sejam elas de gênero, raça, cor, credos religiosos, orientações sexuais, identidades de gênero, entre outras tantas. Porém, será neste mesmo espaço que a escola não só irá reproduzir formas variadas de discriminação, como a homofobia, por exemplo, como irá produzir diversos preconceitos (LOURO, 1997).

Contextualizando a própria instituição escolar, Louro (1997) diz que esta é um território que surge com o intuito de separar aqueles que podem adentrar seus muros, daqueles que não podem ter acesso a ele. Assim, mesmo aqueles que já estavam inseridos seriam categorizados, separados e/ou obrigados a seguir uma determinada hierarquia.

No Brasil, essa realidade e a forma com que a escola categoriza e segmenta, fica compreensível ao analisar-se a gênese da constituição da política educacional brasileira. A Constituição Imperial de 1824 reconheceu que o então ensino primário seria gratuito, mas o ensino secundário não estaria assegurado constitucionalmente, enquanto obrigação do Estado. Isso tornou o início da política educacional brasileira completamente elitizada e excludente, já que apenas os detentores de uma situação financeira minimamente favorável podiam usufruir de níveis educacionais mais elevados (CARNEIRO, 2015).

Entre as décadas de 1930 a 1970 do século XX, o Brasil passou por uma forte modernização tecnológica, amplamente difundida e de interesse do Estado e das classes dominantes, transformando drasticamente a geografia do país quando salta de 30% para 70% o índice de moradores que saem da zona rural para áreas urbanas (BALDAN; OLIVEIRA, 2008).

Assim, com a crescente industrialização, somada às reivindicações dos imigrantes que aqui chegaram da Europa, era imprescindível que se ofertassem condições de acesso à

educação para classe trabalhadora, - e não tanto por reconhecimento do acesso a esta política – justamente para que houvesse mão de obra minimamente qualificada para operar as máquinas da indústria que emergia.

É nesse sentido que a educação se apresentava como diferenciada para uns e outros, sem o intuito de formar cidadãos com consciência crítica, uma vez que a classe trabalhadora era ensinada apenas para desenvolver as questões técnicas do trabalho, popularmente falando, doutrinada para ser “peão de obra” e exercer trabalhos manuais, enquanto que alunos provenientes das elites recebiam educação diversa, voltada para o ensino superior (BALDAN; OLIVEIRA, 2008).

Em razão dessa realidade, a ascensão ao meio acadêmico para alguém proveniente da classe trabalhadora se mostrava uma utopia, já que a “única escola oficial para a certificação do ensino secundário que habilitava para o ensino superior era o colégio Pedro II” (BALDAN; OLIVEIRA, 2008, p. 90), no estado do Rio de Janeiro, não sendo acessível financeiramente às famílias da classe trabalhadora.

Assim, a escola:

Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não todos — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, "garantir" — e também produzir — as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 1997, p. 57)

A escola, então, desde os primórdios, vem categorizando e moldando alunos para seguir determinados padrões. Mesmo o presente trabalho, ao propor pesquisar a questão do bullying homofóbico, acabou identificando outras formas variadas de discriminação e violência, não apenas a homofóbica. Não há a intencionalidade de fazer maiores análises sobre esse discurso, até para não estender ou desvirtuar a presente proposta do estudo, mas ao mesmo tempo, é relevante expor esses pensamentos, pois demonstram o quanto as escolas perpetuam variadas formas de preconceito e discriminação ainda nos dias atuais, segundo as falas de professores e diretores:

- Antes era tudo muito escondido e as pessoas praticavam e ninguém fazia nada. Às vezes tu não sabia por que as pessoas eram marginalizadas, excluídas. Então depois que tudo isso começou a ser mais aberto, tu entende [o preconceito]: o negro, o pobre. Pobre acho pior! Pior que o negro, que o homossexual. Os colegas te julgam pela tua aparência, pelo que tu tem. (D. 2)

- Porque a sociedade é assim, porque elas reproduzem essas formas de discriminação? (Entrevistador)
- Porque só tem lugar pros iguais, para os diferentes não tem. Dá trabalho ser diferente para os outros. Tu tem que estudar, porque a pessoa age assim. (P. 6)
- Lidar com o diferente é difícil? (Entrevistador)
- Pra certas pessoas sim. (P.6)
- O que seria o diferente? (Entrevistador)
- O cego, o gay, o síndrome de down, aquele com hiperatividade. E as pessoas não querem isso. Não tem interesse eu acho, de mudar. É mais fácil pra ti comandar, dar a ordem e as pessoas cumprir. (P. 6)

É nesse sentido que Abramovay (2009) e Junqueira (2009) argumentam acerca dos padrões considerados aceitáveis na sociedade, englobando o homem branco, cristão, heterossexual e sem deficiência, numa tentativa de tornar a sociedade homogênea, quando qualquer sujeito que possua característica ou identidade que fuja desse padrão engessado provavelmente se tornará vítima de um preconceito.

Por esta razão que, ao falar da diversidade sexual e levantar questionamentos aos entrevistados sobre essa temática e suas observações e análises sobre o assunto, acabaram vindo à tona temas que englobam também a diversidade étnica racial, a violência contra as mulheres, racismo, machismo, bem como a negação de acesso às pessoas com deficiência a uma escola livre de discriminação.

Toda esta diversidade, que não se encaixa num determinado padrão, acarreta em atitudes de ódio perpetuadas dentro das escolas, sendo que não apenas homossexuais, como igualmente negros, pessoas pobres ou oriundas de bairros da periferia, entre outros, são igualmente vítimas de agressões morais, verbais, psicológicas e físicas, motivadas por preconceitos históricos reproduzidos socialmente (ABRAMOVAY, 2009).

No primeiro questionamento feito a professores e à direção das escolas, se percebeu a existência de discriminação contra LGBT, apenas uma professora expressou que houve uma melhora considerável, tanto que possui um aluno que é homossexual e não notou uma maior rejeição de sua turma contra ele.

- Não vejo tão latente assim. Nos vinte e sete anos de profissão já vi mais. Não sinto essa rejeição da turma, de um aluno homossexual que tenho. (P. 1)
- Não, aqui não. Aqui foi bem tranquilo. Até os professores foram bem tranquilos. Eles já estavam bem acostumados com a gente [minha namorada e eu], sempre junto. Então quando troquei de turma, os professores tudo me conhecem, e eles me perguntavam: “o que aconteceu?” (A. 4)

Há um reconhecimento de que os professores da escola foram receptivos quanto à sexualidade desta aluna. Nesse sentido, os professores entrevistados, em comparação com esta estudante, possuem uma maior crítica quanto à escola, já que todos pontuaram que o preconceito se faz muito presente na instituição, inclusive com afirmações homofóbicas nos espaços de convivência dos professores.

Os demais professores e diretores foram unânimes em afirmar que a discriminação contra LGBT dentro da escola é uma realidade, mesmo quando esta é mascarada, conforme os seguintes relatos:

- Eu acho que o preconceito, essa diferença... Eu vou te dizer que ela não se faz assim tão visível, mas é claro que tem né, porque socialmente ainda existe uma certa dificuldade nessa aceitação. ” (D. 1)
- Com certeza, e bastante (D. 2)
- Acho que sim, que é velado, muitas pessoas têm vergonha, tem constrangimento. (P. 2)
- Olha a gente vê assim, os risos, quando tem menina que vai pro lado mais masculino, assim, umas risadinhas entre eles. As meninas lésbicas... As outras ficam desconfiadas (P. 3)
- De uma forma mais... Mascarada, mas tem.”. (P.4)
- Existe. Existe. Hoje bem menos do que foi em 2011 quando cheguei aqui. Ainda existe aquele comentário desagradável aquela ‘brincadeira’, aquele bullying. (P. 5)
- Se tem! E bastante! (P. 6)

No decorrer da realização das entrevistas, uma das escolas solicitou que fossem realizadas oficinas com os alunos dos últimos anos do ensino fundamental e da EJA – Educação de Jovens e Adultos – do turno noturno sobre homofobia e diversidade sexual, objetivando que fossem trabalhados alguns mitos e equívocos sobre este tema.

No posicionamento destes alunos, ficou claro que para alguns havia o desconforto ao falar e ouvir sobre o preconceito contra homossexuais, o que se materializava por meio dos risos nervosos, dos olhares atravessados, dos cochichos, das piadas, do descrédito aos dados das pesquisas trazidas e o medo que alguns tinham de, ao falar sobre, serem confundidos com um LGBT.

Um aluno da sétima série, antes de explicar seu ponto de vista sobre a homofobia, citou o que aconteceria caso ele fosse gay diante de uma situação hipotética. Antes dele iniciar sua fala, citou e reforçou, ao mínimo três vezes, que ele não era homossexual e que aquilo seria apenas um exemplo. Seus colegas, já entediados da retórica repetitiva, falaram que já tinham compreendido muito bem que ele não era homossexual e que ele falasse o que

pensava de uma vez, demonstrando que o aluno tinha receio de alguns de seus pares não acompanharem sua lógica e entenderem que ele estaria se “assumindo”.

Outro aluno comentou que certa vez quando estava acompanhado de seus colegas no pátio da escola, foi elogiado por um estudante de outra turma, que é homossexual. Mesmo que todos da sua classe soubessem que ele é hétero, ele se viu na obrigação de xingar o aluno gay, como forma de reforçar a sua heterossexualidade diante dos outros. Já em outra turma, do oitavo ano, ao abordar a questão do machismo, uma aluna comentou que se sentia assediada por um professor, pelo fato deste fazer piadas sexuais, além de já ter notado que ele observava demais seus seios. Ao tecer essa denúncia, que até então, tinha comentado apenas para seus amigos de turma mais íntimos, outras alunas também começaram a falar que tinham a mesma percepção com relação a este educador.

Das alegações feitas por estas alunas, chamou a atenção o fato dos alunos homens terem prontamente discordado da “análise” feita por suas colegas e terem se lançado em defesa do professor, alegando que faria parte do seu jeito de ser, ser uma pessoa “brincalhona”.

Como explicação para essa “defesa”, tem-se que os homens, por meio de uma cultura machista, são ensinados a assediar mulheres desde pequenos e demonstrar força e domínio diante do grupo, naturalizando estes comportamentos ou refutando a tese de que “brincadeiras” sejam um assédio, como se isso não passasse de uma simples brincadeira (JUNQUEIRA, 2012; LOURO, 1997).

Mas ao mesmo tempo, se questiona: e se um professor homossexual fizesse este mesmo tipo de assédio contra seus alunos do sexo masculino, haveria o mesmo entendimento e aceitação? Seria aceita a ideia de que isso faz parte da conduta da pessoa em fazer estas “brincadeiras”?

Quanto à turma do turno da noite, ao abordar o tema da diversidade sexual, surgiram denúncias, por parte dos alunos negros, de que pessoas do quadro técnico da escola se utilizavam de comentários racistas para se referir a estes alunos. Ainda no turno da noite, ao montar os equipamentos de áudio e vídeo que seriam utilizados na realização da dinâmica, uma pessoa fez o questionamento sobre o que seria trabalhado naquele dia. Ao explicar que seria abordada a discriminação contra LGBT, a mesma afirmou, revirando os olhos que: “ah, isso?”, acompanhada de uma expressão facial que denotava o seu desconforto frente ao assunto. Ao finalizar a instalação dos equipamentos, esta pessoa já não se encontrava mais dentro da sala e não retornou até o final da dinâmica.

Os alunos que aceitaram participar da pesquisa teceram as seguintes respostas ao serem indagados se achavam que havia discriminação e preconceito contra LGBT na instituição de ensino:

-Eu acho que o preconceito... Não é tão exposto... Tu vê casais de dois homens, duas mulheres, as pessoas ficam por falar, então acaba existindo sim. (A 1)

-Nunca vi, nunca presenciei o preconceito. Não de ouvir, de alguém dizer, mas aquele pensamento, aquele olhar malicioso sempre tem. (A 2)

-Eu acho que pode ter sim. Todos nós temos um pouquinho assim, de preconceito, ou de medo assim... Porque é algo diferente, algo novo... (A 3)

-Olha, aqui dentro especificamente não. Mas tem essas brincadeiras, como sempre tem. Até a pouco tempo passei por isso. No segundo ano eu tive envolvimento com uma menina, a gente tava junta... Mas aquelas piadinhas quando a gente passava sempre tinha. Mas já fora daqui sim. Lá na rua onde eu moro sofri bastante. Era um burburinho aqui, ali. E era gente te olhando atravessado e não sei o que. Lá onde eu moro é uma ‘maravilha’ com relação a isso. (A 4)

-Se tem, tem indiretamente. Nunca ouvi ninguém dizer nada pra mim. Nunca sofri neste colégio. (A 5)

-Sim. Vários deboches. Aqueles que eles sabem que vai encher de desaforo eles não mechem. Mas aqueles mais calminhos eles debocham. Já vi professor debochando. (A 6)

-Isso do professor, o que tu observou? (Entrevistador)

-São brincadeiras que pra eles são normais, da rotina, só que tem vezes que as pessoas se ofendem. Chamar de bichinha, essas coisas assim. “Ai, muito viadinhos que vocês são”, são termos que muitos usam. (A 6)

-Talvez o professor nem perceba... (entrevistador)

-Sim, ele considera normal. A maioria das pessoas acham. (A 6)

-Acredito que no turno da noite aconteça mais descaradamente. Na manhã... aqui foi o colégio onde me assumi. Comecei em 2014. Quando eu entrei, já vi que o pessoal era muito imaturo. Qualquer coisa que tu te afeminasse eles já brincavam. Não era coisa de bater. Pelo menos aqui não era assim. Aí tive que vir pra noite. Eu sempre fui muito respeitado na parte da manhã. Aí vim pra noite, me senti totalmente, uma coisa diferente, porque os alunos da noite, por mais que sejam mais velhos, não tem capacidade de entender que o amor é igual, que as pessoas são iguais, me parecem que são muitos infantis, não sei explicar, mas parecem muito bobocas. Eu acho isso a coisa mais ridícula, porque não há respeito. (A 7)

-Sim. Tipo assim, não como se diz, “ah eu tenho preconceito”, mas mexendo com as pessoas a gente vê. Tinha um aluno que era gay. Chamavam de leiteiro. Diziam que era brincadeira, mas a pessoa não gostava. (A 8)

A percepção de alguns alunos é de que já observaram e/ou perceberam situações de discriminação dentro da escola, mas não apenas no colégio, como também dentro das comunidades em que moram. Outros negaram, mas não reconheceram que a discriminação pode ocorrer também por meio dos olhares, com o silenciamento intencional, com o fato de alguém não querer compartilhar do mesmo espaço que um colega LGBT e com as

brincadeiras que, em verdade, escondem o caráter preconceituoso, pois é por meio destas práticas que vão sendo reproduzidos discursos vexatórios e de ódio camuflados como simples “piadinhas”.

Outros entrevistados mais incisivos, afirmaram que a escola era um espaço abertamente preconceituoso, inclusive com referências pejorativas aos homossexuais proferidas por professores que, pela fala dos alunos, nem percebiam o tom de suas palavras.

-[...], por exemplo, o caso dessa menina que foi violentada no Rio de Janeiro¹⁴ né, que eu até disse pra eles nem sei se foi trinta homens, quem faz esse tipo de coisa não é homem, não é ninguém, sei lá o que é isso... E eu quando professora tento colocar mais argumentos em cima dos argumentos deles, eles vão parando e quando vê eles estão te olhando com uma carinha assim e ficam tipo, “bah, não pensei nisso”. E como muitos são jovens, eles têm acesso a internet, mas são leituras limitadas. Na comunidade que trabalho não é bem situada financeiramente. Tu acessa ali na hora [a internet]... Ou tu vai numa *Lan house* por tempo limitado... e vê o que está a sua disposição, tu não pode perder tempo vendo outras coisas. Isso te limita e tu acaba vendo aquilo que aparece e tu não pode muitas vezes pesquisar além daquilo que te chegou, então esse é um dos aspectos que é bem limitado. Pelo que eu vejo eles falar, o que, no caso dessa menina carioca, o que rolou foi o vídeo e os comentários do vídeo, entende? Não chegou, por exemplo, um texto de um psicólogo abordando a questão, de um sociólogo abordando a questão. (P. 2)

Foi só a reprodução pura e simples... (Entrevistador)

-Exatamente. E de opiniões que são, assim, como as deles: “o fulano disse e eu: ‘ah é, ah é.’” E tu reproduz e como são várias pessoas dizendo a mesma coisa tu acaba assimilando que isso é verdade. (P. 2)

O discurso de ódio reproduzido por meio das redes sociais acaba sendo assimilado pelos alunos que, sem questionar, tomam como verdade incontestável as informações que são mais compartilhadas ou que recebem mais retorno como sendo “positivas”. Não houve preocupação, no caso do estupro de vulnerável, em questionar o machismo, o patriarcado, a divisão sexual do trabalho, a exploração de mulheres na sociedade.

Da mesma forma, poderia ocorrer um caso de homofobia divulgado nas redes sociais: haveria um questionamento sobre a violência contra LGBT perpetuada há anos pela Igreja, sociedade e Estado, ou se levaria em consideração mensagens pautadas em um conhecimento raso, mascarado de opinião?

Destaca-se que o discurso de ódio se manifesta por meio de mensagens embasadas na intolerância, seja contra LGBT, negros, mulheres ou outros, que são utilizadas com o

¹⁴A entrevistada se referia ao caso que ganhou grande repercussão nacional em julho de 2016, em que homens abusaram sexualmente de uma adolescente e divulgaram um vídeo nas redes sociais.

propósito de negar direitos a determinadas pessoas ou grupos (ROTHENBURG; STROPPIA, 2015).

É um discurso em que o emissor da fala dispara palavras ofensivas e humilhantes contra uma ou mais pessoas que julga não serem dignas de ter os mesmos direitos. Se caracteriza não só como uma ameaça ou agressão contra uma pessoa, mas sim, contra todas aquelas que, da mesma forma, dividem semelhanças com o alvo atacado. É a chamada vitimização difusa, pois pelo tom pejorativo e discriminatório, ganha amplitude contra os grupos sociais aos quais a vítima de encontra (SILVA et al, 2011).

Assim, ao chamar um aluno de “veado”, “bixa”, “sapata”, não se está meramente fazendo uma agressão contra um estudante, mas em verdade, está deixando claro (e reforçando) para todos aqueles que presenciam aquela violência, que o preconceito é direcionado para todos os homossexuais, demonstrando para todos o quão indesejável é ser “aquilo” (JUNQUEIRA, 2012).

Questionados se já haviam recebido ou percebido alguma discriminação contra si ou colegas, responderam:

-Eu nunca... Não sei se é errado, mas já vi piadas de alemão, de raça, mas não levo na ofensa. Mas tem gente que sim. As pessoas fazem brincadeira, mas outros se incomodam. Eu não, tipo, “ah, isso é coisa de negro”, isso a gente escuta diariamente na sala de aula. Faz uma frescurinha, chama de gay, de viadinho. Comentários assim, que as pessoas falam num tom de brincadeira, mas tu vê que não é certo aquilo. Comentários entre amigos, fazem piadas. Às vezes acham que a brincadeira não é preconceito. Mas em questão de machismo, por exemplo, “lugar de mulher é na cozinha”, mas a pessoa diz que não é machista. Contra LGBT, não presenciei muito. Talvez porque é uma coisa que está muito a tona hoje em dia e as pessoas estão evitando falar. Já escutei falar, mas não presenciei. (A 1)

Em um primeiro momento, a aluna disse que se faz presente a homofobia dentro da escola por meio de xingamentos que remetem à homossexualidade, mas, posteriormente diz que escutou essas agressões verbais, mas sem presenciar. Percebe-se como a homossexualidade é usada como forma de deboche, de censura. A pessoa, ao ser comparada a um homossexual, a uma “bixa”, a um “veado”, é posta nesse campo de zombaria.

Novamente aparece o não reconhecimento de que a homofobia se faz presente também por meio das agressões verbais, não apenas físicas, que são consideradas mais graves.

-Tem um colega que todo mundo acha que é bissexual. Ele não é discriminado. O que as pessoas comentam é: “sério? Não parece!”. Mas ninguém fala essas coisas diretamente pra ele. (A 1)

Percebe-se que o LGBT, desde que não pareça ser homossexual, pode passar “despercebido”, como se fosse uma pessoa heterossexual qualquer, com uma sexualidade “normal”, aumentando suas chances de não sofrer alguma forma de discriminação.

Importante retomar a fala de uma professora desta mesma escola, que possui um colega educador que é homossexual:

-Ele anda sempre arrumado, de sapato de bico fino, estudando Direito. Tu olha assim, tirando balanço, ele é aquele padrão de homem branco, bem sucedido, entendeu? ... Faz Direito, é jovem, homem, tem dinheiro. Não é rico, mas vive melhor que muitos professorinhos. É bonito, então congrega numa pessoa só vários atributos que vão superar [o preconceito]. (P. 2)

A heteronormatividade afeta igualmente LGBT e sua receptividade por parte dos outros. Um homossexual, desde que não pareça ser, sofrerá menos preconceito. Os estudos de Castañeda (2007) e Junqueira (2012) contribuem para este entendimento, pois o homossexual precisaria compensar esta “falha” de alguma forma, ou seja, ele deve ser uma pessoa aplicada aos estudos, ser extrovertida ou ter um excelente relacionamento com seus colegas, de forma que seu “defeito” de ser LGBT seja superado por estas ou outras qualidades.

O mesmo acontece com um professor que seja homossexual, quando ele pode não ser discriminado desde que seja um bom professor. Mas para alguns de seus alunos, ao saberem de sua orientação sexual, já é o suficiente para debocharem do educador, fazer uma denúncia aos pais ou, ainda, crer que LGBT nem deveriam exercer esta profissão (LONGARAY, 2011).

-Já até me perguntaram se eu tinha tendência a ser gay, e eu digo que não, mas levo na brincadeira. Às vezes as pessoas são meio... muito... começam a fazer brincadeiras grosseiras. (A 3).

Fante (2005) já fazia a análise da forma como o bullying fica camuflado por traz do discurso de que tudo não passa de uma brincadeira, o que pode fazer com que muitos professores, diretores e funcionários não percebam a violência ocorrida.

Simmons (2004) igualmente pontua que as chamadas “brincadeiras” fazem com que a vítima dos insultos, ao ser acusada de ser ou parecer com um homossexual, tenha que fingir que aquilo não a afeta, “entrar” na brincadeira iniciada pelo agressor, pois do contrário, ocorrerá (novamente) a responsabilização da vítima, desta vez por não aceitar a brincadeira e se “divertir” com isso.

Quando questionados sobre o que presenciaram dentro da escola, professores e diretores teceram as seguintes respostas:

- Não, não observei... Assim, não, eu não percebia dessa forma. Porque aqui as pessoas têm um cuidado muito maior, eles tentam ser polidos. Eles tentam não ser preconceituosos, tentam não ser homofóbicos, não ser [...] Então a gente usa uma maquiagem, fingi que é tudo muito natural, apesar de não achar. Não é porque a gente queira entende? Acho que eu, as pessoas não são assim porque querem ser assim. As pessoas são assim porque assim que tu educa teu filho né. São valores que te colocam, que fica dentro da pessoa, que talvez, mais adiante, com educação, com vivência, tu vai te libertando, mas não é uma coisa simples né. (D. 1)

As pessoas são sujeitos históricos e, como tal, estão submetidas a moral e as percepções que lhes são introjetadas em seu desenvolvimento segundo o contexto no qual estiveram inseridas. Uma pessoa que aprendeu, em um ambiente extremamente preconceituoso que ser homossexual é errado e que estas pessoas devem ser punidas por isso, que não questiona normas, regras e valores que legitimam e tentam justificar o ódio, encontra maiores dificuldades de se despir de velhas práticas e ensinamentos um dia considerados moralmente corretos. Possivelmente por este motivo seja difícil questionar algo, quando toda uma moral reproduzida, em diferentes instâncias, reforça que este ódio, estas discriminações, são “normais” e, portanto, por quais motivos seriam contrariadas?

Desta forma, pessoas que foram criadas e cresceram em um momento em que a visibilidade LGBT era praticamente nula, de repressão dos movimentos sociais, de censura dos meios de comunicação, de criminalização da prática docente durante a ditadura e, ainda, num momento em que a homossexualidade era tratada como uma disfunção e compreendida apenas pelo viés da doença ou alívio “cômico” em programas de televisão, terão maiores dificuldades em lidar com pessoas LGBT hoje em dia. Com novos olhares, pesquisas e enfoques que derrubaram ideias equivocadas sobre a homossexualidade, se inicia novas perspectivas, tanto para LGBT, quanto para aqueles que viam com certa desconfiança estes sujeitos. É necessário compreender e refletir o quanto estas situações influenciam na dificuldade, enfrentada por algumas pessoas, de lidar com a diversidade sexual presente hoje, talvez de forma mais aberta do que em épocas passadas.

-Eu não sei se chega a ser de violência e homofobia. Mas tivemos alunos homossexuais, tanto masculino, quanto feminino, tu ouve assim, deboches. É uma forma de agressão isso. Não agressão física, mas é. Não sei se proposital ou provocado por eles mesmo ou se por discriminação mesmo. Mas isso diariamente a gente vê: “ah aquele gay”, quando é menina “ah, aquela sapatão”. Percebo nas atitudes das pessoas. E tu não pensa não que é só entre alunos. Porque a oratória é uma e a prática é outra. Então eu vejo

assim, quando ta todo mundo reunido, só nós... ‘ah aquele negro, aquele isso, aquele aquilo.’ Na hora de ir lá fazer o bonito, não tem preconceito. Mas não é assim que funciona. (D. 2).

A homofobia não é efetivada apenas por meio de agressões físicas ou por ações que podem vir a ser consideradas como de maior atenção e gravidade. Por meio das palavras depreciativas e do cunho pejorativo associado a homossexualidade, vão se reproduzindo preconceitos que tem um poder destruidor tão forte quanto um chute ou um soco. Uma realidade marcada por discriminações vivida por LGBT desde muito cedo em suas vidas, tendo de conviver com vocábulos que serão o combustível dos crimes de ódio que serão percebidas por estas pessoas. Ações que são sentidas por aqueles que vivenciam a realidade de não se “enquadrar” em determinadas normas e da condenação advinda deste julgamento, onde as consequências que estas pessoas sofrem acabam por ser interpretadas ora como de sua própria responsabilidade, ora em função de uma sociedade que as repele e nega a efetivação de políticas e direitos sociais.

- Nesta escola não. Mas já tive escola, que embora estejam se aceitando mais, que a sociedade aceitasse mais, em outras escolas tinha mais resistência, tivemos que fazer um trabalho bem grande com a turma, com o SOE, com direção da escola. O caso pior foi de querer bater num rapaz homossexual, e a escola toda teve que se mobilizar para socorrer esse rapaz. (P.1)

A homofobia, o bullying e as variadas discriminações presentes dentro do espaço escolar não podem ser vistas como problemas individuais ou como simples desentendimentos de um aluno contra outros colegas. Por se tratar de um espaço coletivo e composta por variadas pessoas, estas acabam por impactar e construir aquela instituição, através das bagagens histórico-culturais por elas trazidas. Ao propor a reflexão e a mudança de uma cultura de ódio disseminada na escola apenas para um agressor ou uma vítima, se ignora a historicidade e espectro amplo ao qual um preconceito milenar vem sendo posto na prática cotidiana. Trabalhar e celebrar a diversidade, combatendo o ódio contra LGBT, enseja numa mobilização por parte de toda escola, para que todos os docentes e discentes, (não apenas aquele aluno que foi retirado da sala, ou aquele ao qual vem sofrendo bullying por parte de seus colegas), possam ter acesso a informações e ações que viabilizem a mudança.

-É como o machismo, tu tenta te livrar, mas quando tu te da conta... “aquele aluno, aquele que é viadinho”, “como assim aquele que é viadinho?”. Quando tu usa um termo pejorativo tu assume uma postura de exclusão e vários... Não vão dizer isso pro aluno, “tu é viado!”, para o aluno. Mas quando tem o conselho de classe, a portas fechadas, “ah, aquele ali é bichinha”. Se usa essas expressões em portas fechadas e se jura que não se

tem preconceito, “afinal de contas eu divido meu chimarrão com ele, então não tenho preconceito”. A pessoa não se reconhece. E mesmo eu, que tento não ser, usei uma expressão vulgar. Fiquei de cara com nossa futura prefeita e aconteceu uma situação de privilégios políticos, tentei resolver. Fiquei tão braba peguei e disse “o que que eles querem agora? Só o que falta é pedir pra virar e dar a bunda”. Como... sabe? Tu vê o tom de preconceito que eu botei nisso. E eu tava falando com uma pessoa que é homossexual. Na hora que eu falei ... Mas eu usei essa expressão. Depois pensei: “porra, que merda. (P.2)

-Tu percebeu como esse homossexual reagiu? (Entrevistador)

- É alguém muito elegante. Não sei se ele não deu bola ou não quis me constranger. Eu não tive coragem de perguntar e nem de pedir desculpas. (P.2)

As palavras recebem um destaque como forma de reprodução da homofobia. Ganha visibilidade a associação da homossexualidade com o discurso vexatório, humilhante, negador de existência, ao qual as pessoas vão associando e reproduzindo, sem questionar o valor e o impacto destas palavras. Por meio da violência verbal, sistematicamente consentida na escola e ignorada como algo a ser combatido, que LGBT acabam por abandonar seus estudos, fingem não se incomodar com a forma humilhante com que são retratados. Chamar um homossexual ou transexual, ou alguém que seja interpretado como um, de “bixa”, “sapata”, “traveco”, é reforçar a ideia de que estes sujeitos são vistos apenas pelo estereótipo, pelo preconceito que carregam ao pertencerem a um grupo social marginalizado.

- Eu vejo que eles muitas vezes são deixados de lado pra participarem dos trabalhos. Na hora do recreio eles ficam mais com as meninas. Os meninos são mais machistas. Não querem perto do grupo. Não querem perto do banheiro também. Tem bastante preconceito sim. De maneira alguma, é um grupo fechado e eles não deixam (entrar). (P. 6)

- Ah sim. As [alunas] que não são [homossexuais] ficam com medo de serem cantadas por elas. Eu tinha uma aluna numa turma, super querida, super simpática. Até conversei com ela, ela disse: “não, sim professora”[...] Mas as outras alunas, quando chega na sala de aula, elas ficam preocupadas, se vai acontecer aquele assédio [...] Nesse sentido de excluir. De afastar: “ai, ele gosta de jogar com as meninas” aí vem as piadinhas. Quem vê por fora fica chato. Nós como professores pedimos que se dêem bem e respeitem uns aos outros. (P. 3)

Além das palavras agressivas, a homofobia se efetiva pela exclusão, pelo afastamento e distanciamentos deliberados que são realizados por aqueles e aquelas que não querem interagir com LGBT dentro da escola. É um medo que denuncia o quanto a homossexualidade é percebida como uma espécie de vírus contagioso, onde o fato de ter que dividir o mesmo espaço com um homossexual já é motivo de alerta de que estas pessoas possam vir a ser paqueradas ou assediadas. É um rótulo que associa a homossexualidade a uma visão

promíscua e vulgar de existência, pondo em risco a estabilidade imposta pela lógica heteronormativa, uma vez que, novamente, o preconceito sobre as pessoas sobrepuja qualquer outra característica que alguém possa vir a ter: por mais “super simpática” ou “super querida” que uma pessoa possa ser, o fato de ser gay ou lésbica, despertará o medo, nas pessoas que frequentam aquela instituição, de que sua presença possa vir a contagiar os demais alunos, fazendo com que possam vir a se tornar homossexuais também. Como dito por um aluno e sua crítica a ideia de que a presença de homossexuais pode “inacreditavelmente” destruir a heterossexualidade das pessoas:

-Eu acho que a sociedade cria uma invenção que o homem tem que ser homem, machinho, não pode chorar, não pode desmunhecar. Aí quando ele entra pra cá [pra escola], eu acho que eles pensam: “ai não fica perto de mim que eu vou me contaminar”. A heterossexualidade é muito frágil. (A 7)

O preconceito, seja ele por qual motivo aconteça, não passa despercebido pelos olhares atentos de alguns educadores das escolas. Mesmo sem as agressões físicas, verbais, ou pela exclusão deliberada de homossexuais, existem outros mecanismos utilizados dentro da escola que são interpretados como igualmente reprodutores da homofobia, quando paira nas relações dos sujeitos que compõem a escola um desconforto com sujeitos LGBT. Talvez por não quererem ser taxados de “homofóbicos” e se utilizar de uma postura compreendida como “politicamente correta”, mascaram seu preconceito atrás de uma fachada de tolerância. Por tolerância compreende-se o fato de alguém ter que aturar ter que conviver com algo ou alguém de quem possui um pré-julgamento, não necessariamente que respeite a presença destes sujeitos.

- É uma forma mais mascarada, mas as brincadeiras, o tom pejorativo. As vezes a questão da tolerância, mas não do respeito. Então a pessoa tolera, mas fica claro que com o olhar, um jeito de falar, a pessoa deixa claro que não gosta. (P. 4)

- Eu já vi, principalmente por parte dos professores e direção. Quando eu cheguei aqui em 2011, eu tinha um aluno homossexual e as pessoas se referiam a ele como “o bichinha da turma tal”. Isso aí era uma coisa que me perturbava muito. Da mesma forma que existe essa discriminação LGBT, tem a discriminação com as meninas. Já ouvi muitos casos, mas lembro de um menino que se travestia de menina, e os meninos batiam nele, incomodavam bastante. Ele solicitou pra frequentar o banheiro feminino. Não foi permitido, sem levar em consideração o que poderia acontecer se ele frequentasse o banheiro masculino. E com relação as meninas lésbicas tem muito comentário desagradável. Os meninos parece que, hoje, toleram melhor. Se bem que ano passado teve um menino que ousou vir de saia...(pausa) Ai, assim... (pausa) ninguém reprovou diretamente, mas tu sentia o tom da reprovação. (P.5)

-Essa homofobia velada, interfere na pratica, durante a aula do professor?
(Entrevistador)

-Eu acho que ali, todos vão interferir no sentido de suspender a violência, mas quando a gente voltar pro ambiente fechado: “ah, mas ele pediu né? ”, tu faz porque tu não vai deixar se matarem. Tu vai interferir porque não pode ter a conduta da violência física. A verbal levam um pouco mais de tempo pra intervir. Na verbal, aquele bate boca tu interfere quando chegou naquele nível então tu interfere. Mas é uma conduta obrigado a agir. Mas quando volta pro ambiente fechado: “aquela ali é uma putinha”, “Mas aquela ali é vagabunda, por isso apanhou! Pediu pra apanhar.” São termos bastante usados. (P. 3)

Entre uma das gêneses apontadas pela direção das escolas para a discriminação homofóbica, está o machismo ou o fato do homem ter uma postura compreendida como feminina.

-No teu entendimento, a agressão a homossexuais ocorre só quando eles se assumem ou ela pode ocorrer antes da pessoa assumir sua sexualidade?
(Entrevistador)

-Eu acho que pode acontecer antes. (D. 1)

-Aham. (Entrevistador)

-Antes de ela assumir. (D. 1)

-E porque tu acha que a pessoa, mesmo antes dela se assumir, ela vai ser discriminada? (Entrevistador)

-Porque a pessoa às vezes não assume, mas ela tem todo uma... Sei lá... Ela transparece. É tão difícil a gente esconder aquilo que a gente não é. A gente até tenta não ser. As pessoas enxergam. Não é que a gente seja transparente, mas é visível. Às vezes a gente até enxerga antes sabia? Aqui na escola, por exemplo, tem alunos que tu consegue ver, visualizar, hum, o que é que eles vão ser antes mesmo deles saberem o que vão ser. Então isso já é uma forma, uma leitura que alguém pode fazer, e já fazendo essa leitura pré-concebida, ela já pode sofrer uma violência anterior. (D. 1)

-No teu entendimento, quais seriam esses indicadores de que a pessoa possivelmente será ou não uma pessoa homossexual? (Entrevistador)

-Na verdade, é o jeito dela, ela é mais sensível, mais delicada. To falando, por exemplo, do homem. O jeito dele. A gente consegue visualizar. Não significa que seja sempre, que a pessoa vai ser. Mas a tendência, por exemplo, os meninos gostam mais de andar com as meninas. São... Não é características, é condutas, que te levam a acreditar nessa possibilidade. (D. 1)

Desta forma, é significativo compreender porque a violência que impacta as mulheres e a luta destas por direitos e políticas igualitárias tem influenciado o movimento LGBT. Atualmente tem-se presenciado coletivos de militantes de mulheres reivindicando condições equânimes de acesso a bens e serviços e, mais importante, a direitos sociais que sejam igualmente acessíveis para as mulheres.

Este movimento, o feminismo, surgiu justamente para contrapor a lógica machista e patriarcal presente em nossa sociedade, de que as mulheres seriam “naturalmente” inferiores e, por esta razão, não deveriam ter acesso aos mesmos direitos, bem como receber tratamento privilegiado que é dispensado aos homens.

Lyra et al (2002) dizem que nem sempre as mulheres foram subjugadas e tratadas com desdém, menosprezo ou até subestimadas e que, ao contrário, nos primórdios da humanidade, não havia uma distinção tão acentuada como atualmente, dos espaços públicos e privados. As comunidades sobreviviam da agricultura e da caça, existindo uma divisão igualitária das funções dentro da tribo, principalmente no cuidado e zelo dos menores, unidos por um regime de respeito mútuo, tendo em vista que era necessário manter unidade familiar para maiores chances de sobrevivência, não existindo uma hierarquia rígida a ser seguida. A mulher, neste contexto, era respeitada enquanto ser gerador de vida, numa “estrutura profamiliar centrada na mãe” (2002, p. 80).

Com a ampliação destas comunidades, surge a figura do “homem caçador”, aquele que travaria batalhas para defender seu território, sua comunidade, assim como passaria a caçar animais de portes maiores. Há sete mil anos atrás, “os egípcios e os indo-europeus [...] passam a reconhecer a função reprodutiva do homem” (LYRA et al, 2002, p. 80) e, a partir disso, as famílias deixam de se centradas na figura materna e passam para a figura paterna, ficando os homens com maior poder para terem controle sobre a vida sexual destas mulheres, sendo esperado que as mesmas desenvolvessem atividades, agora compreendidas como “tipicamente” femininas, como aquelas voltadas ao carinho, ao zelo e ao cuidado da família.

Está neste momento instituído a figura da família monogâmica e patriarcal, como meio de assegurar a transmissão da herança a filhos de paternidade incontestável. O homem, agora pai, torna-se mais inacessível para os filhos e domina a família como uma figura de autoridade e poder, requerido principalmente para as ‘grandes decisões’. (LYRA et al, 2002, p. 81)

Não somente as sociedades passaram a ser patriarcais, focadas na figura do homem autoritário e detentor do poder familiar, como a própria ciência passou a “explicar” as diferenças entre homens e mulheres, aduzindo, portanto, que seria natural que estas fossem subordinas e submissas ao sexo masculino.

Demonstrava-se, por meio destes estudos, que a mulher tinha o instinto materno fadada à maternidade compulsória, além de ser mais fraca fisicamente e, por conseguinte, dependente de um homem, seu marido ou companheiro, que viria a sustentá-la. Além disso,

outras análises foram feitas, de que os homens eram mais racionais e as mulheres mais emotivas, chegando-se inclusive a usar medidas cranianas para comprovar estas diferenças (WOLF; SALDANHA, 2016).

É somente a partir da metade do século XIX que as mulheres começaram a questionar determinadas imposições sociais como, por exemplo, a impossibilidade de poderem votar em representantes políticos. Neste momento, tem-se início o movimento feminista, conhecido como sufrágismo, que tinha como objetivo central lutar pelo direito ao voto.

Esse movimento, que obteve êxitos ao longo do início do século XX, chamou a atenção para as mulheres como sujeitos sociais, iniciando uma discussão política que até hoje é bastante importante. No Brasil, por exemplo, o direito ao voto para as mulheres foi obtido em 1932. (WOLF; SALDANHA, 2016, p 17)

Com o avanço da luta das mulheres e das consecutivas vitórias conquistadas, buscou-se, também, o acesso à educação, até então espaço privado aos homens, assim como a ocupação em locais de trabalho desacreditados para o público feminino, como a área médica e o Direito (WOLF; SALDANHA, 2016).

Após a segunda guerra mundial e o importante destaque que estas tiveram nas fábricas armamentistas, nos anos 1960, deu-se início a uma nova onda de reivindicações políticas do feminismo, a chamada segunda onda deste movimento, relacionada às condições de trabalho e salário que fossem equiparados aos dos homens, assim como ao reconhecimento do trabalho doméstico feito, muitas vezes (ainda hoje) não considerado “digno” ou como algo a ser desempenhado exclusivamente por mulheres.

Neste momento, também se procurou denunciar a violência doméstica e familiar contra a mulher, assim como se criticou a obrigatoriedade das mulheres terem de se casar e terem filhos, como se suas vidas dependessem exclusivamente disso. Reivindicou-se que o Estado passasse a oferecer políticas que respondessem a estas demandas, criando creches, disponibilizando métodos contraceptivos e amparando, por meio de leis trabalhistas igualitárias, condições adequadas de trabalho e renda.

Mas afinal, o que este tema do feminismo importa para LGBT e a questão da homofobia? Justamente por mulheres terem recebido tratamento diferenciado historicamente, sendo-lhes negados acesso a direitos e o homem, enquanto dono da família e de sua mulher, ser visto como dominante, é que se espera da sociedade que se perpetue este padrão social.

Utilizando-se de uma pretensa naturalidade para que homens e mulheres sejam desta ou daquela forma, criando prejulgamentos, acaba se instalando “normas de gênero”, sendo inadmissível, ou cause estranhamento, que um menino seja mais emotivo, ou que uma menina demonstre ser uma excelente jogadora de futebol (LINS et al, 2016).

Outrossim, quando um homossexual age de forma não esperada para o “*script*” social de macho, hétero, dominador, agressivo, a homofobia aparece para deixar claro que há um erro, um desvio daquilo tido como correto.

Na realidade, está sendo dito ao homem gay, a partir de apelidos pejorativos como “bichinha” e “mariquinha”, que ele está agindo como uma “mulherzinha” e ser mulher, na sociedade patriarcal e machista que vivemos, não é algo desejável, muito menos ao homem que, ao se relacionar com outros homens, estaria se rebaixando e traindo sua masculinidade, conforme exemplificam os relatos a seguir:

-Me lembro [de um aluno] chamavam de Rosinha. E me lembro que foram cantar parabéns no aniversário e quando terminou de cantar os parabéns, todo mundo começou a falar, “Rosinha, Rosinha, Rosinha”, começar a gritar, depois daquilo ele não queria mais ir a aula. Isso foi no ensino médio. Isso foi na minha aula. Mandei descer todos que tinham chamado de Rosinha, quase a turma toda. Teve depois uma reunião com os pais. Os pais assim, já sabiam que ele era [homossexual], aceitavam sem problema nenhum. Mas jamais aceitariam que o filho sofresse discriminação, até porque ele estava com essa turma desde o pré. Então, por quantos bullying ele não passou até chegar ao ensino médio? E quantos professores viram isso em sala de aula? E quantos taparam, né? Taparam os ouvidos pra não ver isso? Aí fizemos uma reunião com os pais. Alguns ficaram furiosos com seus filhos. Outros já não: “ah, mas isso é natural, todo mundo faz isso”. Outros achavam que não, que estavam errados. E parece que melhorou com tempo. Depois não vi mais problemas com relação a isso. Mas o menino ficou traumatizado, com certeza. Eu acho que é mais essa visão machista que os homens têm. Eu tenho filho homem, filha mulher. O casal cria o filho para ser homem. Tem que ter voz grossa, sei lá. E esse menino era um menino normal. Desculpa usar a palavra normal. Ele não usava roupas que se identificasse. Mas ele tinha, por exemplo: ele tinha mais intimidade com meninas. Ele na educação física não gostava de jogar com os guris. Pelas atitudes dele, ao lado das meninas. E os meninos já começam... Ali já começa o preconceito. Eu disse: “mas o que é isso gente? Que falta de respeito com o colega.” Fiz toda aquela palestra de professor em sala de aula. Mas dali tirei todos os alunos da sala de aula, porque era um coral de meninos. E as meninas obviamente do lado dele. Mas os meninos tirei todos. Me lembro bem que o pai de um deles era do exército e ele dizia: “não, mas homem tem que ser homem! Homem tem que ser macho!” E eu dizia, “porque o senhor acha isso?” – “porque o homem nasceu pra ser homem!”. Quer dizer, um pai dizia isso, na reunião né, com os pais desse menino, os pais estavam presentes. Isso não aconteceu uma vez. Aconteceu outras vezes. Mas com certeza isso deve ter acontecido com mais outros professores que não deram bola e isso foi passando, foi passando. (P. 1)

O discurso machista, o mesmo que serve como justificativa para ações homofóbicas, é reforçado por aqueles que acreditam que as normas de gênero devem ser seguidas dogmaticamente, sendo uma heresia absurda que um homem aja ou tenha atitudes consideradas femininas. Isso provoca a incapacidade de perceber as consequências que estas atitudes provocam dentro da escola, considerando a violência sofrida pelos LGBT como algo normal ou como uma penitência merecida para aqueles que fugiram do esperado, quando há um reforço em afirmar e justificar a homofobia disseminada e aprendida por alunos, cujos pais igualmente compactuam deste posicionamento.

Percebe-se que, mesmo nestes casos de homofobia explícita, em que um rapaz é moralmente discriminado na frente de sua turma no dia de seu aniversário, algumas pessoas - como o pai de um dos agressores - não reconhecem a gravidade da violência perpetuada pelo próprio filho, utilizando-se do discurso de que a culpa seria da própria vítima, por não agir como um homem (ou o que se espera de um).

Isto, infelizmente, não é uma realidade isolada. A violência homofóbica, mesmo sendo uma realidade presente nas escolas brasileiras, como uma das formas de preconceito mais disseminadas, não é vista como uma questão grave ou ainda, como algo que mereça ser combatido (ABAMOVAY, 2009).

-Tem alguns que são bem rígidos e os mais duros. E aí assim... Geralmente isso vem por parte de menino. Aí fica muito misturado a questão da homofobia com o machismo. Eu vejo os meninos, são os primeiros a malhar. Quando tu começa a argumentar, eles começam a ouvir, nos debates, mas assim ó, com o passar do tempo eles vão se fechando e não falam mais. Da onde que vem essa aproximação do machismo com a homofobia? Até pelo próprio vocabulário. “ah, o cara tá desmunhecando”. O que que é munheca? Eu que trabalho com idioma: munheca é boneca. E munheca também é pulso. Então é afeminado porque ele dobra o pulso. “Parece uma boneca. Uma mulherzinha.” Entende? Então tu vai associando ao ponto de desqualificar tudo o que seja ou que se aproxime ao feminino. Daí quando tu conversa com os alunos, eles trazem situações do tipo: “ah o cara da cadeia, ele vai virar mulherzinha dos bandidos”, entendeu? Aí eles vão trazendo essas questões que aproxima muito. (P.2)

Ser mulher, numa lógica machista aprendida e reproduzida na fala dos alunos e dos professores entrevistados, é ser considerado inferior, um xingamento, uma penitência. Se naturaliza e se espera que os homossexuais sejam punidos, assim como ocorre com as mulheres, por serem considerados traidores da lógica viril esperada para homens.

-Preconceito. Preconceito machista né. Eu abordei uma aula sobre feminismo, eu dizia: olha, hoje em dia os meninos tão lavando louça. “Ai não, isso é coisa pra mulher” (P. 3)

-Muita gente é contra [homossexuais]. Principalmente homem. Homem é muito machista. E é uma questão cultural. Porque quando nasce... agora eu tenho muita esperança nessa geração que tá vindo agora. Porque na minha geração, o homem nasceu pra ser homem e a mulher, mulher. Mulher nasceu pra lavar, passar, cozinhar e brincar de boneca. E o homem não. O homem é o machista, aquele que pega todas. Tanto que os pais estimulam a pegar nas meninas. Os pais levam, isso na minha geração, a ter a primeira noite, naquela época, nos bordeis. É uma questão cultural. E acho assim, 70% conserva seu machismo e essa cultura machista. Tu vê? Hoje muitas mulheres trabalham e dão seu dinheiro pro seu marido controlar. Tem mulheres que dizem: “não vou sair com vocês tomar café porque meu marido não deixa.” Mas o que é isso? É uma cultura machista. (D.2)

O machismo também aparece como resposta para uma conduta considerada equivocada por parte de homens e mulheres onde, por meio de um “corretivo” (leia-se, violência física, verbal, moral, ou outras), se tentará reverter as condutas de LGBT, ou usar desses métodos como exemplo a todos para que não sigam o “modelo” ou “exemplo” destas pessoas.

- Esses preconceitos que as pessoas têm, onde tu acha que elas aprenderam isso? (Entrevistador)

- Vem de casa né. Professores, funcionários, direção. São pessoas mais velhas e lá nos anos 70, a gente foi educado dessa maneira. Existe uma dificuldade muito grande em adaptar-se a atualidade. E essa luta foi ganhando força e hoje as pessoas estão mais empoderadas, seja em qual minoria esteja inserida. Talvez a gente precise de toda uma nova geração de educadores também para refletir esses aspectos. (P. 6)

-Tu acha que os educadores mais novos tem uma abertura maior pra esse tema? (Entrevistador)

-Com certeza. (P. 6)

As gerações passadas e a moral e os costumes considerados naquela época, são compreendidos como desafiadores para uma possível aceitação da homossexualidade das pessoas, em especial dos alunos nas escolas.

Assim, os educadores mais novos, talvez por trazerem uma leitura ou ensinamento com posicionamentos críticos, não coadunam com o preconceito, mas ao contrário, questionam uma moral preconceituosa que nega direitos. Estes podem vir a ter uma maior abertura quanto a esta temática, bem como tomar ações de enfrentamento destas opressões vividas na escola.

4.3.2 Categoria: Agressões sofridas ou percebidas por parte dos alunos na escola e na família

Os alunos, ao serem indagados sobre o que perceberam quanto à homofobia presente nas escolas, responderam:

-Sim, deboche de alunos. (A 6)

-Esse deboche, como funciona? (Entrevistador)

-Passa no corredor começa a debochar, aí tu vira e responde fica troca de farpas. Comigo não, porque sou muito esquentado. Mas já vi pessoas, com um guri, em que uma funcionária chamou ele de leiteiro. “A bixa leiteiro”. “Eu tenho meu nome, meu nome é tal¹⁵”, e ela disse, “ai desculpa eu esqueço”. Se tu é um professor que deveria representar um respeito, porque uma pessoa que não tem nada a perder, não vai fazer, se até um professor debocha? Eu tenho o costume de andar muito com os guris, então eles: “olha a bichinha não sei o que”. Se tu abaixar, aí sim eles começam sem parar. Agora se tu responde eles vão responder, “ai seu veado!”, mas da próxima vez, vão pegar aqueles que são quietos, que sabem que vão debochar, vai sair andando e não vão fazer nada. (A 6)

A percepção deste aluno homossexual diverge da de estudantes heterossexuais, pois este afirma e reconhece que a homofobia é perpetuada também por meio dos deboches, criando um espaço onde mesmo funcionários se sentem autorizados a discriminar estes tipos de estudantes.

É, pois, uma cultura epidêmica, uma vez que percebe-se que os professores, do ponto de vista dos alunos, se utilizam de falas preconceituosas para se referir a homossexuais, e os demais técnicos da escola assimilam com naturalidade estas formas de violência, acabando também por reproduzi-las.

Pessoas heterossexuais, não apenas alunos, como demais sujeitos que fazem parte da comunidade escolar muitas vezes sequer percebem a ocorrência desse preconceito e perseguição, pois não vivenciam diretamente todas as situações de homofobia, já que não são alvo de perseguição por conta de suas orientações sexuais, socialmente aceita.

Assim, como não existem, na percepção dos alunos, ações de combate à discriminação, cabe a eles próprios buscar meios de se defender, através do embate direto com seus agressores, já que estes buscarão vítimas aos quais sabem que não irão se defender, algo típico do fenômeno bullying.¹⁶

-Teve no primeiro ano que entrei em 2014, foi quando me senti muito mal, quando tava num relacionamento. Mas nada de diferente, todo mundo ficava na escola. As gurias ficavam lá, sentavam no colo dos caras, parecia aqueles

¹⁵O nome do aluno citado foi omitido.

¹⁶Conforme primeiro capítulo.

colégios americanos. A gente achava normal, se tiver respeito, nada demais. Mas uma vez alguém nos viu beijando nas câmeras [meu namorado e eu] e chamou a gente, dizendo que não pode ficar se beijando no meio da sala e tudo mais, no meio da escola, só que tipo, eu falei: “a menina quase dando lá pro cara e ninguém fala nada”. (A 7)

De acordo com Louro, (1997), é por meio destes mecanismos de censura da afetividade entre homossexuais que a escola torna invisível e esconde estes sujeitos, pois mesmo quando heterossexuais trocam carícias de forma mais “enfática” (segundo o relato da pessoa acima entrevistada), isso não merece destaque ou estranhamento algum por parte dos “órgãos fiscalizadores” da instituição. No entanto, um homossexual, ao beijar outra pessoa, é prontamente repreendido.

Isso contradiz a visão da direção das escolas que, ao serem questionadas se existiam casais homossexuais em seus ambientes, e como eram tratados, afirmaram que realizavam o mesmo tratamento dos casais héteros: “Bom, o combinado é o seguinte: aqui na escola não pode namorar, não pode beijar. Mas eles podem ficar tranquilamente no pátio sentados, de mãos dadas” (D 1).

Por último, uma aluna respondeu: “Eu não sou assumida. Já tive namoro com uma garota. Não sofri preconceito, mas os guris machistas: “ah, fazer (sexo) a três”, assim, né... eles pensam, mas preconceito, preconceito não. Pelo menos na minha frente não” (A 8).

Ressalta-se que a homofobia tem uma particularidade quanto às lésbicas, já que no imaginário social elas servem apenas para satisfazer o fetiche dos homens heterossexuais, que sonham em ter relações sexuais com duas mulheres ao mesmo tempo (JUNQUEIRA, 2012). Essa “aceitação” das lésbicas (para satisfazer fetiches sexuais) causa um equívoco ao crer que as mesmas seriam mais bem “aceitas” que homens gays, quando na verdade sua existência seria mais tolerada em função do machismo e da utilidade que elas possuem para o “prazer” dos homens.

Dessa forma, pode-se dizer que, a partir do momento que uma lésbica não servisse a este propósito, sofreria igualmente o peso da discriminação e do preconceito, com a utilização de estupro corretivos como forma de tentar transformar a lésbica em uma “mulher de verdade”, para que passasse a gostar de homens (DUARTE, 2013).

Apesar de uma estudante não ter revelado sofrer homofobia ou ter visto ou reconhecido estas situações na escola, narrou que, no passado, quando criança, sofreu bullying por outros motivos: “Eu lembro que quando eu era criança, tinha aquelas piadinhas

de mau gosto. Eu falava pra minha mãe, ela pedia pra eu falar pra direção. Eu falava pra direção, mas diziam que era coisa de criança e não faziam nada” (A 1).

Percebe-se como a escola, naquele momento, naturalizava o bullying, considerando aquela violência como “brincadeira de criança”, sem levar em conta a denúncia realizada, a qual provavelmente não encontrou (ou realizou) propostas para seu enfrentamento.

E o que seria algo “de criança”? Não se deve dar crédito para o que uma criança diz e faz? Ela não sente? Ela chora e passa? Isso é uma coisa passageira? Se fosse assim, porque que existe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)? Como uma criança pode denunciar uma agressão se não possui voz e/ou crédito para ser ouvida? Apenas um adulto pode denunciar? E mesmo que este adulto denuncie, sua fala será considerada?

-Já aconteceu de eu pedir transferência de um colégio pro outro. Porque meu pai... Agora ele aceita, mas antes eu não era assumido. Aí começou aquela função de deboche, começar a mexer. Aí pra não cair nos ouvidos do meu pai eu preferi transferência... Era horrível. Tu entrava e era do começo ao fim. Eu estudei há muito tempo, na quinta série. Só estudei um ano lá. (A 6)

-Naquela época, tu disse que era meio terrível. O que acontecia lá? (Entrevistador)

-O recreio lá era liberado. Não tinha nenhum funcionário cuidando. Tu passava e tu sabia que iam debochar, tiravam sarro, normal. E funcionários, tinha psicólogo, SOE, SOP, não sei o que, mas não faziam nada, ao contrário, só diziam assim: “vamos chamar teus pais pra dizer pra eles que tu tem que se assumir. Porque eu acho que isso acontece porque tu não te assume.” Meu pai era uma pessoa mais difícil de lidar. Imagina chegar pro teu pai, pro pai da criança, e dizer, “teu filho é viado, é gay!” (A 6)

-Foi tu que pediu a transferência? (Entrevistador)

-Eu pedi. Pedi pra minha mãe. (A 6)

-E ela não suspeitou do motivo do pedido? (Entrevistador)

-Ela viu toda confusão e tudo mais. Ela ficou braba , porque invés da Secretaria resolver, davam desculpa porque eu não reagia. Que aquela época... Quando tu não é assumido, tu fica mais reservado. (A 6)

-Essas agressões aconteciam em outros locais? (Entrevistador)

-Sim, em aula [não só no recreio]. Teve uma vez uma professora de português e eu já tava me definindo mais ou menos. Ia ter um desfile e os meninos iam se vestir de menina e meu colega disse: “bota tuas bichinha” e eu peguei e disse: “vai pra puta que te pariu”... Enchi de desaforo. E a professora pegou e disse assim: “ai tu tem que se assumir, não tem que ta ofendendo os outros porque ele ta te ajudando a se assumir” e eu: “ah, me ajudando a me assumir?” (A 6)

-Naquele momento em que tu tava passando por momentos de discriminação na escola, tu contou pra alguém? (Entrevistador)

-Não. Porque pelos colégios que eu passei, os orientadores só diziam isso: que tu devia se assumir. E nem todos os problemas se resolvem ao se assumir. Não adianta se assumir e continuar a mesma coisa. Então eu acho que deveria ter um preparatório então. (A 6)

-Então pra esses coordenadores a culpa era tua? (Entrevistador)

-Isso, a culpa era minha por eu ser gay e ser um alvo fácil deles mexer. Foi bem o que a diretora disse por eu ser um alvo fácil, debochavam. E minha mãe disse: “mas por ele ser um alvo fácil, não deveria ter mais proteção pra esses alunos que são alvo fácil?” Aí ela disse: “a escola é grande e a gente não pode cuidar um por um.” (A 6)

A culpa da homofobia recai, novamente, sobre o próprio homossexual, seja porque o mesmo não é “discreto” ou porque não é assumido. Demonstra-se, pois, uma contradição, uma vez que se faz supor que não há escapatória para o preconceito e o bullying, acabando por atingir mesmo quem parece ser, mas não é.

É possível dizer, então, que há uma cobrança para que uma criança arque com as consequências da homofobia que, em virtude desta, mesmo tão nova, acabe por seguir, ou não, uma lógica heteronormativa.

Caso a criança não siga a lógica heteronormativa existente em nossa sociedade, há uma responsabilização da mesma por ser homossexual, tornando-a, assim, um alvo fácil. Ao dizer isso, a escola reconhece a presença da homofobia e o quanto ela é utilizada como forma de menosprezar e humilhar LGBT. Contudo, mesmo quando há este reconhecimento, não são tomadas medidas concretas ou utilizados materiais para a prevenção deste ódio, ocorrendo uma série de desculpas para tornar triviais estas violências.

Assim, mesmo a criança possuindo pouca idade, a mesma acaba tendo que encontrar mecanismos de fuga para que seus pais não descubram que há “alguma coisa” errada na escola, pois muitas vezes sentem medo de que ocorra outra violência ao chegar em casa por não saberem como será a reação de seus pais.

Sabe-se que o enfoque da pesquisa não trata da discriminação homofóbica de familiares contra parentes homossexuais, mas este medo apareceu nas falas dos alunos, alguns que inclusive foram expulsos de suas casas.

-Eu não tive coragem de falar pra ela [minha mãe]. Aí ela pegou e falou que não concorda, aquela coisa toda. Aí eu toquei no ponto fraco dela: “Ta, e se fosse eu? Eu, tua filha caçula?” Ela pensou, pensou. Aí ela assim: “Tá! Tu tá me perguntando isso por curiosidade ou tu tá fazendo isso...” e eu: “não é só por curiosidade”. Não tive coragem de falar pra ela. Aí ela continuou falando que não concorda. Porque ela foi criada naquele jeito tradicional, mulher com homem, homem com mulher. (A 8).

-A minha mãe sim é homofóbica. (A 4)

-Porque tu diz que ela é? (Entrevistador)

-Porque ela diz que é homofóbica! Ela assume mesmo. Desconfia de mim e tal. (A 4)

- Porque tu acha que ela desconfia de ti? (Entrevistador)

-Pelo meu jeito. Minhas roupas. Não sou masculina, mas não sou tão feminina quanto qualquer mãe gostaria. Ela já pegou uma conversa, normal, no *whatsapp*. Mas não falei. (A 4)

-Supondo que tu se assuma pra ela, que reação tu acha que ela teria? (Entrevistador)

-De me tirar de casa. Até ela já falou isso também. “Ah não, se tu ser assim, pega tuas coisas e te vai”. (A 4)

-No caso, da tua família foi tranquilo se assumir? (Entrevistador)

-Foi horrível. Como minha mãe é crente, conservadora e tudo mais, foi uma coisa horrível. Ela me mandou embora de casa. Aí fui morar com meu pai. Não fiquei muito tempo, porque ficava muito longe pra eu vir pro colégio. Aí fui morar com minha irmã, não deu certo... Hoje moro com meu namorado. (A 7)

Dessa forma, percebe-se que o homossexual precisa pensar permanentemente em como vai se esconder para não ser desmascarado, ao passo em que suas vivências afetivas e sociais são podadas, pois incorre um risco real destas pessoas serem penalizadas com o tratamento vexatório de sua família e, até mesmo, a expulsão de seu lar, ocasionando uma série de vulnerabilidades e consequências em sua vida.

4.3.3 Categoria: responsabilização da vítima por opção, pela moda, por influência da mídia, e/ou pela homofobia internalizada

Ainda prevalece, para alguns, o entendimento de que a homossexualidade não é algo natural, mas uma “moda”, ou seja, algo passível de escolha ou influência externa. Isso suscita novamente o debate acerca da responsabilização da vítima, conforme se percebe abaixo:

-Tu acredita que nas épocas passadas isso não era tão abordado [a homossexualidade]... (Entrevistador)

-Eu acho que era mais escondido realmente. As pessoas elas não se mostravam, até a sociedade era mais rígida, muito mais preconceituosa. As pessoas não tinham tanta essa liberdade de se expor. Hoje não. Hoje a mídia faz com que as coisas se tornem mais naturais. E acho que a mídia tem uma preocupação tão grande nessa questão, de fazer isso ser natural, que acho que inclusive ela incentiva a escolha, a escolherem... Escolherem coisas que não são próprias delas. Virou muito mais um modismo. Eu tenho uma namorada e um menino ter um namorado, de repente nem é, eu consigo ver aqui na escola essas questões: meninas que namoravam meninos e que daqui a pouco estão namorando meninas. Então... (D. 1)

-No caso, com relação à mídia. De que forma ela transformaria, influenciaria, em quais programas? (Entrevistador)

-Acho que em todos: na novela, na “Malhação”, em propagandas. De forma geral, sabe? (D. 1)

Os jovens de hoje em dia assistem a novela *Malhação*? Quantos personagens homossexuais existem nesta novela? Supondo que existam um ou até cinco personagens LGBT no mesmo programa, isso seria capaz de fazer as pessoas abandonarem suas identidades heterossexuais e se tornarem homossexuais? Se pegarmos programas de “humor” vinculados na mídia brasileira como exemplo, percebemos o quanto LGBT são retratados de forma caricata, como forma de deboche. Ao mesmo tempo, quantos personagens se utilizam da heterossexualidade como forma de despertar riso? Porque uma sexualidade é vinculada para o humor e a todo instante questionada como fruto de uma influência e a outra é incontestável?

- Tinha um aluno usava saia, quando passava pelos alunos, levantava a saia, daí riam, debochavam. Daí era aquele escândalo: “ai, tão me discriminando”. Geralmente esses alunos, claro, cada pessoa tem sua história, mas esses alunos que chamam mais atenção, esses alunos que tem... (pausa) certos comportamentos, são alunos que tem uma história pregressa... Problemática: ou foram abusados, ou foram, discriminados desde pequenos, foram debochados. Ou tiveram pais separados. O pai batia na mãe. Porque aquele que não é, que não tem uma história pregressa marcante, é um homossexual, mas não é aquele “uau, cheguei, to aqui!”. Chora, grita e sapateia. Não. (D.2)

-Quando tu tomou conhecimento, o que tu fez? (Entrevistador)

-Eu procuro agir sempre com naturalidade. Procuro mostrar, salientar, tua atitude. “O que que tu fizesse pra merecer esse deboche? O que que tu fizesse pra merecer ser discriminado?”, “Tu não tivesse culpa?” Não to dizendo que o outro agiu certo. Então te chamo, converso contigo, escuto teu lado. Chamo o outro, converso e escuto o outro lado. “E se fosse contigo, tu gostaria que alguém debochasse? (D. 2)

-E nessas situações, quando tu chama os alunos, o que que tu percebe? O que teria motivado essas discriminações foi a provocação do homossexual ou do agressor, como tu vê isso? (Entrevistador)

-Aí depende. Existe geralmente esses conflitos entre homem e o homossexual. Por que a gurizada não gosta nem de chegar perto, parece contagioso. Sempre existe o conflito. Onde eu vejo menos conflito, é na homossexualidade feminina. Menos provocação. Eu vejo assim, as meninas que são homossexuais, não vejo tanta provocação. Tanta... É... Conflito, como eu vejo no masculino. É a minha percepção, eu posso ta completamente errada. Na menina não vou provocar, me aproximar, eu tenho medo, outra que ela pode vir me dar uma cantada. Os meninos não. Porque o homem tem que ser o machista tem que ser macho. E eu vejo outro aspecto. Como hoje em dia é moda e quando a gente chama os alunos, as alunas, entre aspas, se dizem “homossexuais”, não são. Quando a gente chama os pais, para conversar sobre aceitação, a gente vê que é modismo: “To experimentando”. “Mas como assim tu namorava um hétero?”, “Mas eu tenho que experimentar professora.” Então até que ponto é sério isso? Porque hoje é muito modismo. Porque hoje temos alunos de 12, 13 anos, que experimentam. “ué, mas é moda, que que tem? Se eu não gostar eu namoro guri de novo.” Então por esse lado eu acho mais difícil ajudar. (D.2)

-E esses alunos que entram nessa “moda”, eles também relatam situações de homofobia? (Entrevistador)

-Esses se garantem. Porque no fundo sabem que não são. (D.2)

-No caso tu acha que os outros não levam a sério a homossexualidade deles?
(Entrevistador)
-É, é. Mas é minha opinião pessoal. (D.2)

A responsabilização das vítimas de homofobia pelas violências sofridas são constantes nas narrativas obtidas em ambas escolas. Se procura, a todo instante, procurar uma culpa, uma desculpa para a realidade homofóbica nas instituições educacionais. Desconsiderando a totalidade sócio histórica e cultural, que alicerça e torna possível que as ações homofóbicas continuem sendo reproduzidas, há uma ofensiva em tratar a pessoa homossexual como a responsável pela discriminação por ela sofrida. Traçando um paralelo com alguém heterossexual, e supondo que esta pessoa seja considerada “espalhafatosa” e que porventura venha a ser agredida de alguma forma, haverá uma análise e uma interpretação imediata entre sua sexualidade e a violência sofrida? Haverá a sugestão para que esta pessoa heterossexual (“escandalosa”) guarde para si sua identidade sexual, reprimindo esta característica para que não constanja ou desperte a ira de seus agressores?

Segundo pesquisa realizada, cerca de uma em cada vinte pessoas não se considera como sendo heterossexual no Reino Unido e nos Estados Unidos, cuja população ultrapassa trezentos milhões de habitantes, há uma suposição de que existem nove milhões de LGBT (DAWSON, 2015).

No Brasil, conforme Censo de 2010 (COORDENADORIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA, 2011), existe aproximadamente sessenta mil casais formados por pessoas do mesmo sexo. Ressalta-se que foi apenas a partir do Censo de 2010 que se passou a ter uma preocupação em saber mais a respeito das famílias brasileiras e se estas eram formadas por casais homossexuais.

Trazendo esses dados para o presente trabalho, é possível inferir que há um número muito mais expressivo de pessoas que se consideram heterossexuais daquelas que se consideram homossexuais. Logo, mesmo sabendo do número reduzido de homossexuais presentes, se comparado ao número de héteros, causa certa incredulidade o questionamento feito aos jovens desta geração de que estes estariam “ficando” com outras pessoas do mesmo sexo apenas pela influência por suposta moda imposta pela mídia.

Numa sociedade heteronormativa como a nossa, como já exposto anteriormente, causa forte estranheza um menino sentir atração por outro. Aquilo que é considerado natural é que este tenha atração por mulheres.

Pertinente a seguinte indagação: se uma menina dissesse ao seu responsável, ou fosse vista aos beijos na escola com outro menino, haveria o reforço deste tipo de manifestação? De

julgar a atração heterossexual também como uma moda? De acreditar que o fato de uma menina gostar de um menino, ou vice-versa, acontece meramente por influência da mídia?

- [...] se uma menina de catorze anos, como tu tinha dito...(entrevistador)
- [...] doze, porque elas são bem precoces. (D. 2)
- Se ficasse com um menino também de doze, o entendimento também seria que é uma moda? (Entrevistador)
- Não, aí é normal. Entendeu? Aí é normal. Quando tu... É precoce. Quando eu vejo que alguém tá namorando dentro da escola eu sempre chamo a família e pergunto, porque eles são menores, é minha responsabilidade. “Sabe que a fulana tá namorando?”, “Eu sei, namora em casa.”, “Mas com essa idade?” Eu sempre pergunto. Agora se eu chamar e disser... Olha, eu nunca digo, porque se eu disser: “teu filho tá namorando, ou tua filha tá namorando (suspiro)” [...] “prova”, aí eles dizem: “Que! Tá dizendo que meu filho é bixa? ” Aí vem o linguajar baixo. Então primeiro eu converso pra saber se o pai percebeu, se não percebeu, se a mãe percebeu. Alguma diferença na sexualidade. Até poder chegar no assunto. Aí é anormal. (D. 2)

Mas afinal, o que é moda e porque esse discurso não se sustenta? Do ponto de vista da moda enquanto estética seria algo cíclico, algo que mudaria ao longo das gerações. Para Calanca (2011) são mudanças que vão surgindo e socialmente se tornam, ou não, aceitáveis. Ou seja, quando determinada mudança passa a ser adotada pela maioria, quando a “mutabilidade dos feitos e dos ornamentos não constitui mais uma exceção, mas se torna uma regra estável, um hábito e uma norma coletiva – isto é, um costume -, então se pode falar em moda” (CALANCA, 2011, p. 12). Nesse sentido é que o velho vai sendo substituído pelo novo, desde que o novo passe a ser mais bem assimilado e querido pela maioria, e o antigo se torne obsoleto e passível de descarte.

A moda, para Calanca (2011), não se trata de um termo exclusivamente utilizado no campo da estética, mas sim em todo o contexto social para se referir às transformações dos costumes sociais no geral. Ainda, reforça a ideia de que antes determinada situação ou acontecimento não existia (como a homossexualidade, por exemplo), passou a existir e substituiu ou está em vias de substituir a tendência dominante.

Estudando os impactos da heteronormatividade, das penitências historicamente utilizadas contra LGBT, dos adjetivos e interpretações equivocadas sobre homossexualidade e reforçadas pelo discurso da Igreja e da ciência, é difícil e improvável pensar que em algum momento, pelo menos nestes tempos de avanço do fundamentalismo religioso e da cultura homofóbica dos últimos séculos, que ser homossexual seja considerado uma moda, ou uma regra seguida pela maioria da população, onde ser hétero é a exceção.

É como se disséssemos que antes desta “moda”, (das pessoas se “tornarem” homossexuais por terem sido influenciadas), não existiam homossexuais e que hoje em dia é um “modismo” ser homossexual.

Mesmo pelo viés matemático, este discurso também não encontra respaldo, pois a moda:

É o valor da distribuição que ocorre com a maior frequência, ou seja, o valor que mais se repete dentro de uma série de observações. A moda só pode ser utilizada como medida de tendência central quando apenas um valor da série ocorre com maior frequência. (FEIJOO, 2010, p. 20)

Exemplificando melhor: se pegássemos a seguinte sequência: “1, 2, 3, 3, 3,” a moda seria o número três, já que é ele quem aparece mais vezes numa série.

Assim, por qualquer um dos lados que se olhe, com um olhar crítico, se perceberá que este discurso de que ser homossexual é uma moda, é igualmente uma (outra) forma de perpetuar o preconceito homofóbico, pois denota a incapacidade das pessoas de lidarem com o diferente, com o “novo”, quando na realidade, em se tratando da homossexualidade, nem é algo tão novo assim, uma vez que as relações entre pessoas do mesmo sexo sempre estiveram presentes na história das sociedades do mundo, as quais foram constantemente suprimidas em prol da heteronormatividade.

A retórica recorrente do “poder” que as novelas têm em transformar pessoas em homossexuais, ou ficar com alguém por moda, merece maior análise. Não é de agora que personagens LGBT aparecem na teledramaturgia brasileira e, mesmo durante a ditadura militar, em seus momentos de maior censura, também foram vinculadas tramas envolvendo gays.

Em razão de seu amplo alcance e por trazer para a sociedade temas de destaque, é significativo compreender as formas com que LGBT são retratados. Silva et al (2014) fazem uma interessante análise destes personagens ao longo da história das novelas no Brasil.

A primeira novela a ter um personagem homossexual foi “Assim na Terra como no Céu”, em 1970, exibida às vinte e duas horas, na qual foi mostrado o personagem Rodolfo Augusto, cabeleireiro, marcado por estereótipos. Nos anos 1970, outras novelas também retrataram homens homossexuais, mas novamente reforçando o estereótipo vexatório vinculado aos gays.

Silva et al (2014) corroboram esse entendimento:

[...] a novela *O Bofe* (1972), produzida pela Rede Globo, que vem cheia de personagens excêntricos, e também traz um personagem homossexual, porém ainda muito efeminado. E assim acontece com as novelas da década de 70 que tratavam desse assunto. *O Rebu*(1975), *O Grito*(1975), *O Astro*(1978), *Dacin'Days*(1978), *Marrom Glacé*(1979) e *Os Gigantes*(1979) foram as outras novelas da mesma época que apresentavam personagens homossexuais. *O Rebu* foi a primeira telenovela em que ficou subentendida a relação entre dois homens e, no caso da novela *Os Gigantes*(1979), produzida pela Rede Globo, ficou, até os dias atuais, uma dúvida no ar: se as personagens *Paloma*(Dina Sfat) e *Renata*(Lídia Brondi) tiveram algum tipo de relação como um casal, um romance escondido, ou até censurado. (SILVA et al. 2014, pp. 5-6)

A primeira personagem lésbica apareceu na novela “*Ciranda de Pedra*”, em 1981. Nas novelas *Roda de Fogo* (1986) e *Mandala* (1987) personagens gays eram retratados como assassinos, levantando dúvidas sobre as intenções da mídia em trazer esta abordagem, bem como se haveria ou não uma intencionalidade em estigmatizar o grupo LGBT como pessoas violentas. Importante recordar que neste período ocorreu a epidemia da AIDS no Brasil, época em que os homossexuais eram vistos como grupo de risco (SILVA et al, 2014).

A partir dos anos 1990 é que a representação de homossexuais passou a receber uma nova abordagem, ainda que tímida, fugindo da lógica caricata com que eram simbolizados. “*A próxima vítima*”, de 1995, foi a primeira a trazer um casal gay, formado por um homem branco e um negro, livres de estereótipos. Formavam um casal, mas em nenhum momento da trama houve troca de carícias de qualquer tipo.

O destaque da trama descrita acima ocorreu fora da televisão, quando o ator que interpretava o personagem *Sandrinho* chegou a ser vítima de homofobia, sendo agredido fisicamente por homens na rua, apenas por interpretar um personagem homossexual (SILVA et al, 2014). Já na novela “*Torre de Babel*”, de 1998, houve forte rejeição do público ao casal de lésbicas, quando se optou por matar as personagens na explosão de um shopping.

A partir dos anos 2000 surgiram mais personagens homossexuais nas novelas e séries para televisão, inovando ao trazer, também, as travestis, transexuais e bissexuais. Todavia, permaneceram as polêmicas, e retrato disso foi o ocorrido na novela “*América*”, de 2005, quando os atores que interpretaram um casal homossexual chegaram a gravar o beijo para o capítulo final, causando grande expectativa na sociedade. Todavia, a emissora optou por não transmitir a cena (SILVA et al, 2014).

Será que, naquela época, ao se depararem com homossexuais, as pessoas atribuíam às novelas certa influência em “transformar” as pessoas em gays? Ou ainda, como havia uma abordagem mais caricata, era esta imagem que as pessoas “naturalmente” atribuíam aos

LGBT? E a mudança no tom atual em abordar o romance destes casais, teria causado certo impacto na sociedade, que preferia assistir LGBT como mero alívio cômico?

Seguindo esta linha de raciocínio e questionamento e percebendo que há, em todas as novelas, muito mais casais e pessoas heterossexuais do que homossexuais, não seria na verdade uma “influência” da mídia em tornar as pessoas hétero ou às mesmas seguirem a heteronormatividade imposta à sociedade?

Há de se perceber o quanto ainda causa incômodo e é motivo de censura (como era naquelas décadas) a presença de pessoas homossexuais na mídia, e o quanto se traça uma linha direta de causa e consequência (“negativa”) entre aparecer LGBT nas novelas e o resultado indesejável, ao terem-se mais jovens se relacionando com outros do mesmo sexo.

Ao citar a moda como questionamento da sexualidade, sugere-se que, em verdade, a homossexualidade é algo passageiro, como se fosse uma “fase” passível de mudança, ao passo que não se utiliza a mesma retórica para falar sobre as relações heterossexuais. Trata-se de uma ação para tentar naturalizar uma sexualidade e patologizar outra, pois chega a ser cômico, conforme diz Junqueira (2010), que um professor diga a uma aluna que ela está interessada em alguém do sexo oposto por ter sido influenciada pela mídia.

Entretanto, a mesma retórica utilizada para criticar o desejo entre pessoas do mesmo sexo é visto como algo autêntico e livre de qualquer inquirição. É um tipo de discurso que banaliza as relações entre pessoas do mesmo sexo, em especial de jovens em idade escolar, “que costuma vir acompanhado de medidas para inibi-lo e cerceá-lo” (JUNQUEIRA, 2010, p. 224).

A participação cada vez maior de personagens LGBT em novelas e filmes pode ter significado um avanço na teledramaturgia e na cultura midiática. Contudo, será que isso foi revertido em expansão de direitos e políticas sociais para este público?

Numa sociedade que prega a heterossexualidade compulsória, e por qualquer viés crítico utilizado, a “moda” seria ser heterossexual, e não homossexual. Ser LGBT, seria, pois, “antiquado”.

-Naquela época, não sei se tu conhecia algum LGBT no passado?
(Entrevistador)

-Até as pessoas que enfrentavam essa sociedade, elas realmente eram excluídas. Ficavam a margem, não eram aceitas, saíam da família, não participavam da sociedade da qual elas saíam, eram marginalizadas na verdade. Naquela época. (D. 1)

-Eu falo pela minha geração. A gente foi educado a achar que negro era serviçal. Eu acho que nem todo mundo busca isso. Nem todo mundo quer evoluir. Tu vê pelo convívio com as pessoas. Pela vontade que tem, até

pedagogicamente: ‘vamos fazer uma coisa diferente? Não’. Tu tem que batalhar pra conseguir superar isso. Então tu vê: “negro é serviçal, homossexual é uma anomalia, uma doença!”. Assim como eu, todas as pessoas da minha faixa etária foram educadas assim. É uma aceitação muito difícil. Os homossexuais de mão, não importa se eles tão se beijando, seja masculino ou feminino, tu pensa, “Meu deus. Mas esse é o mundo hoje”. Antes era tudo muito escondido. (D. 2)

Existe uma compreensão de que a homofobia era maior nas décadas passadas. Infelizmente, a discriminação homofóbica permanece tão presente hoje quanto no período pregresso, fazendo com que homossexuais continuem tendo que se esconder para não sofrer ataques, pois LGBT continuam sendo expulsos de casa, destratados por suas famílias e pelas instituições de ensino que deveriam protegê-los.

Ocorrem inclusive casos expostos na mídia de pais suspeitos de matar os próprios filhos pelos mesmos serem homossexuais, por não aceitarem a orientação sexual destes (SCHIAVONI, 2017).

Há, ainda, a ocorrência de bullying contra estudantes LGBT: o bullying homofóbico (DINIS, 2011); e a forma como a heteronormatividade, que acomete mesmo aqueles que não são assumidamente homossexuais, tornando inclusive heterossexuais vítimas de homofobia (ABRAMOVAY, 2009).

Existe, ainda, a responsabilização dos próprios homossexuais pela discriminação homofóbica sofrida, conforme relato de um aluno:

-Eu sofria no outro colégio, mas era com relação a minha cor de pele que não gostavam muito. Com relação a minha sexualidade não. Sempre fui discreto. Eu tinha um amigo lá de Canguçu. Ele também é homossexual. Mexiam com ele, chamavam ele de bichinha, bichona, essas coisas assim que todo mundo fala. Ele também não se comportava da maneira, eu acho, que tinha que se comportar. Ficava mexendo com os guris. Comentando que o fulano era bonito. Era muito chato aquilo, porque ele nunca ficava quieto e quase sempre tinha agressão física. (A 5)

O preconceito e a intolerância quanto à diversidade, não apenas sexual, aparece como motivo para justificar a discriminação contra alunos negros dentro da escola, com ambas identidades – sexual e racial –, sendo duplamente ameaçadas (SILVA, 2003).

Cabe destaque a fala do entrevistado em dizer que nunca sofreu quaisquer formas de homofobia por ser “discreto”. Borrillo (2010) discursa sobre o conceito da homofobia internalizada, que acaba afetando os próprios homossexuais. Como vivemos e nos desenvolvemos em uma sociedade completamente heteronormativa e homofóbica, com

valores que são reforçadas pelos meios de comunicação, pela escola, pela família e pela Igreja, os LGBT podem acabar assimilando esse preconceito e utilizá-lo contra outras pessoas que igualmente são homossexuais e transexuais.

Já Batista (2014) fala sobre a homonormatividade que, assimilando a cultura heteronormativa, cria um tipo de gay “ideal” ou aceitável. Este tipo ideal trata-se daquele homem ou mulher que, mesmo (com o “defeito”) de ser homossexual, não age como um, ou seja, acaba assimilando esta cultura heterossexual para si, se tornando um homem discreto, viril, másculo ou uma lésbica que permaneceu feminina, dócil, meiga, seguindo os pressupostos sociais do que se espera para homens e mulheres.

Ocorre, pois, o retorno da militância homófila, iniciada nos anos 1950¹⁷ de higienizar a comunidade LGBT e, mais uma vez, responsabilizá-la por agressões sofridas por não se manter “reservada”.

Somada a postura presente na sociedade de que homens e mulheres devem ser de determinada forma, está a responsabilização do LGBT ou da vítima de bullying pela própria violência sofrida, conforme entendimento de uma das diretoras entrevistadas:

-O que tu entende por bullying e homofobia? (Entrevistador)

-O bullying... Pois é, como vou te dizer. O bullying... É que eu me reporto assim, a mim. Eu sou uma pessoa sardenta. Quando eu era criança, eu sofria bullying. Hoje, que eu sou velha, era bullying o que eu sofria. Só que eu não fiquei com trauma. É que existe também muito mimimi. Não é? Eu não fiquei com trauma. Não tinha esse mimimi,: “ai, vou denunciar”. Paciência, eu era assim. Quem usava óculos? Era quatro olhos. Naquela época não tinha todos esses adjetivos. “Ai vou denunciar, vou processar”. (D.2)

-Era uma coisa considerada normal? (Entrevistador)

-Era normal. Era deboche, era brincadeira. E a gente levava na boa isso. Claro que eu me lembro que quando eu era criança, era claro que aquilo me chateava. Chamavam de ferrugem. Imagina, ferrugem? Quando eu era mais nova era pior ainda. Ela é enferrujada. Imagina hoje? Hoje é processos e processos. Qualquer coisa já é motivo. Então é muito mimimi. (D.2)

-Mimimi seria um... Um o que assim? (entrevistador)

-O mimimi é que... É que dão muita força pra essas coisas sabe? Estenderam muito essas coisas. Se um aluno chamou o outro aluno de gordo. Daí a mãe já vem aqui dizendo que é bullying. Mas que bullying!? O que é isso? Então as pessoas acham que confundem tudo muito. E a sociedade como ela ta tentando evoluir, eu acho que não é por aí. (D.2)

-Tu acha que um aluno chamar o outro de gordo, isso poderia evoluir para uma coisa mais severa? (Entrevistador)

-No meu entender, não. No meu entender. Mas nessa sociedade sim. Como eles estão dando margem pra isso. Sim. Então as pessoas usam essas coisas: “eu não quero ir pra aula porque tão me chamando de gordo”. (D.2)

¹⁷Conforme segundo capítulo.

Torna-se crucial desmistificar a questão do bullying e trazer um esclarecimento desta realidade, a fim de evitar justamente uma banalização desta violência e responsabilização da vítima. Primeiramente, retomando os estudos deste fenômeno, nem toda forma de agressão necessariamente acarretará numa instalação, por assim dizer, do bullying em si (FANTE, 2005; NETO, 2005; GUARESCHI, 2008; SILVA, 2010; PIGOZI; MACHADO, 2015). Para que ocorra isso, é necessário que exista um desequilíbrio de forças entre o agressor e a vítima, estando esta numa posição em que não consegue se proteger dos ataques realizados.

Dessa forma, deve existir um conjunto articulado de agressões, verbais, patrimoniais, morais, psicológicas, entre outras, sendo que estas agressões obrigatoriamente não podem ocorrer de modo esporádico, ou seja, devem ser sistemáticas e continuadas ao longo do período em que o aluno(a) está no ambiente escolar.

Assim sendo, chamar alguém, mesmo que pejorativamente, de “gordo”, “quatro olhos”, “ferrugem”, não significa que a pessoa já esteja sendo vítima de bullying. Igualmente, se um homossexual for chamado de “veado”, ou um negro de “macaco”, não estará ocorrendo o fenômeno de bullying. O que ocorre nestes dois casos específicos são homofobia e racismo respectivamente, uma vez que a orientação sexual e a raça ou etnia de uma pessoa servirão como motivo para atacar alguém verbalmente.

Contudo, isso por si só não acarreta na caracterização do bullying, mesmo a agressão verbal sendo a forma principal de ataque e perpetuação de violência deste fenômeno, é necessário considerar outros pontos, como os impactos psicossociais que sofrem as vítimas, com prejuízos a curto, médio e longo prazo (FANTE, 2005).

É fundamental não menosprezar estas agressões, pois elas podem evoluir para um conjunto articulado de novas formas de violência, mas ao mesmo tempo, não interpretar que todo e qualquer apelido, por si só, já caracteriza o bullying.

A pesquisa apresentada por Fante (2005) desmistifica a ideia equivocada presente no senso comum de que “tudo é bullying”, quando, na realidade, 22% dos alunos num total de mais de mil e setecentas pessoas entrevistadas, revelaram-se como vítima deste fenômeno enquanto que 15% revelaram-se agressores. Ristum (2010) complementa, afirmando que em nível global, o índice de bullying nas escolas varia de 10% a 70%.

Os fatores que explicam essa discrepância na variação acentuada do bullying em locais diferentes destacam-se pela falta de conhecimento para o fenômeno, o medo das vítimas em denunciar as agressões sofridas, assim como a falta de critérios para considerar o bullying e diante de quais situações o mesmo se efetiva de fato.

Refletir que o bullying passou a ser estudado e divulgado no Brasil muito tempo depois dos primeiros estudos de Olweus na Noruega da década de 1980, acabou por acarretar numa elucidação muito tardia desse fenômeno, quando anteriormente o bullying era considerado algo “normal”.

Com a midiaticização desta realidade, até mesmo com campanhas para o combate ao bullying vinculadas em canais voltados ao público infanto-juvenil¹⁸, a Lei nº 13.185/15 que define diretrizes e ações para prevenir e agir em casos de bullying e a existência de reparações morais e patrimoniais definidas pelo poder judiciário em favor das vítimas (VAZ, 2010), houve um avanço em não deixar incólume o sofrimento das vítimas e suas famílias e, por conseguinte, gerou-se uma cobrança maior das autoridades para que ações concretas fossem efetivadas para impedir que esta forma de violência continuasse sendo tratada com trivialidade.

Em vista disso, quando uma vítima se sente encorajada de denunciar a violência (algo que muitas vezes não acontece, pois as vítimas escondem das autoridades e de seus responsáveis as agressões sofridas), significa que esta violência chegou a um nível tal de perseguição, que fez com que estes alunos queiram, em muitos casos, desistir de ir à escola, outra consequência direta que o bullying traz (RISTUM, 2010).

Ademais, não considerar estas denúncias acaba causando um duplo golpe contra a vítima e sua família, não só por ter sua fala desconsiderada, como saber que seus agressores e a escola em que estuda não receberão nenhuma orientação no sentido de alterar uma conduta violenta, que poderá se repetir futuramente.

Estacheski corrobora:

A culpabilização das vítimas por violência doméstica, por violência sexual, por homofobia corrobora com um discurso equivocado de moralidade e religiosidade que favorece agressores. O debate sobre gênero pode romper com a ideia instituída de que a culpa pelo estupro sofrido é da vítima e não do agressor, de que a culpa pela morte violenta é da travesti que não se adequou à regra imposta, e com a ideia de que é por não adequarem-se que homossexuais deveriam se esconder e não ter direito a estudo, vida e dignidade, para não escandalizarem as pessoas que não conseguem ver humanidade nas outras pessoas. (ESTACHESKI, 2016, p. 68)

A mesma reflexão se faz necessária diante da realidade homofóbica do Brasil atualmente. Apesar de nas falas dos professores e da direção das escolas indicarem que houve avanços e que há tempos atrás essa realidade era pior que hoje, isso também é questionável. É

¹⁸Para maiores informações, acessar: <http://www.chegadebullying.com.br/>

inegável que ocorreram avanços para a comunidade LGBT que, graças ao movimento de visibilidade desta população no Brasil, com o início das paradas livres na década de 1990 e dos movimentos sociais de décadas anteriores, conquistaram alguns direitos.

Além disso, a aparição nas mídias e redes sociais de personalidades em geral, que suscitaram o debate da homofobia e do tratamento equânime para LGBT, além do tema ter se feito mais presente hoje do que era em décadas passadas, contribuiu igualmente para tentar mudar a percepção preconceituosa quanto aos homossexuais.

4.3.4 Categoria: o ambiente escolar, sua dinâmica em relação à diversidade sexual e o avanço de propostas reacionárias

A sociedade, ao categorizar os diferentes sujeitos, acaba criando uma série de “divisões”, com a intenção de reforçar as identidades consideradas ideais ou desejáveis (LOURO, 2000, p. 9). É por meio desta ação, com o uso ou não de violência, de forma mascarada ou explícita, que as pessoas são classificadas e distinguidas.

Louro (2000) afirma que esta forma de operação, de dizer o que é certo ou errado, encontra-se presente também no tema da sexualidade: de um lado, temos uma sexualidade, a heterossexual, considerada como ideal e “normal”; por outro, temos outras identidades, consideradas desviantes, relegadas ao campo do anormal e do estranho.

Sobre a forma de sexualidade considerada “correta”, há intensa e “meticulosa” vigilância por parte de todos (LOURO, 2000). Dentro das instituições escolares, tal premissa acaba sendo seguida à risca, às vezes de forma silenciosa e imperceptível, mas com efeito permanente e duradouro, a fim de colocar cada um “em seu lugar” (LOURO, 1997).

É nesse sentido que a escola não só reproduz diferentes formas de discriminação, como também é igualmente responsável por produzi-las, a partir do disciplinamento constante e reiterado das ações e vigilâncias aos quais estão submetidos os diferentes sujeitos que fazem parte da comunidade escolar (LOURO, 1997). A escola passa, então, a “naturalizar” aquilo que é “coisa” de homem e de mulher, realizando a separação dos grupos e as atividades entre “típicas” de meninos e meninas.

Isso se comprova quando ocorrem ensinamentos que determinados brinquedos ou brincadeiras são para uns e não para outros. Assim, quando o “esperado” não ocorre quando, por exemplo, uma menina se torna uma exímia jogadora de futebol, esporte considerado de homens, ou pratica outros esportes considerados mais agressivos que ferem diretamente a

feminilidade, torna-se motivo para preocupação pela escola, sendo interpretado como possível desvio de comportamento.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. (LOURO, 1997, p. 64).

Com relação aos homossexuais dentro do espaço escolar, esta ação será ainda mais incisiva, já que claramente ocorre um “desvio” gritante da norma heterossexual, que deveria ser seguida por todos.

Sobre estes alunos, cairá, com toda força, o peso do “silenciamento” (LOURO, 1997): são adotadas posturas a fim de ignorar a presença destes sujeitos na escola, negando ou ocultando que eles existem naquele território, para que os demais alunos “normais” não tenham qualquer aproximação e influência com estas pessoas poupando-os de serem, talvez, “contaminados” com algo considerado anormal.

Tal premissa encontra respaldo na prática, ao observar o relato de uma entrevistada, que quando atuou em um colégio particular de viés religioso, viu-se podada de abordar a temática do preconceito:

-O melhor lugar ainda é a escola, os professores se unir. Trabalhar temas transversais. Eu trabalhava com meus alunos da quarta série, lá no colégio¹⁹, escola religiosa é mais difícil pra ti falar. Mas eu fazia assim: toda semana, todos os dias, alguém vai trazer uma notícia diferente né? E eu me lembro... o que que foi, que um aluno trouxe da Zero Hora? Um rapaz que tinha sido morto a pedrada, no calçadão de Copacabana, um quiosque, e o aluno trouxe essa notícia. Eu não sei se uns contaram para os outros, que chegou nos ouvidos da direção. E eu fui chamada... que eu não estava lá pra abordar esse tipo de assunto. Eu disse: “Irmã, eu estou aqui pra abordar sim. Porque são coisas que acontecem. E como que eu vou dizer para o aluno, em primeiro lugar, eu to pedindo pra ele ler. Pra ele estar a par das coisas que acontecem no mundo. E pedi pra ele trazer uma notícia, e como que eu vou dizer que aquela notícia não vale? Agora o roubo da bicicleta, que levou tantos tiros podia, e o gay que levou pedrada não podia? ”. Aí ela não gosta, não gostou, me chamou a atenção. Mas eu continuei com as atividades, mas não veio mais atividades nesse estilo. Mas eu não disse pra eles [os alunos] que a Irmã tinha me chamado. Como que eu iria explicar, porque aí eu colocaria a escola contra os alunos. Eu não vou ser tão hipócrita de dizer que não precisava do emprego, mas se continuasse com aquilo eu seria mandada embora. Mas a gente falava sim, porque, tinha na quarta série da frente, uma menina cadeirante né? E a gente falava de tudo de diferente que tinha. Aí tu podia falar assim, por cima, de gays. Mas aí tu não podia entrar em detalhes

¹⁹O nome da instituição foi omitido.

o que era um gay, o que era lésbica. Tu podia falar no geral, mas não podia te deter naquilo ali. (P. 6)

Por meio deste silenciamento deliberado (outra forma da escola produzir homofobia) é que acarretará que homossexuais e transexuais sejam vítimas de variadas formas de violência, e passem a “se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” (LOURO, 1997, p.68), já que suas existências, suas vidas e suas sexualidades são consideradas pela ação e omissão da escola como algo pilhérico e depreciativo. Inclusive, as próprias representações desses sujeitos, reproduzidas nas falas de professores, diretores e na mídia em geral, convergem para uma visão ridícula de LGBT, tornando difícil para estes alunos possuírem uma afirmação identitária não preconceituosa de si mesmos.

A educação acaba por reproduzir todo o sistema presente na sociedade, que privilegia um sexo em detrimento do outro, que autoriza que meninos tenham passe livre para desempenhar determinadas funções, ao passo que as meninas são podadas. Tal fórmula é presente dentro do espaço escolar, seja por meio do material didático usado pelos professores como forma de transmitir conhecimento aos alunos, seja dentro das próprias relações entre os múltiplos indivíduos que compõem este território (VIANNA; RIDENTI, 1998).

Um exemplo de como isso pode ocorrer na prática consiste quando uma aluna, ao ter um rendimento acima da média, é considerada pelo educador apenas como “esforçada” e não como uma pessoa “potencialmente” capaz de ter excelente domínio do conhecimento e aptidão para liderança, ao passo que o contrário seria visto como natural para o sexo masculino (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 102).

É assim que “a escola reflete o sexismo que permeia toda sociedade” (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 102):

-Já os meninos, tão jogando futebol então tem que entrar nas jogadas firmes, tem que entrar na situação do jogo. Então muitas vezes eles não sabem como entrar nessa situação do jogo. Não que eles não saibam chutar, porque isso já é trabalhado desde pequeno. A parte motora, física, eles têm. Só que não se envolvem porque os meninos já sabem que ‘futebol é pra macho’ essa coisa toda. No handebol, todos eles participaram. Voleibol também. Agora futebol, não querem... Os guris reclamam: “ai chuta direito!”. Mas ele se sentindo humilhado, por estas palavras, ele se isola. Até as vezes tem vontade, mas é podado. (P. 3)

Mesmo uma simples partida de futebol na aula de educação física (conforme relato da professora), é encarada quase como uma final de Copa do Mundo, onde os homens deverão

mostrar toda sua garra e vitalidade e, caso falhem, serão privados ou preteridos de jogar com o grupo.

Por meio destes códigos que são instituídos e reproduzidos na escola, destas normas que distinguem o que seria de homem o que seria de mulher e o que cada um pode ou não fazer, é que vão se naturalizando estas regras, apontado como intrínseco e imutável da própria sociedade, sendo que estas instituições multiplicam esse discurso homofóbico (LOURO, 1997).

-Na tua opinião onde surgiu esse preconceito (homofóbico)? (Entrevistador)
 -Na própria sociedade, isso já vem de tempos. É que nem ter alunos com deficiência. Era escondido, uma redoma, até não dar mais. Acredito que seja na sociedade. (P. 3)

Outro exemplo prático de como a instituição escolar “diz sem dizer” o que é considerado correto e o que não é, é a presença de símbolos religiosos de determinadas seitas dentro dos corredores e salas de aula.

Sobre isso, uma professora teceu a seguinte observação:

-[...] Mas se tu reparou na nossa escola, ali na direção, tem o ponto, o banheiro e um altar. Numa escola laica tem um altar. Todas as escolas da rede pública têm um altar. 12 de outubro é o dia da padroeira né? Eu prefiro pensar que é o dia da criança, mas é da padroeira. Mas como to cansada, quero feriado, então... (P. 2)
 -O que tu pensa sobre símbolos religiosos num local que deveria ser laico? (Entrevistador)
 -Eu posso levar um exu de gesso e botar no altar? Não posso. Porque raios eu vou poder levar a santa, seja ela Aparecida, desaparecida? Se eu quiser levar caveira, não vão deixar eu botar. Daí o pai do fulano não vai gostar. “Aí to recebendo reclamações.” Aí foram dez pais. Mas se a escola tem quatrocentos alunos, dez pais é pouco. “Não, dez pais é muito”. E aí vai entrar os valores de quem ta dirigindo. Só dez é pouco, mas prevalece a opinião desses dez, pra tu não ter que discutir se a escola deve ser laica ou não, se tu deve segregar, se tu deve obediência ao marido. (P. 2)

As instituições escolares que são regidas por princípios constitucionais, os quais pregam o Estado laico que afixa a diversidade, vedando-se o proselitismo religioso, conforme consta na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, não deveria possuir símbolos de qualquer natureza, pois, para Louro (1997) esta é uma forma da escola deixar claro aos alunos quais símbolos, quais discursos e quais posicionamentos são ou não aceitos e permitidos. Assim, ao levar um símbolo de outra religião de matriz africana, no entendimento

desta educadora, isso poderia trazer discórdia para aquele espaço, de pessoas que talvez não aceitassem tal religião.

Logo, melhor ignorar o problema do proselitismo, de um símbolo de uma religião que historicamente tem uma posição de não reconhecer os direitos de LGBT, do que questionar a importância do Estado laico e os motivos que fazem uma estátua de uma santa católica estar presente, e não a de uma entidade espírita, hinduísta, budista, entre outras.

O fato de a escola ter receio, ou não querer mudar seus códigos e seus valores, demonstra o forte conservadorismo existente na instituição de ensino, fazendo com que as mudanças oriundas do novo causem estranheza e resistência.

-[...] a diretora que eu tinha antes [...] se chegasse maquiado, não entra. Não deixavam. Uma vez um aluno chegou no terceiro período e ele não pode entrar porque estava com a calça rasgada e a diretora disse que a partir de tal dia ninguém ia entrar com calça rasgada. Fizeram a mãe vir de não sei onde, pra vir com agulha e linha, costurar a calça pra ele entrar na sala. (P. 2)

Não se pode ignorar o atual momento político em que o país se encontra e do discurso reacionário presente, fazendo com que se ganhe ainda mais força o silenciamento das escolas diante da violência oriunda do preconceito, quando professores que abordam estes temas dizem:

-Essa resistência por parte da escola, tu percebe só por parte dos colegas ou mais outras pessoas? (Entrevistador)
 -Eu vi um vídeo de uma palestra ele falando assim: “o problema que estamos enfrentando hoje, da direita crescente, é culpa das feministas! Ah mulher agora inventou o que: que agora vai estudar. Depois ela vai fazer mestrado, doutorado, viajar que não sei o que. Quando ela resolve ter filho é um só, no máximo dois.” E enquanto isso os fundamentalistas estão lá reproduzindo, estamos em desvantagem. Então o mundo vai ser dos fundamentalistas porque “as feministas não querem mais ter filho pra passar seu conhecimento.” Nós estamos em desvantagem. E no que isso se associa com a pergunta que tu falou? Essa retomada da direita ela tá bastante forte e assim... Em cima desses ataques pejorativos mesmo... Como vou te explicar. Eu acho que uma coisa puxa a outra. As tuas condições de vida tão deteriorando. Aí tu se apoia na Igreja. Na igreja tu te apoia, assim, aí tu vai lá e reproduz uma situação que vai fazer com que tua vida fique pior. Então tu fica se apegando a instituição, a uma vida religiosa, que vai ir fechando a tua viseira. Eu vejo crescente o número de farmácias e igrejas crescendo. Cada quadra tem uma, é um caos. Isso tá sendo levado pra dentro das escolas. De que forma? Os pais como estão trabalhando mais e não tem tanto tempo pra ficar com os filhos o pouco tempo manda pra igreja. É impressionante a quantidade de juvenzinho entrando pra igreja, só que a grande maioria que tá aí, dessas igrejas, é evangélico ... E aí eles entram e tem o... Os rituais deles de expulsar o demônio, das tuas experiências

incomuns, não tradicionais. Conheço várias meninas do oitavo, nono ano, que a pouco tempo atrás estavam experimentando de tudo e agora descobriram na igreja que isso era um passo em falso. Agora elas estão se dando conta que tem que se voltar para o lar. E como a vida está ficando difícil, elas precisam manter os maridos, entende? Os homens por sua vez, precisam de alguém... Parece piada falar de conforto pra pobre, mas de alguém que lave minha roupa, que faça comida, entende? As famílias vão se mantendo neste vínculo. Tu chega como professor, traz uma ideia diferente e não aceitam... (P. 2)

O conservadorismo incentivado pelo viés religioso acaba fomentando concepções engessadas de ser e agir. O crescimento do fundamentalismo se apresenta como um desafio para aqueles que se propõem a refletir sobre a sociedade e os preconceitos nela inseridos. Conforme relatado no capítulo anterior, os dogmas ensinados e reproduzidos a centenas de anos ainda se mantêm vivos nos dias atuais. Concepções de que a mulher deve servir ao seu marido, de que este é o mantenedor da casa e do lar, de que as mulheres devem ser submissas, ainda encontra força no cotidiano daqueles que frequentam a escola. Esta bagagem, trazida para dentro deste território, tornará mais difícil a prática do respeito a diversidade, quando práticas e vivências compreendidas como pecaminosas podem vir a ser julgadas e condenadas, “justificando” o uso de agressões múltiplas.

Enquanto as instituições educacionais, que poderiam propor ações de combate, reflexão e questionamento para a erradicação das opressões, encontram forte resistência para a efetivação de uma política educacional emancipatória e acolhedora da diversidade, vem crescendo a passos largos o avanço do conservadorismo e do silenciamento. A diversidade sexual passa a ser ignorada ou então, fortemente questionada quando alunos e alunas passam a sentir desejos e sentimentos por pessoas do mesmo sexo. A liberdade, o descobrimento, o autoconhecimento, o prazer, é substituído pela lógica da vergonha, tão fortemente reproduzido e vinculado pela mídia, pela igreja, pela escola, pela sociedade em geral, para que estas pessoas retornem aos seus papéis tradicionais enquanto homens e mulheres. O homem enquanto dominante; a mulher, enquanto submissa. Neste roteiro, ser LGBT é absolutamente censurável.

Entre os avanços de práticas reacionárias, que objetivam calar aqueles que se propõem a combater o preconceito, está o projeto de lei intitulado “Escola sem partido”: uma visão “repaginada” de ações similares aquelas que ocorreram na ditadura, quando professores eram vigiados e, atualmente, tem de enfrentar a censura e a criminalização da prática docente, uma realidade já presente nas escolas, mesmo sem a aprovação desta lei. Da mesma forma como

ocorreu antes, a décadas atrás, hoje em dia permanece a vigilância sob aqueles que ousarem trazer novas abordagens e reflexões para práticas que legitimam e conservam o preconceito.

-Procede esse entendimento de que tua escola é uma escola conservadora?
(Entrevistador)

-Eu vou te dizer assim. Acho até que sim. Mas dificilmente dando uma entrevista eu vou confessar pra qualquer pessoa. Por exemplo, na época das ocupações [das escolas do estado], um pai me questionava: “lá [na tua escola] estão trabalhando!”. Eu digo: “eles estão trabalhando em outra frente.” Eu jamais vou confessar pra esse pai que os professores que estão trabalhando [na minha escola] estão com viseira. Eu digo: “Olha só, eu estou trabalhando lá porque estou focando no que? Calar nossa voz através do ‘Escola sem Partido.’ Eu vou colocar pra mãe que ela está equivocada. (P. 2)

-Vocês ... recebem apoio da CRE²⁰, ou de um instituto superior a CRE?
(Entrevistador)

-Não sei. Não sei, porque eu sempre fiz o trabalho dentro da escola, e agora se o ‘Escola sem Partido’ for aprovado eu serei uma das primeiras a ser presas, não que eu seja doutrinadora, mas isso leva a reflexão e isso perturba bastante. Mas não sei de nada que a mantenedora oferte. (P. 6)

-Tu disse que percebeu uma certa dificuldade pra abordar [temas de combates as opressões], por parte da direção... (Entrevistador)

-Ai, são posicionamentos bastante, conservadores. (P. 6)

-Teria algum exemplo de posturas [da escola] que tu achou bastante conservadora? (Entrevistador)

-Daria um livro. Tem muita coisa assim de não perceber que o outro tem os mesmos direitos que eu, então são “N” e “N” casos. No meu vocabulário do tipo (pausa) ... Mais perigoso, de reacionarismo. (P. 6)

-Tu diz de uma questão... tu falava até do banheiro para pessoas trans, teve alguma outra situação? (Entrevistador)

-Tem aquela coisa da criança, do adolescente, tá reclamando de alguma atitude dos colegas “ah, mas tu tem que te dar ao respeito, tu tem que te comportar’ tipo uma responsabilização da vítima. O prejulgamento. (P. 6)

O Projeto de Lei nº 867 de 2015,²¹ de autoria do deputado Izalci (PSDB/DF) prevê justamente a criminalização da prática docente e um retorno a posturas adotadas pela ditadura militar, quando professores eram espionados e controlados de perto pelo governo (CARNEIRO, 2015).

Este projeto prevê, caso aprovado, a “neutralidade” política, a fim de que os pais possam decidir sobre a educação que a escola deve ofertar aos seus filhos quando esta for contrária às suas convicções, podendo ocorrer a oposição, inclusive, aos pressupostos políticos ou religiosos que venham a ser veiculados.

Assim, usando-se de uma linguagem dúbia, o projeto prevê que professores não possam cooptar alunos “desta” ou “aquela” corrente política, ideológica ou partidária. Em se

²⁰ Coordenadoria Regional de Educação.

²¹ Este projeto inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”.

tratando de questões sociais, econômicas e políticas, os professores deverão utilizar as “principais” versões teóricas para explicar acontecimentos históricos. Estas regras elencadas, com forte viés autoritário, prejudicam as propostas de erradicação das discriminações, prevendo inclusive o encaminhamento de denúncias ao Ministério Público de professores que as desrespeitarem.

Surgem, então, alguns questionamentos: o que viria a ser “esta” ou “aquela” linha política? Que linhas são essas? O que seria a “principal” corrente teórica para explicar determinada situação social?

Percebe-se, então, que este Projeto de Lei deturpa os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao citar que nenhuma criança será vítima de exploração; ao mencionar uma suposta “doutrinação” feita por professores²² e que isso acarretaria em um “bullying político e ideológico”, quando um aluno que não compactua de uma “corrente dominante” pode ser hostilizado.

Há de se concordar que alunos que não fazem parte de uma corrente dominante já convivem com o preconceito presente na comunidade escolar: alunos LGBT, negros, mulheres, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência. É importante, então, o uso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir que estes estudantes não sofram quaisquer formas de exploração e violência, contudo, este projeto não tem por finalidade atender estas demandas, já que o combate às opressões pode vir a ser interpretado como uma “doutrinação”.

O que acontece nas escolas é justamente o oposto: não existe escola sem uma proposta política. Há escolas militares e religiosas que seguem determinadas ideologias e um conjunto de regras, mas quanto a estas, nunca houve preocupação em averiguar um suposto “assédio ideológico”.

Quando as travestis são expulsas das escolas ou a elas não é permitido utilizar o banheiro com o qual se identificam, trata-se de uma política institucional. Quando mechem com o “viadinho”, com a “sapatão”, quando tiram sarro do negro, chamando-o de “macaco”, quando é negado o direito a políticas e ações afirmativas para pessoas com deficiência, e os professores, diretores, comunidade escolar, no geral, nada fazem para mudar esta realidade, trata-se de uma postura política. Além disso, quando a escola proíbe as meninas de usar saia, ao mesmo tempo em que ignora o assédio dos meninos contra elas, trata-se também de uma postura política.

²² O projeto de lei não apresenta nenhuma pesquisa ou dados que comprovem tal alegação.

Em razão dos argumentos expostos acima, fica clara que a intenção deste Projeto de Lei é ignorar que na escola alunos LGBT, negros, pobres, adeptos de religiões de matriz africana, entre outros, são discriminados, acabando por ignorar as ações de combater este ódio.

Mello et al (2012 p. 294) citam que os homossexuais, diferentemente de outros grupos como idosos e crianças, não despertam um tipo de “solidariedade” na qual as pessoas possam se sensibilizar com a discriminação sofrida, dificultando que sejam aprovadas políticas de enfrentamento à homofobia.

O projeto Escola Sem Partido representa uma ameaça à comunidade escolar de problematizar, debater e enfrentar o preconceito, pois mesmo sem a aprovação desta lei, tal situação já encontra obstáculos, seja pela responsabilização das vítimas, seja pela não efetivação de diretrizes educacionais que, mesmo existentes, não são efetivadas ou, ainda, quando há um “faz de conta” que a escola trabalha, conforme os relatos de um professor (a) que seguem abaixo.

-Esse ano no primeiro trimestre nós trabalhamos meio ambiente. Preservação do meio ambiente pra cá, preservação do meio ambiente pra lá. Coisa linda né? Trabalhamos o trimestre inteiro. Fizemos um trabalho interdisciplinar e o pessoal: “e aí, vamos avaliar o desempenho do trabalho?”. E aí eu: “não quero falar, não quero falar”, me coçando, e o pessoal: “Ta! fala!”... ó! “ta!”, “fala!”. “Tá, diz o que tu quer.” Daí eu digo: “eu acho que o trabalho não teve êxito”. “Como assim não teve êxito?” “Olha a sala de aula dos alunos! A sala de aula dos alunos é uma imundície! Como é que tu vai me dizer que aquele cartaz ‘Vamos conscientizar as pessoas que o meio ambiente é importante’ não é uma mera falácia? Se a tua sala de aula ta imunda?”, entendeu? Não tem... No primeiro trimestre, o cestinho tem doze, treze bolinha de papel, porque escreveu no papel até a quinta linha e botou o papel inteiro fora, é porque ele não tem consciência ecológica. Não tem noção de meio ambiente. O pátio é todo de cimento. Uma lá arvorezinha que tá lá sobrevivendo. Tudo é cimento. Aí eles saem de lá tu encontra: pacotinho, saco de bolacha recheada, refrigerante, pacotinho de *chip*, pauzinho de pirulito, chicletinho, “Como assim no chão? Não tem conscientização ambiental e esse trabalho aqui não surtiu efeito. Me desculpa. Se dedicaram o semestre inteiro. Eu não falo pra incomodar, eu falo porque eu acho.” (P. 2)

-Bom, se trabalhou tanto e isso na prática, da preservação ambiental ficou só na teoria... (Entrevistador)

-Porque os colegas fazem isso na sala dos professores. Então, gera conflito, por quê? Porque primeiro tu tem que rever tua prática. “Eu to sobrecarregada e vou ter que pensar sobre isso?”, “Sim meu bem! Pois como que tu vai comer e vai deixar sujeira aqui?” Tchê! Tu não sabe o que é a sala dos professores depois do café. É uma farelame! Não existe essa preocupação. Se tu não tem contigo, como que tu vai ensinar teu aluno? Aí teu projeto foi por água abaixo. Porque tu fez de conta que trabalhou. Tu não trabalhou.

O fato das escolas simplesmente abordarem temas de relevância, como a preservação do meio ambiente, não significa que haverá resultados imediatos a curto prazo. O mesmo ocorre quando são iniciadas ações de combate ao preconceito homofóbico. Lidar com uma opressão histórica enseja numa luta diária, cotidiana de reflexões e análises de conjuntura. Por momentos, pode parecer desmotivador que ações que visam a mudança, que rompam com o conservadorismo, não surtam efeitos desejados. Porém, são ações como estas que trazem abordagens e formas de pensar novas que, quando trabalhadas continuamente ao longo do tempo, e não de forma esporádica, podem vir a trazer resultados, com propostas coletivas e novas perspectivas de mudança. Algumas vezes, táticas diferenciadas são utilizadas até conseguir abordar temas considerados “delicados”, como descrito pela pessoa entrevistada:

Aqui... a escola me autorizou pra fazer uma investida na questão do feminismo... Os banheiros lá foram reformados e pensamos da gente fazer cartazes da questão do banheiro não ter gênero, mas focando na questão do machismo. Não que a homossexualidade não seja um assunto importante, mas às vezes tu tem que ir comendo pelas beiradas pra poder chegar, então... Como não posso falar muito sobre homossexualidade porque tem muito colega aí que “ai tatata” né. Se eu bater de frente eu sei que a porta vai fechar. (P.2)

-Tu acha que existe uma aceitação melhor para falar de machismo do que de homofobia... (entrevistador)

-Com certeza. (P.2)

-Por qual razão? (entrevistador)

-Ainda é tabu. Ainda é tabu. Eu tava cantando uma música para os alunos, da Elis Regina, há uns trinta anos atrás, que falava sobre o afeto entre pessoas heterossexuais: “do homem poder beijar sua menina”. O cara tinha direito de beijar a guria, a guria não tinha direito de beijar o cara. É a heterossexualidade, mas com preponderância masculina, né? A mulher não pode ter iniciativa. Isso a trinta anos atrás. Isso é muito recente. Recém agora estamos conquistando o nosso direito de expressar nosso afeto na rua, porque isso era só coisa de homem. Então agora que estamos começando a falar sobre afeto entre iguais. Então é uma coisa que faz parte do processo de aceitação. Primeiro tu não pode falar de afetos na rua, depois tu fala de afetos heterossexuais com preponderância masculina. Depois tu fala de afetos na rua onde tu vai permitir que a mulher tenha uma certa iniciativa, desde que não extrapole. E depois tu vai incluir os homossexuais... . E aí, “pomba, já tenho tanto problema, se eu posso resolver em cinco minutos falando, dando uma ordem, porque vou ficar três aulas, quarenta e cinco minutos, debatendo?” Então vou pelo caminho mais curto. Então muitas vezes teus colegas não te apoiam e mantêm essa estrutura pelo cansaço, pelo desgaste. Não propriamente por serem contra... ‘ai, to tão cansada, ainda vou me envolver nisso’, então tu vai mantendo. Quando tu tem uma prática diferenciada isso ... Então alguns alunos não entendem, querem que tu de o conteúdo tradicional, ali no quadro, copiar, bah bah bah. Acham que a gente só bateu papo e não aprendeu nada. É o que as famílias também querem, pra manter as coisas encaixadas (P. 2).

-Esses acham que debater a homofobia, por exemplo, que a escola não tem que fazer isso? (Entrevistador)

-É. Não que tu vá virar gay porque tu teve aula, mas é um assunto... Imagina a gente debatendo homofobia e colocar uma plaquinha no banheiro dizendo ‘banheiro não tem gênero’? Aí daqui a pouco: “meu filho que é machão vai entrar no banheiro e vai ter o viado que vai querer agarrar no pau dele.” Me desculpa as baixarias, mas é o vocabulário que se usa. Então assim... tu vai ter que ter uma estrutura pra controlar, pra que essa agressão não ocorra, e tu não tem uma equipe suficiente, tu não tem material humano suficiente pra dar conta de todas as coisas que vão acontecer. Mas vai acontecer? E se tu fizer um debate antes para que as pessoas entendam o respeito no caso... agora se eu sou heterossexual não significa que eu tenha que transar com tudo que é aluno homem e que ela se for homossexual vai transar com a mulher. Tu vai conversando e mostrando. É mais trabalhoso então tu opta pelo mais fácil. (P. 2).

Os debates sobre homofobia, por trazerem ainda desconfiança e medo, são cercados de análises rasas e preconceituosas, onde estas percepções equivocadas acabam por vencer, num primeiro momento, as propostas de trabalho para o combate da discriminação. É preferível pensar que todos os sujeitos dentro da escola são iguais, (ou são todos heterossexuais ou todos privados de sexualidade), e ignorar as variadas formas de violência que decorrem da intolerância quanto a diversidade: homofobia, machismo, racismo, entre outros. Provavelmente, pelo menos na maioria das residências, não haverá um banheiro distinto para homens e mulheres. É na escola, desde muito cedo na vida de crianças, que serão internalizadas estas noções e quais espaços são permitidos e para quais gêneros. Se opta por manter uma pretensa “naturalização” daquilo que é de homem e de mulher, ao invés de propor o debate, a reflexão, o pensamento crítico. Se naturaliza que uma mulher deva conter seu desejo, assim como LGBT, mas que homens heterossexuais possam ter passe livre para assediar mulheres, já que o entendimento do senso comum diz que “naturalmente” homens são assim. E quando os homens não agem dessa forma? E quando as mulheres não se enquadram no padrão de modéstia esperado?

Na medida em que se avançam os debates, com a efetivação de ações de combate ao desrespeito e intolerância, também cresce a investida de forças conservadoras que não querem que ocorram esses debates nas escolas e que estas instituições continuem reforçando as normas de gênero, transformando as mesmas em combustíveis para o machismo e, por conseguinte, a homofobia, intensificando:

[...] dispositivos e práticas curriculares de controle, silenciamento, invisibilização, ocultação e não-nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legitimação de corpos, saberes, práticas e identidades, subalternização, marginalização e exclusão. E a escola, lugar do conhecimento, mantém-se em relação à sexualidade e ao

gênero, como lugar de censura, desconhecimento, ignorância, violência, medo e vergonha. (JUNQUERIA, 2012, p. 9).

Com isso, é possível afirmar que a escola prefere ignorar as situações de preconceito que envolve o cotidiano de alunos e professores, não prevenindo situações de discriminação que possam surgir e vindo a intervir apenas quando a agressão já ocorreu, conforme relato da pessoa entrevistada, findando o assunto em poucos minutos e priorizando a educação tradicional, vedando espaço para uma reflexão destas atitudes reproduzidas.

Em razão disso, o potencial que a instituição educacional possui em trabalhar a multiplicidades de identidades, por se constituir de ampla diversidade, é desperdiçado, pois há a preferência, conforme dito anteriormente, em ignorar esta realidade e fomentar que estas situações sejam minimamente questionadas.

4.3.5 Ausência de travestis nas escolas: a transfobia

Outro ponto de importante destaque diz respeito à falta de pessoas trans nas escolas. Somando as duas instituições pesquisadas, num total de dois mil alunos, não havia sequer uma travesti, transexual ou pessoas que tivessem solicitado alteração do nome civil para o nome social.

Em uma das escolas, um professor relatou que já teve uma aluna travesti que sofreu discriminação por parte de professores, acabando por evadir do ambiente escolar:

-Nós tínhamos um ano, ano retrasado um menino. Ele fazia programa e ele era uma menina escrito! E tinha o nome social, e a professora se negava de chamar ele pelo nome social. Eu tive que chamar o pessoal da CRE pra virem aqui e dizer que ele tinha o direito de na chamada ta o nome social dele. A mãe dele veio aqui. A gente fez a reunião com professores, mas depois desapareceu da escola. Parece que se casou com um homem mais velho, que oferecia melhor condição social. (P. 5)

-Porque tu acha que essa professora se negava de chamar esta aluna pelo nome social? (Entrevistador)

-Porque professora de final de carreira né? Mais idosa do que as outras. Não sei se ela já veio de uma educação mais rígida, mais tradicional, e ela dizia: “porque é só o que me falta te que ficar chamando o fulano por nome social, imagina que eu vou fazer isso?”. E elas não chamam mesmo. E as outras a gente vê de conversinha de pé de orelha. “tititi”, falando as escondidas. (P.5)

-Falando mal? (Entrevistador)

-Falando mal sim! São poucas as professoras que aceitam, que trabalham, que não criticam, que tratam como alunos normal e são né, normal. Mas tem certos grupos de professores que não... Eu disse pra ela, “olha, nós temos um aluno e ele tem direito ao nome social”, não me lembro o nome, era um nome bem artístico. E eu disse: “olha gurias, vocês vão ter que chamar ele não mais por menino, como menina”, “ah, mas não vou! Ah, mas é um

homem!”, “Mas ele não se sente homem. E ele tem esse direito e nós vamos chamá-lo assim. Vocês escrevam com lápis na chamada”, e não chamaram. E não chamaram! Então eu disse: bom, então vou ter que chamar a CRE. Vou ter que chamar, vou ter que passar a lei pra vocês e vocês vão ter que conversar com ela e saber do direito deles.”. (P.5)

-Como tu acha que essa pessoa trans se sentia? E até a questão do banheiro como ficava? (Entrevistador)

-A pois é! A questão do banheiro. Eu disse, falando com a direção... Olha, ele tem direito de usar o banheiro que ele quiser: “ah não, não porque no banheiro das gurias não entra. Ele no banheiro dos guris vai ser coisa pra ele sofrer chacota. Vamos abrir um terceiro banheiro”. Não concordei com a história do terceiro banheiro. Tem um banheiro diferente por quê? Não é discriminação da mesma forma? Ficou neste tal banheiro juntava as gurias na volta, então fechou o tal do banheiro e se ele tivesse vontade de fazer xixi acho que ele não ia, porque não podia ir nem um nem no outro. Ele se negava de ir no banheiro dos meninos e a escola queria que ele fosse no banheiro dos meninos. Aí ele começou a usar o banheiro das meninas, começou a juntar de meninas, por quê? Porque as meninas aceitam mais. Começaram a ir pra porta do banheiro. Começaram a dizer que era muita anarquia, então fecharam o banheiro. (P.5)

-Essas professoras que encaravam com deboche, como era o deboche delas? (Entrevistador)

-Piadinhas né, no pé do ouvido das outras: “Quando eu morrer vou ter que doar minhas córneas para que os outros vejam aquilo que eu não vi!” né? “Ai eu agora no fim de carreira vou ter que aturar esse tipo de coisa? E ainda se fosse uma bixa quieta, mas não, é uma espalhafatosa, tem que anunciar que chegou...” esse tipo de piadinha sem graça. Muitos casos [de preconceito] nem chegam na direção. Às vezes nem chega, chega assim, distorcido pra nós: “ai brigaram. Brigaram porque tava incomodando. Porque é uma bixa louca.” Mas brigou porque? Será que ele não foi insultado? Não ouviu palavras ofensivas? Elas não procuram saber. O lado de que a pessoa tá sendo ofendida, massacrada pelo colega. (P.5)

Vê-se, pelos relatos acima dispostos, que mesmo diante de resoluções que garantem o uso do nome social para travestis e transexuais, muitos educadores ainda se negam a fazê-lo. Nesse ponto, quando as leis, programas e políticas de combate à erradicação do preconceito não são internalizadas pelos profissionais da educação como algo necessário e relevante, dificilmente ocorre uma mudança de paradigma. Salienta-se que aquele educador, ao trocar o nome civil pelo nome social com medo de uma possível penalização administrativas, civil ou criminal, mesmo não reconhecendo conscientemente o direito daquele indivíduo, inicia um processo de mudança nas ações que os demais professores venham a tomar.

Perceptível a existência de uma segregação por parte dos alunos que são ou que se parecem homossexuais. Mesmo quando a violência não se dá por vias diretas, existe um desconforto com a presença destes sujeitos na escola, e conforme dito pelo entrevistado há uma tolerância quanto aos indivíduos LGBT, mas não o respeito, fazendo com que a

instituição tenha que “aturar” sua presença, o que resulta em falas e posturas vexatórias por todos os sujeitos do ambiente escolar.

Uma professora, após responder que não há alunas travestis na escola, disse o que aconteceria caso essas pessoas fossem matriculadas na instituição: “Vou dizer assim... eu acho que ia ser... estranho porque tudo leva a crer, pelas coisas, relações que são extremamente tradicionais, tudo leva a crer que ia ser uma imposição legal. Não uma aceitação voluntária” (P. 3).

Se referindo a uma pessoa trans, a direção da escola assim disse:

-O caso daquele aluno que vem pintado. Mas no caso acho que é uma provocação. Ele não deveria vir. E outros que já passaram por nós, que tinha sua opção, mas também, que era um exagero, que provocavam. Que tipos de situações: com palavras, com deboches. (D. 2)

-Esse rapaz que se pintava a boca, como que se daria essa provocação? (Entrevistador)

-Não, como eu falei. Ele vem vestido masculino e vem com a boca vermelha. Quando ele entra todo mundo debocha, todo mundo ri. Como eu disse: eu vestida de mulher e botar um bigode todo mundo vai debochar de mim. Então eu sei que vai acontecer, então pra que que eu venho? Pra me vitimizar. (D. 2)

Junqueira narra que as vítimas de discriminação, como na transfobia e no estupro e assédio sofrido por mulheres, são responsabilizadas pelas violências sofridas como “alguém que foi atrás de encrenca e que recebeu o que merecia” (2012, p.16).

Pegando o exemplo relatado pela direção da escola, numa análise imediatista, se este aluno, vítima dos deboches dos colegas, não viesse para escola maquiado, não sofreria discriminação. Logo, se supõe que a homofobia “desapareceria”, ignorando-se que a homofobia poderia ressurgir por outros motivos.

Existe um entendimento de que o preconceito homofóbico é culpa do homossexual e não da sociedade e da própria escola que, através de seus currículos e métodos, reforça o que é certo ou errado. Mas os diretores não observam o dia a dia dos alunos? Não percebem que seus alunos estão sendo molestados e intimidados a tempo considerável? Quais ações foram desenvolvidas no sentido de proteger estes estudantes?

Um homossexual não precisa vir com a boca pintada para sofrer homofobia. Ele já está em sofrimento e não há o devido crédito para esta violência, acabando a escola, novamente, por ignorar a questão:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo — inato a todos — deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 1997, pp. 20-21)

A homofobia atua como um reforço para a heterossexualidade a partir do momento em que o medo das pessoas de falarem sobre o assunto e serem reconhecidas ou confundidas como homossexuais, punem com a exclusão daquele meio e com todas as formas de violência a orientação sexual considerada desviante (LOURO, 1997).

Todos os alunos entrevistados disseram não ter nenhuma colega dentro da escola que fosse travesti ou transexual. Sobre os motivos pelos quais acreditavam inexistir estes sujeitos neste espaço, se utilizaram do medo como resposta:

-Na verdade nunca tinha parado pra pensar. Agora que tu me perguntou eu acho que... Travestis se expõem mais né, pra sociedade em si, e muitas pessoas ainda tem medo de serem julgadas. E dentro da escola é pior digamos assim, porque tu vai ta todos os dias com aquelas pessoas. Às vezes tu passa na rua, uma pessoa faz uma agressão verbal, tu sabe que no outro dia nunca mais tu vai ver ela. Dentro da escola não. Aí quando vê as pessoas se privam mais por causa disso. Por medo. (A 1)

-Nunca vi. Se tem, não percebi. (A 2)

-Por que tu acha difícil encontrar essas pessoas nas escolas? (Entrevistador)

-Por ter medo. Lógico. A pessoa tem medo de se assumir. Sempre tem gente que acha errado e vai discriminar. A discriminação não é só tu dizer lésbica, seu viado, não sei o que. (A 2)

-Pelo medo, preconceito. Se eu for lá do jeito que eu sou, vão me discriminar. (A 3)

-Olha, eu, vou te ser bem sincera, eu não vi. A não ser que tenha e a pessoa seja muito contida. (A 4)

-Aqui não. (A 6)

-Por que tu acha que não tem? (Entrevistador)

-Por falta de oportunidade. Porque se elas vêm pra cá e não tem defesa, não tem alguém que ajude elas, não adianta. É que nem profissão. Qual a profissão delas? Muitas [são] prostitutas. Vão fazer o que da vida? Se vem pro colégio: a turma debocha, o professor diz o que: "ai não posso fazer, é muita gente". Como elas vão querer ser alguma coisa se não dão oportunidade? (A 6)

-Olha. É Travesti e transexual são os que sofrem mais, pois são tratados como lixos pela sociedade... ai não sei... Mas acho que não entra na escola por medo do preconceito. Pela própria escolha de ter que trabalhar nas ruas. Medo da ignorância das pessoas. Isso limita muito. (A 7)

-Não, só gays, lésbicas [que vi na escola] (A 8)

-Por que tu acha que não tem nenhuma aluna travesti no colégio? (Entrevistador)

Talvez pelos preconceitos que não teja. No outro colégio que estudei tinha um travesti. Com muito preconceito dos guris, ele desistiu de estudar. Talvez por isso. (A 8)

Nesse contexto social e histórico, não foram reconhecidas alunas travestis e transexuais dentro das instituições escolares. Para além de uma mera questão individual, é preciso reconhecer que a discriminação contra LGBT é também uma violência social, que afeta diretamente toda uma coletividade, como se fosse um estigma que justificasse que estes sujeitos não são merecedores de direitos, tampouco alvo de políticas sociais.

Quanto ao termo estigma, o mesmo teve seu surgimento na Grécia quando os gregos, guiados pela importância das concepções visuais, buscaram observar vestígios ou marcas corporais que denotassem, a todos naquela sociedade, indícios que representassem que determinados indivíduos deveriam ser evitados ou rechaçados. Faziam-se, então, marcas no corpo dos escravos, criminosos e traidores com fogo ou cortes, para que toda a sociedade soubesse que aquelas pessoas deviam ser repudiadas e evitadas, principalmente em locais públicos (GOFFMAN, 1975).

Afirma-se, então, que passados centenas de anos os variados estigmas continuam servindo aos mesmos propósitos que serviam aos gregos, quando:

um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. (GOFFMAN, 1975, p. 14).

4.3.6 Categoria: a denúncia das situações vivenciadas ou percebidas de homofobia e ações para combatê-la

A postura das instituições escolares em esconder a questão da homofobia ou não considerar como algo grave acaba dificultando um canal de comunicação que proporcione e encoraja alunos a denunciarem as situações de violência aos quais eles observam, pois estas discriminações são vistas como inerentes à sociedade, numa visão fatalista, como se assim fosse e nada pudesse ser feito.

-Não denunciei. Geralmente é uma coisa que morre ali. As pessoas falam, mas esquecem no outro dia. Já teve casos que pararam na direção e ninguém fez nada. Então a gente acaba deixando. (A 1)

-Por que tu acha que a direção não faria nada? (Entrevistador)

- Por ser só uma pessoa que fala. Eles podem achar que: “ah, é aquela pessoa que ta achando isso”. Ninguém da bola, ninguém percebe. (A 1)
- Não, não cheguei a contar. Eu levo mais na brincadeira. Tento deixar não me abalar não me atingir. (A 3)
- Contei pra todo mundo. Mas não sei se não acreditaram em mim, mas ninguém falou nada. (A 7)
- Sim, já. Pra orientadora. Falei que eu vi isso e aquilo. Dava vontade de me meter e defender. Mas eles tinham os grupinhos, então tu fica com medo... (A 8)
- De uma represália? (Entrevistador)
- De me marcarem. (A 8)
- Quando tu falou pra orientadora, ela tomou alguma atitude? (Entrevistador)
- Não, ficou só na denúncia mesmo. Não fez nada. (A 8)

Todos os alunos entrevistados, ao serem questionados se a escola era um local apropriado para discutir a homofobia ou se a mesma deveria fomentar ações de combate ao preconceito, responderam que seria de suma importância que a instituição assumisse uma postura mais proativa quanto ao tema.

- Com certeza. A escola é um espaço importante para tudo. É onde a gente cria nosso pensamento. Se a gente vê os professores fazendo preconceito, até os colegas e ninguém fazendo nada, achando aquilo normal, então a gente acha que também é normal, vai sempre piorar, não vamos evoluir. Não adianta só chegar e dizer que não tem que ter preconceito. Tem que mostrar o porquê de não ter. Eu até discuto com os professores e sempre pergunto o porquê. (A 1)
- Sim. A gente ta começando a vida. A gente ta entrando pro mundo real, pra trabalhar. A escola é o momento certo, pra te preparar, encarar o mundo. A gente sabe como é o mundo em relação a isso [a homofobia]. (A 2)
- É um dos melhores lugares. Se a gente tiver uma boa introdução sobre isso, não haverá tantos preconceituosos assim. Seria bom a escola pegar esses assuntos, da atualidade... (A 3)
- Eu acho que é o mais assim, porque tem muita coisa que os pais falam muita coisa: “tem que agredir na rua”, essas coisas assim. Então a escola ajuda muito, de chegar em casa e dizer: “minha professora falou diferente”. Conheço muita gente que acha que é certo que tem que matar, bater, não pra mim, mas acho importante a escola poder mudar essas forma de pensamento. (A 5)
- Com certeza. Porque é importante para as crianças aprender a conviver com as diferenças. E a escola tem uma função. Com certeza, a base é a família, mas a escola é a metade do caminho, porque às vezes convive mais na escola que na família. (A 6)
- Deveria ser obrigatório nas escolas, respeitar a escolha diferente das pessoas, porque dentro de casa, eu nunca ouvi ninguém falando de respeitar gays, lésbicas, travestis e tudo mais, então a escola sempre abre portas, tu vê pessoas diferentes todos os dias, então acho que debater sobre isso seria muito importante. (A 7)
- Tinha que ter mais palestras sobre isso, pras pessoas mudar a opinião delas. (A 8)

Existe um reconhecimento de que como a homofobia é reproduzida pelos alunos, professores e funcionários e, assim sendo, deveria ser abordada dentro da escola, como forma de evitá-la, assim como deveria haver uma orientação aos alunos sobre a temática LGBT, bullying e homofobia, vedando quaisquer discriminações.

Porém, as respostas dos entrevistados foram divergentes quanto à percepção dos alunos de ações na escola de combate ao preconceito, conforme se percebe abaixo:

- Tudo que eu tive de contato, foi esse ano [sobre homofobia]. (A 1)
- As ações que acontecem são por parte de um professor? (Entrevistador)
- Às vezes entra no assunto. Ano passado fizemos um trabalho sobre feminismo e falamos sobre as lésbicas. (A 1)
- Mas aí é um trabalho focal? É um trabalho só para aquela turma, não para todas? (Entrevistador)
- É, só para aquela turma, não para todas as séries. (A 1)
- Já, a gente faz redações sobre isso. Palestras, a minha outra escola dava palestras sobre isso. Fiz trabalhos sobre feminismo. De LGBT to fazendo um trabalho agora sobre movimentos LGBT, que a professora pediu pra gente falar sobre ética e moral pro trabalho. (A 2)
- Essas ações são em toda escola ou só pro ensino médio? (Entrevistador)
- Eu não sei. No fundamental ninguém falava nada. Agora, em 2016, tão falando mais, porque tá mais a tona. (A 2)
- Pior que nunca tive, nuca vi um trabalho assim. (A 3)
- Não. Pior que não. Não lembro. (A 4)
- Nunca. Só agora contigo. Nunca foi falado. A única coisa que foi falado foi do dia da consciência negra, mas sobre homossexualismo nunca. (A 5)
- E esse da consciência negra, foi falado... (Entrevistador)
- Só no dia. Nunca... é que nem o dia do índio, é só no dia do índio. Só aquele dia. (A 5)
- Teve uma vez, gosto de lembrar dessa época, todos anos a escola faz aniversário e faz essa gincana e pra cada turma é disponibilizado uma cor. - No turno da noite não é disponibilizado essa gincana, mas meu amigo participou. E os meninos foram maquiados, pra representar a diversidade. (A 7)
- Tirando isso, tu observa se tem alguma política de trabalhar isso diretamente, ou tu acha que é muito pouco ainda? (Entrevistador)
- É pouco. Deveria ser mais debatido. (A 7)
- Tipo, tu falava que tinha alguns professores que abordavam, só que tu observava se isso era uma política só daquele professor ou de toda a escola? (Entrevistador)
- Escola diz que não tem preconceito, mas que trabalhavam isso em sala eram só aqueles [professores], no tempo da aula deles. Tem professores aqui que não fazem esse tipo de coisa. (A 7)
- Tiveram algumas, não, poucas palestras de preconceito em geral, de cor. Por isso falo: podia ter mais palestras. (A 8)

Chamou atenção o fato de que os alunos homossexuais, ao serem convidados para a pesquisa, e ao afirmar-se que se tratava de um estudo sobre as ações que as escolas estão realizando para a prevenção e combate ao bullying homofóbico, já demonstraram de imediato,

com acenos de cabeça e risos, que não reconheciam tais ações. As afirmações colhidas ao longo das entrevistas mostram que os atos que os professores e diretores disseram realizar, não estão sendo reconhecidos ou considerados pelos alunos como formas de combater a homofobia.

Por um lado, alguns estudantes disseram que são feitos trabalhos referentes aos movimentos sociais, feministas e LGBT, mas que são trabalhos focalizados, direcionados a uma turma específica. Em datas comemorativas, como o dia da consciência negra e do índio, por exemplo, são abordados temas diferentes, mas limitados aquele dia específico, sem dar continuidade a ações de, por exemplo, celebração da diversidade étnico racial.

Houve reconhecimento, por parte dos alunos, de que alguns professores trabalham esses temas em sala de aula, mas que são poucos se comparados a totalidade de profissionais dentro da escola.

Em comum entre alunos, professores e diretores, encontra-se o fato de não reconhecerem ou não terem lembrado, durante a entrevista, de quaisquer leis ou programas de apoio à diversidade sexual e erradicação do preconceito nas escolas, os quais podem ser utilizados como forma de embasar ações institucionais contra o bullying homofóbico:

-Não conheço. Ontem quando tu começou a palestra fiquei bem interessado em conhecer mais sobre esse assunto²³, tava com minha mãe, e falei com ela sobre aquele programa e ela assim, “mas que tanto tu fala nisso?!” Daí ela me encheu de pergunta. No fim até ela acabou ficando interessada. (A 4)

-Não conheço e nem corro muito, porque nunca passei muito por isso, sabe? Graças a Deus nunca passei por isso, nem sei te dizer. (A 5)

-Não, não conheço. Quer dizer, não me recordo no momento. Claro que sei que existem as leis né. Mas quando a gente está trabalhando na sala de aula, tu vai te preparar para questões políticas, pedagógicas e tal, aí tu vai lá, procura e tal. Mas não me recordo de nenhuma específica assim. (D 1)

-Não. Não temos nenhum trabalho em cima disso. O trabalho que eu faço é que eu vejo no dia a dia. Uma lei que tenha na escola prá trabalhar com os alunos, ou que tenham passado pra nós, não. Nada em específico. (P 1)

Os entrevistados, porém, reconheceram que é de extrema importância a inserção, no ambiente escolar, de práticas e políticas educacionais que combatam o preconceito, com a finalidade de romper padrões socialmente impostos que legitimam e reforçam estereótipos vexatórios, com críticas à padronização das pessoas e sua possível homogeneização da sociedade:

²³ O entrevistado se referia aos programas voltados ao público LGBT, como o Transcidadania, abordado um dia antes, durante uma oficina.

-Tinha que começar... Mostrar para os alunos o que é esse mundo, que é normal, natural, que não precisa seguir um padrão. (A 1)

-Eu acho que sim, que nem aquela moça²⁴ falou e disse, se toda vez que tu sofresse preconceito tu gritasse, reclamasse, iria diminuir bastante. (A 4)

-Sim, com certeza. Se tivesse alguma coisa que, alguma lei que defendesse essa classe, os professores saberiam que isso é errado. Porque talvez pra eles não considerassem errado, já no passado deles que eles aprenderam, como posso dizer, era normal pra eles acontecer isso (A 6)

-Acho que sim porque na verdade acho que todo gay já passou por isso. Porque não adianta eu apanhar por ser gay, mas não poder recorrer a lugar nenhum. Porque, por exemplo, nem doar sangue a gente pode doar.²⁵ É uma questão que não fica só nas escolas, apesar de ser o começo de tudo. Se existisse um tipo de lei que combatesse, acho que não seria extinto, mas acabaria demais com isso. Acho que deveria ser providenciado, mas como nosso governo é lerdo, não vai. (A 7)

-Nós temos que aceitar as pessoas como elas são. As leis vêm pra te calçar, te proteger. Acho importante. Não precisaria, mas na sociedade que vivemos, temos que ter um respaldo de alguma forma. (P 1)

Ao serem questionados sobre que programas ou leis poderiam ser mais eficazes quanto à prevenção e combate do bullying homofóbico, os alunos apontaram: ações em sala de aula de forma permanente, palestras para todos e campanhas.

-Deveria estar relacionado ao currículo que o professor ao longo do ano. (A 7)

-O que tinha que ter mais era palestra. Talvez ir nas aulas. Chamar os alunos, tanto hétero como... (A 8)

-Deveria ser voltado pra mais pessoas. Tipo, avisar: “ah vai ter essa palestra”. Fazer um cartazinho. (A 8)

-Fazendo mais campanhas, regras, campanha que contribua, que não haja mais preconceito. (A 3)

Além disso, a própria direção das instituições defende a implementação de programas para combater e prevenir o bullying homofóbico, em razão deste se constituir em um conjunto de ações planejadas e articuladas de forma a alcançar resultados que possam modificar a cultura e as atitudes dos alunos e da sociedade, tornando as ações isoladas em um corpo de ações que tem um propósito, para um objetivo e para todos na escola.

-[...] eu acho que os programas sim, porque na verdade eles trabalham as condutas, os valores, cria situações que a gente possa entender, porque que tem gente assim, porque que não é, entende? Por isso que a escola é um espaço importante, um local de descoberta. (D 1)

²⁴Estudante fazia referência a uma colega sua que participou de uma oficina ocorrida na escola.

²⁵A portaria nº 158 do Ministério da Saúde proíbi a doação de sangue para homens que tiveram relação sexual com outro no período de um ano.

- Aqui no colégio tu percebe se é feito alguma coisa para combater isso? (Entrevistador)
- Olha, meu primeiro ano aqui. Até agora não vi nada disso. Primeira vez que vi foi ontem. (A 8)
- Então no ano todo não se falou nada sobre isso? (Entrevistador)
- Não, só ontem. (A 8)
- Tu conhece algum programa, voltado especificamente para o combate e prevenção do bullying, da homofobia, da questão da diversidade, do respeito e apreço a tolerância? (entrevistador)
- Um programa específico, não. (D 1)
- Nem uma lei específica? (Entrevistador)
- Não, não conhece. Quer dizer, não me recordo no momento. (D. 1)

Nesta pesquisa, contudo, houve uma contradição, entre a direção e professores das escolas, no que diz respeito às ações desenvolvidas para combater e prevenir o bullying homofóbico, conforme se verifica nos relatos abaixo:

- O que o projeto político pedagógico orienta nesses casos? (Entrevistador)
- É exatamente isso. É a gente trabalhar com os alunos de forma geral, temas transversais assim, que falem sobre liberdade, respeito, que a gente comece a inserir estes valores né, dentro da sala de aula, que eles, os jovens, consigam perceber essas questões importantes. Que o ser humano vem pra ser feliz (D. 1)
- O PPP, o que ele orienta nesses casos de homofobia, de bullying? (Entrevistador)
- Orienta assim, por isso sempre estamos trabalhando, com projetos, com palestras. Esse é um ponto que não existe: homofobia, bullying. Nós partimos do princípio que todos os alunos são iguais e merecem respeito. Então é semana disso, semana daquilo. É, filmes, teatro. A gente sempre faz. Ano passado fizemos uma gincana. A gincana das cores. Essa semana que a mostra de talentos, os meninos apresentaram a música do *Queen*, foi belíssimo. Os meninos vestidos de mulher. Mas foi assim, uma das coisas mais bonitas que eu já vi. A gente busca sempre trabalhar esse tipo de coisa, harmonizar, para acabar com essas diferenças. Principalmente os alunos do ensino médio, que já são maiores, parece que é mais fácil. Parece que eles não têm tanta discriminação. (D. 2)
- Tu diria que essas ações que a escola proporciona, são diárias ou semanais? (Entrevistador)
- Sim, são. Porque os professores tão sempre trabalhando esse tipo de coisa. É bastante trabalhado isso. (D. 2)
- Tu acha que esse trabalho é fruto de uma política institucional da escola ou de uma proposta do professor? (Entrevistador)
- Não, acho que de ambos, porque a escola propicia isso e o professor também traz. Essa semana de talentos partiu da professora, mas se fosse uma escola que tivesse preconceito, não iria permitir. Foi uma aula maravilhosa. A tarde teve uma dança afro lindíssima. (D. 2)

Na visão da direção das escolas, há o reconhecimento de que é importante ser trabalhado ações de combate, não apenas da homofobia, mas também de outras formas de discriminação. Foram manifestadas a necessidade de trabalhar temas transversais com os

estudantes, como proporcionar projetos que valorizem o respeito aos colegas, trazendo a reflexão sobre práticas preconceituosas, com o objetivo de findá-las. Porém, os professores destas instituições, ao serem indagados, tinham outra percepção sobre o fenômeno do bullying homofóbico, percebendo uma censura de ações de prevenção da violência por eles desenvolvidas ou então notavam que não recebiam apoio por parte de seus colegas para efetivar programas institucionais nas escolas, tornando estas ações focais e limitadas a poucas pessoas.

-A nível institucional, tu conhece alguma política ampla, que atenda toda a escola, ou tu percebe que é algo mais focal, de alguns professores? (Entrevistador)

-Eu percebo mais focado. Só alguns professores que trabalham isso. Não chegou ao meu conhecimento nenhum projeto mais amplo. A gente trabalha mais no local da sala de aula mesmo. Ao menos no meu caso. (P. 1)

-Tu já recebeu alguma reclamação de algum pai? (Entrevistador)

-Já. Já. “Porque que a professora ta falando dessas coisas e não falando da gramática?” Explico minha formação acadêmica foi em enfoque comunicativo, que isso é uma balela de gente acadêmica, que isso não existe na prática. Eu já tive esse questionamento dos pais. A minha missão enquanto professora não é mera transmissão de conteúdo, é: gramatical e científico. Faz parte das minhas atribuições a socialização do aluno. Isso implica numa prática cidadã... o autogerenciamento, autonomia. Pra tu desenvolver autonomia tu tem que ter teu próprio pensamento. (P. 2)

-Tu já teve que se justificar quando o pai... (Entrevistador)

-Quando eu tenho que me justificar é assim, tipo: fogueira da inquisição. Numa mesa senta um membro da direção, a diretora ou vice-diretora de turma, a coordenadora pedagógica. Ah, o SOE, SOP e mãe de aluno, pai de aluno, aluno e as vezes mais alguém e tu... Todo mundo te olha: “vê lá o que tu vai dizer”. Quando o aluno não gostou... Por exemplo, se é um aluno machista e vai discutir isso em reunião, é complicado porque ali tem a ata, todo mundo ta te observando então tu tem que ser muito comedido. E ali, como o aluno vê que tu tem que ser comedido, é, ele te testa. Mas acho que faz parte da própria experimentação dele e acho válido. Mas é desagradável porque tem um monte de gente torcendo tipo: “agora nós te pegamos”.(P. 2)

-E a escola representado pela direção, pela coordenação, fica do teu lado ou do lado do pai? (Entrevistador)

-Então, aí nós temos o período antes e o período depois. Várias vezes... Quando eu cheguei na escola e comecei com a avaliação e prática diferenciada dos modelos tradicionais eu tive um: “pera aí que vamos te pegar”. A escola enquanto direção de trabalho caía de pau. Como tentaram me pegar de várias vezes e eu escapei de todas, hoje eles param muito antes de dizer... Mas ó: “nós temos uma reunião”... Tu sente assim que tem um clima tenso, uma expectativa. Porque sabe que eu consigo me articular e demonstrar o objetivo do meu trabalho, mas a princípio a escola vai ficar do lado do aluno porque ela quer evitar o conflito. “E se um pai encaminha denúncia para 5ª CRE? Que problema!” Aí até brinco com eles: “olha, eu ando meio no ostracismo, quinze minutos de fama seria bom, já pensou se pinta lá na Rede Globo?” Aí eu tento brincar um pouco, mas é ruim porque tu sabe assim que é muito mais fácil tu negociar com o aluno que negociar com o colega. Esses dias ainda disse numa reunião de conselho: “de um aluno eu aceito.” Porque? Eles são aprendizes e faz parte do

amadurecimento deles me testarem, testarem meus limites. Não faz parte do meu colega fazer isso. Meu colega, quando ele faz isso, muitas vezes ele faz porque ta querendo me sangrar mesmo. Porque assim, é uma competitividade muito grande. Tu ta tendo muito sucesso... E quando um professor diz: “tu ta tendo problema na tua turma” e o professor diz: “mas na minha turma eu não permito que isso aconteça!”, “Mas isso não aconteceu porque eu dei permissão. Aconteceu porque aconteceu”. “Eu não permito que um aluno me diga um palavrão!”, “Eu também não, por isso que gerou o conflito.” O colega reforça que tu é incapaz, que tu é incompetente. É muito mais forte isso por parte dos colegas e da direção. (P. 2)

Nota-se que não apenas a direção da escola não concorda com ações de prevenção ao preconceito (diferente daquilo que foi narrado durante a entrevista com o corpo diretor das escolas), como também os próprios estudantes e seus responsáveis não demonstram abertura para abordar e trabalhar o respeito a diversidade dentro da escola, desconsiderando que este seja um conteúdo válido. É preciso atentar que a diversidade já se faz presente dentro da escola, dentro da sala de aula, e isso é algo que não pode ser simplesmente removido ou ignorado. A dificuldade em lidar com esta diversidade acarreta diretamente na violência que se inicia no desprezo, na intolerância, no ódio.

Chamar uma homossexual de “viado”, “sapatão”, excluí-los da convivência com as demais pessoas, dispensar um tratamento diferenciado, com ameaças, chantagens, espancamentos, são ações que são desconsideradas como situações graves a ser combatidas dentro da escola. É mais assustador e digno de nota, diante de uma política institucional que nega o preconceito, que um professor aborde estes temas, chamando-o para “depor” diante de uma banca que irá avaliar sua conduta, do que prevenir o combater a violência histórica que recai sobre os sujeitos LGBT, que acarreta diretamente na negação do acesso a uma política educacional de qualidade.

-Tu acha que existe uma política institucional na escola, ou tu acha que existe ações isoladas de um ou outro professor? (Entrevistador)

-Na rede pública, muita coisa é na teoria. Na prática vai muito do professor ainda. É muito esporádico. “Ah, vamos trabalhar o bullying...”, mas é uma coisa ainda... Não é muito institucional, bem pensado. Tá na moda agora esse problema e aí trabalho. Se tu for olhar, não dá pra trabalhar tudo que pedem pra escola trabalhar. Tu acaba dando pinceladas. Mas eu acho que tá... Existe nos regimentos de trabalhar esses temas, mas ainda é uma coisa muito do professor. Não tem uma cobrança em cima. (P. 4)

-Aqui na escola tu percebe se existem ações institucionais de combate a homofobia ou isso são ações isoladas de um ou outro professor? (Entrevistador)

-São isoladas. (P. 5)

-E esses professores que trabalham esses temas, o que eles abordam e o que os motiva a fazer isso? (Entrevistador)

-Penso que seria a questão de consciência né. Eu penso que todos deveriam ser respeitados nas suas individualidades. A gente começou um trabalho. Foi

muito firme. Em 2012, ou 2013. 2013. Com o segundo ensino médio na turma do seminário integrado. E eles foram ganhando a simpatia. Foi um trabalho muito interessante e eles foram ganhando a simpatia dos demais e o reconhecimento de que eles estavam vivenciando o seu direito de ser e a coisa ficou bem mais leve. O turno da tarde sim é mais difícil de se fazer qualquer... (pausa) abordagem. (P. 5)

-Essa dificuldade tu percebe porque falta apoio da direção ou dos demais professores? (Entrevistador)

-Ai, é o todo. É o grupo que nós temos, cultural. Aí incorpora estudantes, professores, direção. Todos. (P. 5)

-Em algum momento foram implementadas ações de combate a homofobia na escola? (Entrevistador)

-Aqui na escola eu não vejo os professores fazerem. É mais um trabalho da orientação: “ah isso é trabalho da orientadora que tem que discutir, que tem que procurar oficinas pra conscientizar os alunos”. Professores não procuram. (P. 6)

-Tu acha que os professores acham que tem que só dar o conhecimento específico daquela área? (Entrevistador)

-Sim. Muitos acham. Sim né. Porque a gente sabe que tem professores todos os anos trazem cadernos de cinco, seis, sete anos atrás. Mas eu sei que nenhuma turma é igual a outra como é que eu vou trazer aquele caderno pronto e todos os anos a mesma coisa? ... As professoras “Fulana”, “Fulana” e “Fulana”²⁶ abordam. E eu e essas outras professoras, somos vistas como as diferentes, as revolucionárias, as inventadoras de coisa. Porque na semana do 20 de novembro a gente foi trabalhar o dia da consciência negra, coisas diferentes com os alunos. Muitos professores foram embora porque, uma carga horária menor, ficaram alguns alunos, mas a grande maioria foi embora. Então os alunos também não despertam, eles não têm interesse. Eles só olham pro seu umbigo. A gente fez oficinas. Fez trabalhos lindíssimos com os alunos. E tu acha assim, não que a gente precise de elogios, mas tu acha que a gente ouviu: “ai que legal esse trabalho que vocês tão fazendo. Poh, se precisar de mim, pode contar”. Sabe essas coisas que tu precisa um empurrão: “será que eu to fazendo certo? Será que ta tendo resultado?” Se os nossos colegas só nos enxergam com maus olhos. (P. 6)

Este conservadorismo desencoraja que as ações propostas pelos professores sejam continuadas e desenvolvidas. A lei do silenciamento presente na escola supõe que alunos LGBT não existem e que, conseqüentemente, a homofobia e as variadas formas de discriminação são desconsideradas e sequer analisadas (LOURO, 1997).

Há um reconhecimento de que são utilizadas expressões e linguagens depreciativas que remetem à homossexualidade, como bixa, sapata, veado, entre outras. Mas não há o reconhecimento de que esta é uma questão educacional relevante para coibir a discriminação contra esta mesma população (ABRAMOVAY, 2009).

Os educadores que se propuseram a debater isso em sala de aula, narraram a forma com que a instituição escolar faz com que exista um “policiamento” das práticas que celebrem

²⁶Os nomes citados foram omitidos.

a diversidade. Quando um professor é chamado a “depor”, forma-se uma espécie de tribunal, como dito por uma professora, uma “fogueira da inquisição”, composto pelo corpo funcional da escola e os pais.

Esta escola, então, encorajando e fornecendo força ao discurso discriminatório, ao passo em que esmorecem ações de promoção da equidade, pois os educadores se veem numa situação de ter que justificar e provar o valor de seus trabalhos, algo que, em tese, não deveria ocorrer, já que há amplo embasamento jurídico de defesa do educando, da criança e do adolescente, dos temas transversais previstos na LDB – Lei de Diretrizes Básicas da Educação –, a qual respalda o debate e erradicação das opressões e violências dentro da escola.

Surgiu, também, um sentimento de descrédito quanto às possibilidades de uma lei transformar a realidade atual:

-Não sei se lei mesmo. Mas esses debates, palestras, trabalhar mais sobre isso. Às vezes as pessoas não levam a sério. A boate de Orlando²⁷ mesmo saiu em todos os jornais, as pessoas ficaram, “Meu Deus!”, na segunda semana ninguém falou mais, ninguém sabia mais. Lei, eu acho, não sei se daria muito certo, porque não tem como controlar. Porque lá no beco escondido tu tá agredindo e ninguém tá vendo. (A 2)

-Acho que ajudaria na escola, mas no mundo, sociedade não. Só se tivesse umas penas bem rigorosas. (A 3)

-Políticas públicas! Leis não acredito porque nossa constituição ta sendo rasgada. Mas a política pública está sendo rasgada também. Mas se tu trata como uma questão de política pública, uma questão de educação, de saúde, e não uma questão de polícia, entende? Se tu conseguir falar em termos de direito e respeito... Hoje como eu vejo como forma de transformação é a transgressão. Acho que só a transgressão. (P 2)

-Porque as pessoas às vezes aceitam porque tem medo ‘ah, eu vou me complicar com a justiça’. Eu acho assim Tomaz, tu pode até não dizer que é ridículo, mas por dentro tu já tá com aquele sentimento de maldade, de zombar do outro. Então o que adianta? Tu só não expressou. Então as pessoas: “eu não vou chamar ele pra depois pagar cesta básica pra essa cambada de sem vergonha.” Então as vezes não diz isso, mas tu pensa, e não é a mesma coisa? Tu não ta falando com medo de levar um processo, mas ameniza. Eu acho que não resolve grande coisa. (P 5)

Quando um profissional da educação responde que o meio encontrado, para findar estas violências, se dá por meio da transgressão, acaba simbolizando justamente o ambiente de trabalho conservador ao qual esta pessoa leciona que, em sua percepção, não gostaria que fossem abordados estes temas.

²⁷A estudante se referia ao tiroteio ocorrido em uma boate voltada ao público LGBT, que vitimou dezenas de pessoas em Orlando, nos Estados Unidos.

Assim, se um professor traz para dentro de seu currículo temas como homofobia, machismo, racismo e luta de classes, e os pais e a direção da instituição não consideram que estes sejam conteúdos válidos, há uma transgressão da regra vigente da escola. É uma transgressão a norma das instituições de ensino onde os alunos devem simplesmente sentar, copiar e reproduzir conteúdo, mas sem questionar as relações institucionais e sociais que as regulam.

Nesse sentido é que a escola tem uma grande capacidade de, ou fomentar e perpetuar uma educação não questionadora, ou formar estudantes com consciência crítica, debatendo e refletindo sobre as variadas formas de opressão vigentes na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral estudar a ocorrência do fenômeno bullying na comunidade escolar, analisando em que medida esta promove ações de prevenção e combate dentro de seu ambiente, com ênfase ao bullying homofóbico.

Entre os objetivos específicos estavam os de estudar a cultura e o contexto do bullying homofóbico na comunidade escolar sob o olhar de alunos, professores e direção, conhecer as ações que a escola está promovendo para prevenir e combater o bullying homofóbico, analisar as semelhanças e diferenças nas percepções dos alunos que se declaram LGBT com as dos alunos que se declaram heterossexuais, identificar possíveis dificuldades e identificar fatores que propiciam a implementação da discussão desta temática na comunidade escolar.

A escola é um espaço de múltiplas identidades e realidades. Também é dentro dela que são acometidas situações de perseguição sistemática contra aqueles que não seguem uma norma padrão de ser e agir na sociedade. Uma norma que vem sendo reproduzida a centenas de anos, tão intrínseca dentro deste meio que acaba sendo banalizada como algo inerente e imutável.

As pessoas entrevistadas muitas vezes não sabiam responder ao certo os motivos aos quais as levavam a ser ou entender pessoas preconceituosas. Muitas faziam uma ligação direta entre machismo e homofobia, e religião e homofobia que, por traz de uma postura fundamentalista, vem legitimando o discurso de ódio e ações violentas perpetradas contra LGBT. Assim, a partir destas falas, foram percorridos os acontecimentos históricos que vêm dificultando o combate às opressões dentro das comunidades escolares.

A grande pergunta é: as escolas pesquisadas têm se utilizado de políticas institucionais para o combate do bullying homofóbico? Existem iniciativas por parte de um grupo de professores em ambas as instituições que, por meio de palestras, trabalhos em grupo, filmes e debates, trazem à tona estas situações e discussões, conciliando a temática das variadas opressões às suas disciplinas.

Não há leis ou programas educacionais que fundamentem as ações feitas, pois quando questionados se tinham conhecimento de leis ou programas que fornecessem embasamento para as ações praticadas, não sabiam ou não recordavam no momento da entrevista.

Porém, há de se reconhecer o esforço e o empenho destes educadores. Como disse uma das professoras:

-Não sou simplesmente professora, não estou professando nada. Eu estou educando. E eu sempre penso que eu educo um cidadão para a sociedade. Se os outros não querem, eu vou ficar falando no assunto até que eles compreendem. Ao longo desses seis anos aqui, eu já percebo as coisas bem mais amenas nesse aspecto [do preconceito]. (P. 5)

A educação vai muito além de sentar, ouvir, fazer provas e repetir este ciclo. Engloba também a capacidade de conviver e respeitar “o outro como legítimo outro” (MATURANA, 2002, p 8) e celebrar a diversidade presente não apenas dentro da escola, como na comunidade em geral.

Ressalta-se que dificilmente conseguiremos chegar a uma sociedade homogênea, ainda mais se tratando de uma sociedade regida pelo sistema capitalista, que produz desigualdades. É por meio de todos os padrões aqui relatados que vão se criando segmentações que legitimam quais pessoas são dignas ou não de receber amparo das pessoas, das escolas, do Estado. O objetivo deveria ser o de celebrar a diversidade presente e perceber o quanto a criação de modelos a serem seguidos escravizam as pessoas em rótulos, estereótipos e estigmas.

Seguindo esta linha de pensamento, alguns educadores aqui pesquisados, em sua prática cotidiana, objetivam alcançar uma sociedade justa e livre destas variadas formas de preconceito, fazendo com que seus alunos se questionem sobre as suas percepções preconcebidas sobre o machismo, a homofobia, a violência contra mulher e o bullying.

Diretores das escolas, conforme dito por eles mesmos, foram criados em uma geração em que ser homossexual era considerado uma doença, quando o Código Internacional de Doenças de décadas passadas tratava o “homossexualismo” como um transtorno mental. Assim, ainda hoje estes indivíduos relatam possuir certa dificuldade em lidar com a diversidade sexual, alegando que alguns alunos agem assim em decorrência de influências externas, como moda.

Este argumento não foi citado pelos alunos homossexuais entrevistados. Dizer que a homossexualidade existe em decorrência de uma moda é retomar o discurso da doença, do contágio, das “causas” da homossexualidade.

Ao mesmo tempo em que estes professores realizam as atividades descritas, narraram que ocorre, tanto em suas escolas, quanto em outras que já trabalharam, situações de privação do direito de educar e de despertar pensamento crítico em seus alunos, com argumentos que não fossem pautados em senso comum. Percebe-se, pois, que existe forte oposição que não

quer que ocorra uma reflexão sobre determinados temas pelos educandos, seja pelo não reconhecimento deste trabalho, seja pela falta de apoio à causa.

São situações que mostram que, apesar de ouvir-se que hoje em dia está melhor que no passado, conforme as falas da direção e dos professores que pontuaram que cresceram sendo ensinados que negros e homossexuais eram inferiores aos demais, ainda persiste a credibilidade destes preconceitos.

O momento atual em que o país se encontra é de extrema preocupação para quem defende a ampliação de direitos e políticas sociais, com vistas à erradicação de todas as formas de preconceito. Com o avanço das medidas desenfreadas de austeridade, a educação, que já recebe poucos recursos, acaba ficando encarregada de lidar com estas temáticas. Isso porque por diversas vezes, conforme comentado pelos diretores, professores e alunos, é na escola em que passarão a maior parte do tempo, sendo que em suas famílias não são feitos debates sobre a homofobia e ensinamentos sobre o respeito a homossexuais.

Desta maneira, a escola, mesmo com poucos recursos, se mostra um ponto crucial para erradicação do ódio contra minorias, já que, por meio de ações continuadas, críticas e questionadoras, é possível alterar práticas e posturas de legitimação da vergonha, da culpa e do medo direcionado a pessoas LGBT. Não por menos que quanto menor a escolaridade de uma pessoa, maiores as chances desta ser alguém preconceituosa (NARDI, 2013).

Ora de forma explícita, ora de forma velada, todos os entrevistados concordaram que a homofobia se faz presente dentro das escolas pesquisadas ou em instituições que alunos, professores e diretores estudaram ou trabalharam anteriormente. Um fenômeno relatado que ocorreu em ambas as instituições foi o fato dos professores não desferirem um discurso de ódio em frente aos alunos, ou não expor suas convicções em sala de aula. Contudo, ao retornarem para a sala dos professores, expressavam suas opiniões sobre o que pensavam dos alunos LGBT.

Esta seria uma possibilidade das escolas trazerem uma nova abordagem diante da questão da diversidade sexual e fazer uma releitura de ações e posturas preconceituosas: por que determinados símbolos são permitidos e outros não? Por que a homossexualidade é sempre relegada ao campo do deboche e/ou do nojo?

Este é o papel da escola: trazer a reflexão, o questionamento. Se há uma “doutrinação” na escola, como faz supor o projeto Escola “Sem” Partido, trata-se daquela que preconiza o silenciamento das vozes daqueles que projetam uma instituição livre de opressões e que

rogam pela ampliação do acesso à educação e pela criminalização e vedação de quaisquer tipos de preconceitos no ambiente escolar.

Saber que a milênios o fundamentalismo religioso tem utilizado de discursos e práticas homofóbicas para perseguir e assassinar homossexuais, que as ciências psipatologizaram homossexuais e transexuais e que ser LGBT é passível de condenação legal em vários países, enseja uma batalha árdua na busca por novas perspectivas de ações não discriminatórias.

A escola, sabedora desta realidade, através de programas educacionais continuados, pedagógicos e com uma análise de conjuntura e leitura crítica, pode auxiliar consideravelmente numa mudança do paradigma atual.

Como colocado pelos alunos, mesmo com as poucas abordagens feitas, estes conteúdos foram levados para seus familiares, sendo um conteúdo que não se limita apenas à escola, mas também à sociedade, pois provoca o debate e o diálogo. Entretanto, estas ações não passam despercebidas por forças contrárias, que buscam constantemente manter o *status quo*, fingindo ou minimizando o sofrimento das vítimas de bullying homofóbico.

Nesta pesquisa não foram identificadas situações de bullying homofóbico, sendo o bullying considerado como uma ação continuada, sistemática e com desequilíbrio de poder entre agressor e vítima, em que ocorrem consequências para os envolvidos. Foram, sim, identificados casos em que a sexualidade ou a cor dos entrevistados serviram como motivo para difamar, caluniar, agredir verbalmente estas pessoas em função de suas identidades e do grupo ao qual pertencem.

Apesar de todos os entrevistados terem narrado situações de homofobia, apenas os alunos homossexuais relataram situações específicas que passaram despercebidas ou não foram recordadas pelos entrevistados heterossexuais, no que tange às suas famílias. Os cinco estudantes homossexuais relataram situações de medo e não aceitação por parte de seus familiares, um medo que, conforme relatado, surgiu desde muito cedo em suas vidas.

Por sinal, a palavra medo apareceu inúmeras vezes ao longo dos relatos trazidos. Se traduz, então, no receio de não apenas sofrer discriminações e agressões na escola, como igualmente não saber como a família reagiria diante da descoberta dos motivos destas agressões e da confirmação da homossexualidade de seus filhos.

Um dos estudantes inclusive foi expulso de casa pelo fato de sua mãe ser religiosa e não aceitar seu filho ser homossexual. Os demais estudantes narraram, ora que seus pais eram abertamente homofóbicos, ora que “aceitavam”, mas por conformação.

Estas situações e receios fazem com que pessoas LGBT tenham que, constantemente, possuir uma espécie de identidade dupla: uma na escola, onde se sentem mais confortáveis para interagir com seus colegas e professores (ao menos aqueles receptivos à homossexualidade); uma dentro de casa, correndo o risco de sofrer alguma punição.

Destaca-se que, conforme pesquisado nas instituições, enquanto os alunos heterossexuais não consideravam a “zoação” e as agressões verbais como sendo uma forma grave de homofobia, os alunos homossexuais afirmavam com veemência o quanto desde cedo é ensinado a se crer que a homossexualidade é “errada” e que, por meio da força destas palavras agressivas, escondem o real sentido de continuar segregando e mostrando que a heterossexualidade é norma padrão na sociedade.

Dessa forma, qualquer realidade diferente da heteronormatividade é tratada como um desvio a ser punido. Isso pode ser explicado pela vivência diária a qual estes alunos são submetidos, não só na escola, como em suas comunidades e em suas famílias, fazendo com que percebam, de forma mais clara e direta, os pormenores da homofobia e o quanto ela está presente na sociedade.

O momento do Brasil, diante do avanço neoliberal, de desmonte das políticas sociais, pede união dos movimentos sociais e defesa de uma pauta de retomada da democracia. Em especial, o movimento LGBT já passou por inúmeras fases desde seu crescimento: passou da política assimilacionista de responsabilização das vítimas por serem “escandalosas” ou não se comportarem “adequadamente”, para o orgulho em ser quem se é como antônimo da vergonha.

O exemplo trazido por uma professora é lapidar para compreender as ações a serem tomadas na prática cotidiana de todos os estudantes. Ao citar um caso de estupro com repercussão nacional e o interesse dos alunos em utilizar a internet apenas para ter acesso ao vídeo, questiona-se, pois, a validade pura e simples de um ativismo cibernético, uma vez que são conteúdos que não chegarão até estes alunos para uma mudança de atitude e uma maior reflexão sobre o assunto.

É preciso retomar o fortalecimento da comunidade LGBT e não fragmentá-la ou dividi-la como sugere a pauta neoliberal, onde apenas gays lutam por gays, lésbicas lutam por lésbicas, bissexuais lutam por bissexuais, e assim por diante. Esta postura tende a sectarizar e enfraquecer o movimento, dividindo a luta internamente sem alcançar ou favorecer a criação de propostas de efetivação de políticas sociais para a comunidade como um todo, não para indivíduos isolados.

Existe a compreensão de que a homofobia é algo grave, que causa consequências sociais para todos, mesmo heterossexuais e que a escola é importante na erradicação do preconceito. Importante, então, ampliar estas ações já desenvolvidas nas escolas, a fim de que estas se tornem permanentes e cheguem a todos os níveis educacionais, e não apenas a turmas específicas.

Assim, sensibilizar os gestores, diretores, professores e demais executores das políticas sociais é fundamental para a realização de uma mudança de realidade, superando convicções pré concebidas, por outra lógica: da defesa de direitos, do respeito e celebração pela diversidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Ana Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana- RITLA, 2009.

ALMEIDA, Lisete; LISBOA, Carolina; BRUM, Camila. **Aspectos gerais da intervenção no bullying**. In **Bullying: avaliação e intervenção em terapia cognitivo-comportamental**. 1. ed. Porto Alegre: Sinopsys, 2012.

ALVES, Rubem. **Educação dos sentidos e mais**. Campinas: Verus, 2005.

AMADO, João. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

BALDAN, Merilin; OLIVEIRA, Beatriz. **O dualismo educacional na história da educação brasileira a partir das políticas públicas: quando o crime não abala mais**. **Cadernos da pedagogia**. 2. v., nº 4. 2008. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/104/61>>. Acesso em 18 de maio de 2016.

BARBOSA, Ana. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BATISTA, Daniela. **Seria azul a cor mais quente? Reflexões sobre hétero e homonormatividades no filme de Abdellatif Kechiche**. **X ANPED Sul**. Florianópolis: 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1497-0.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2016.

BEGUOCI, Leandro. **Extremismo evangélico**. Revista Superinteressante. Editora Abril. Edição 351. Setembro de 2015.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social, fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL, Lei nº 8.069, de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 12 de maio de 2016.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 12 de maio de 2016.

BRASIL, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a**

violência contra mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 15 de maio de 2016.

BRASIL, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em 18 de maio de 2016.

BRASIL, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em 12 de maio de 2016.

BRASIL, Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em 12 de maio de 2016.

BRASIL. Procuradora Geral da República. ADI n. 4275 - 1/600. **Ação direta de inconstitucionalidade.** Relatora: Débora Pereira. Brasília, 21 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/ADI_4275.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2016.

BRASIL, Decreto 12, de 16 de janeiro de 2015. **Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 12 de maio de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2016.

LAPA, Nádia. **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho.** Carta Capital, 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acesso em 07 de dezembro de 2016.

CALANCA, Daniela. **História social da moda.** 2. ed. São Paulo: Senac, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n.º 867, DE 2015. **Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Na aprovação do Plano Municipal de Educação, Legislativo dá aula de democracia. 2017. Disponível em: <<http://www.camarapel.rs.gov.br/imprensa/na-aprovacao-do-plano-municipal-de-educacao-legislativo-da-aula-de-democracia/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2017.

CAMARGO, Sophia. **Empresa dos EUA avalia mercado gay no Brasil e poder do ‘pink real’.** Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/01/empresa-dos-eua-avalia-mercado-gay-no-brasil-e-poder-do-pink-real.htm>>. Acesso em 29 de setembro de 2016.

CARLOTTO, Mary. **A síndrome de Burnout e o trabalho docente.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jun. 2002. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

CARNEIRO, Moaci. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo.** 23. ed. Revista e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2015.

CASSEMIRO, Luiza. **HOMOFOBIA, LESFOBIA, TRANSFOBIA: toda forma de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e a repercussão nos meios de comunicação.** VII Jornada internacional de Políticas Públicas. UFMA. São Luís, Maranhão. 2015.

CASTAÑEDA, Marina. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para homossexuais, suas famílias e seus terapeutas.** São Paulo: A Girafa, 2007.

CHEGA DE BULLYING. **Não fique calado.** Disponível em: <<http://www.chegadebullying.com.br/>>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

CIMIARI, Fabiana. **Homossexuais consomem 47% mais que a média dos turistas, mas criticam falta de informações segmentadas.** 2006. Disponível em <http://www.aids.gov.br/noticia/homossexuais-consomem-47-mais-que-media-dos-turistas-mas-criticam-falta-de-informacoes-segme> Acesso em 29 de setembro de 2016.

CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO. **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião.** São Leopoldo: EST, v. 4, 2016. p. 322-336.

COORDENADORIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA. **Censo contabiliza mais de 60 mil casais homossexuais.** 2011. Disponível em: <<http://codic.jusbrasil.com.br/noticias/2669322/censo-contabiliza-mais-de-60-mil-casais-homossexuais>>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

COSTA, Fabiano. **Comissão de Direitos Humanos aprova autorização para ‘cura gay’.** 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-de-direitos-humanos-aprova-autorizacao-para-cura-gay.html>>. Acesso em 23 de dezembro de 2016.

DAVIS, Kate; HEILBRONER, David. **A Revolta de Stonewall.** 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

DAWSON, James. **Este livro é gay.** São Paulo: EMP, 2015.

DIAS, Maria. **União homossexual: o preconceito & a justiça**. Porto alegre: Livraria do advogado, 2000.

DINIS, Nilson. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência**. Educar em revista. n. 39. Paraná: UFPR, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04>>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

DORNELLES, Vinicius; SAYAGO, Cristina; RIBEIRO, Fernanda. **Bullying: avaliação e intervenção em terapia cognitivo-comportamental**. 1. ed. Porto Alegre: Sinopsys, 2012.

DORNELLES, Vinicius; SCHÄFER, Julia; FÜHR, Sabrina. **Consequências do bullying**. In: Bullying: avaliação e intervenção em terapia cognitivo-comportamental. 1. ed. Porto Alegre: Sinopsys, 2012.

DUARTE, Raquel. **‘Estupro corretivo’ vitimiza lésbicas e desafia poder público no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/estupro-corretivo-vitimiza-lesbicas-e-desafia-autoridades-no-brasil/>>. Acesso em 06 de setembro de 2016.

ESTACHESKI, Dulceti. **Gênero na escola sim, mas como fazer?** In: Gênero, educação e sexualidades: reconhecendo diferenças para superar [pré] conceitos. Org. BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceti ; CREMA, Everton. Uberlândia: Editora dos autores, 2016.

FACHINI, Regina. **Visibilidade é legitimidade? O movimento social e a promoção da cidadania LGBT no Brasil**. In: Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos. Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2011, p. 179-197.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Versus, 2005.

FAZZANO, Leandro. **Levantamento de episódios homofóbicos: estabelecendo possíveis variáveis**. in. Análise do fenômeno da homofobia: identificando contingências envolvidas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

FEIJOO, Ana. **Medidas de tendência central**. In: A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/yvnmwq/pdf/fejoo-9788579820489-05.pdf>>. Acesso em 22 de novembro de 2016.

FERNANDES, Luciana Alves et al. **Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação**. Porto Alegre: ConTexto, v. 3, n. 4, 1. Semestre, 2003.

FILHO, Fernando. **Apontamentos para uma psicologia contra homofóbica**. In: **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2011, p.49-66.

FLEURY, Alessandra; TORRES, Ana. **Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas**. Curitiba: Juruá, 2011.

FONTES, Malu. **Das ruas às manchetes: o enquadramento da violência homofóbica.** *In:* Notícias de homofobia no Brasil. Brasília: Letras Livres, 2014, p. 21-56.

FRA – EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS. **Homofobia e Discriminação em razão da Orientação Sexual e da Identidade de Gênero nos Estados-Membros da EU.** 2009. Disponível em: <https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-hdgs-report-part2_pt.pdf>. Acesso em 25 de dezembro de 2016.

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero.** 241f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Uberlândia: 2009.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Combate à discriminação contra LGBT.** 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/5-combate-discriminacao-contra-lgbt>>. Acesso em 03 de maio de 2016.

GAY.COM.BR. **Dilma Rousseff: “propaganda de opções sexuais”.** 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_oL3Jc1QBZA>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

GOFFMAN, Irving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinatos de LGBT no Brasil.** 2012. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20brasil%202011%20GGB.html>>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

GUARESCHI, Pedrinho; SILVA, Michele. **Bullying: mais sério do que se imagina.** 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

GUEDES, Beto. **Sol de Primavera.** 1978. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/beto-guedes/44548/>>. Acesso em 31 de dezembro de 2016.

GUIMARÃES, Anibal. **Os princípios de Yogyakarta.** *In:* Diversidade sexual e direito homoafetivo. Coordenação Maria Berenice Dias. 2. ed. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 2011.

GUIMARÃES, Antônio. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual no Brasil.** São Paulo: 34, 2004.

ITANI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula.** 9. ed. *In:* Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. AQUINO, Júlio (org). p. 119-134. São Paulo: Summus, 1998.

JESUS, Jaqueline. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

JORNAL NACIONAL. **Pesquisa indica que homossexuais são bons consumidores no Brasil.** 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/pesquisa->

indica-que-homossexuais-sao-bons-consumidores-no-brasil.html>. Acesso em 29 de setembro de 2016.

JUNQUEIRA, Rogério. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico**. Revista Espaço do Currículo. 2010. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/4281/3238>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

JUNQUEIRA, Rogério. **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. In: Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério. **Pedagogia do armário: a normatividade em ação**. Revista Retratos da Escola, Brasília: v. 7, n. 13, jul./dez. 201, p. 481-4983.

JUNQUEIRA, Rogério. **Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar**. In: Discursos fora da ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. MILSKOLCI, Richard (org.). São Paulo: Annablume, 2012.

KOEHLER, Sonia. **Homofobia, cultura e violências: a desinformação social**. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3361/2688>. Acesso em 07 de setembro de 2016.

LAPA, Nádia. **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho**. Carta Capital. 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>. Acesso em 10 de março de 2016.

LAURENTI, Ruy. **Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças**. Saúde Pública, São Paulo, v. 18, n. 5, out. /1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000500002>. Acesso em: 23 abr. 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LINS, Beatriz; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. 1 ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LISBOA, Carolina; WENDT, Guilherme; PUREZA, Juliana. **Mitos e fatos sobre bullying: orientações para pais e profissionais**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014.

LONGARAY, Deise; RIBEIRO, Paula; SILVA, Fabiane. **“eu não suporto isso: mulher com mulher e homem com homem”**: analisando as narrativas de adolescentes sobre homofobia. Currículo sem Fronteiras: [S.L], v. 11, n. 1, p. 252-280, jun./jun. 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/longaray-ribeiro-silva.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2017.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 6ª edição. Editora Vozes. Rio de Janeiro – Petrópolis. 1997.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LYRA, Jorge; LEÃO, Luciana; LIMA, Daniel; TARGINO, Paula; CRISÓSTOMO, Augusto; SANTOS, Breno. **Homens e cuidado: uma outra família?** In: Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. ACOSTA, Ana; VITALE, Amalia (Org.). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2015.

MAIA, Ana. **Sexualidade, deficiência e gênero: reflexões sobre padrões definidores de normalidade**. In. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. JUNQUEIRA, Rogério (org). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: UNESCO, 2009.

MARAFON, Giovanna et al. **Conflitos enquadrados como bullying: categoria que aumenta tensões e impossibilita análises**. Psicologia clínica, Rio de Janeiro: v. 26, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652014000200006>. Acesso em 29 de abril de 2016.

MARINHO, Carla de Ataíde et al. **Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro**. Paidéia, Ribeirão Preto: v. 14, n. 29, set. /dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000300012>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

MARSIAJ, Juan Pereira. **Gays ricos e bixas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil**. *Cadernos AEL*, Campinas: Unicamp, v. 10, n. 18/19, p. 129-145, 2003.

MASIERO, Clara. **O movimento LGBT e a homofobia: novas perspectivas de políticas sociais e criminais**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil**. Revista sociedade e Estado. 27. v., n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>>. Acesso em 08 de julho de 2016.

MINAYO, Maria. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria; GOMES Suely. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 158, de 4 de fevereiro de 2016. **Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/abril/12/PORTARIA-GM-MS-N158-2016.pdf>>. Acesso em 25 de novembro de 2016.

MOTT, Luís. **Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias?** *In*: Gênero & Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu: Unicamp. 2002, p. 143-156.

MOURA, Renan; LOPES, Paloma. **O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica**. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.

NARDI, Henrique. **Relações de gênero e diversidade sexual: compreendendo o contexto sociopolítico contemporâneo**. *In*: Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas. NARDI, Henrique; SILVEIRA, Raquel; MACHADO, Paula (Org.). Porto Alegre: Sulina, 2013.

NASCIMENTO, Bárbara. **Público gay consome, em média, 30% mais que consumidor hétero**. 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/06/01/internas_economia,369065/publico-gay-consome-em-media-30-mais-que-consumidor-hetero.shtml>. Acesso em 29 de setembro de 2016.

NATIVIDADE, Marcelo. **Psicologia, laicidade e diversidade sexual**. *In*: Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos. Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2011, p. 145-153.

NETO, Aramis. **Bullying — comportamento agressivo entre estudantes**. Porto Alegre: v. 81, n. 5, nov./2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572005000700006>. Acesso em 10 de maio de 2016.

NETO, Mário; VIEIRA, Maressa. **Transexualidade e preconceito: as implicações do psicólogo**. 2. Jornada Científica e Tecnológica da FATEC de Botucatu. Botucatu, 2013.

NEUFELD, Carmem; DOBROCHINSKI, Sarah. **Intervenção cognitivo-comportamental em bullying entre adolescentes**. *In* Bullying: avaliação e intervenção em terapia cognitivo-comportamental. 1. ed. Porto Alegre: Sinopsys, 2012.

OLIVEIRA, João; PORTO, Tauane. **A transfobia e a negação de direitos sociais: a luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação**. Congresso Latino-Americano de gênero e religião. São Leopoldo, 2016.

OPPERMANN, Marta. **O direito constitucional do transexual à alteração do sexo constante no registro civil sem a realização de cirurgia**. *In*: Diversidade sexual e direito

homoafetivo. Coordenação Maria Berenice Dias. 2. ed., Porto Alegre: Revista dos tribunais, 2011.

PEREIRA, Beatriz Oliveira. **Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças.** São Paulo: FCG, 2002.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas & questões.** 2. ed. São Paulo: Cortez., 2009.

PERES, William. **Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais e transgêneros e a escola brasileira.** In: Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: UNESCO, 2009.

PIGOZI, Pamela; MACHADO, Ana. **Bullying na adolescência: visão panorâmica no Brasil.** Ciênc. Saúde coletiva 20 v., n.11 Rio de Janeiro: 2015 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3509.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2016.

PRADO, Marco; MACHADO, Frederico. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Lei nº 6.245 de 24 de junho de 2015. **Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2014, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2015/6245.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Trabalho e empreendedorismo: Projeto Reinserção Social Transcidadania.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2013.

REIS, Aline. **Intervenção cognitivo-comportamental em crianças agressoras e/ou vítimas de bullying.** In: Bullying: avaliação e intervenção em terapia cognitivo-comportamental. 1. ed. Porto Alegre: Sinopsys, 2012.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

RIOS, Luís Felipe. **A prática psicológica e a sexualidade como categoria de subjetivação.** In: Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos. Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2011, p. 25-39.

RIOS, Roger. **A homossexualidade no direito. Livraria do advogado.** Porto Alegre: Esmafe, 2001.

RISTUM, Marilena. **Bullying escolar**. *In*: Impactos da violência na escola: um diálogo com professores [online]. ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., (Orgs). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, pp. 95-119. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-06.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2016.

ROTHENBURG, Walter; STROPPIA, Tatiana. **Liberdade de expressão e discurso de ódio: o conflito discursivo nas redes sociais**. 3. Congresso internacional de direito e contemporaneidade. Santa Maria: UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-21.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

SANCHES, Patrícia. **Mudança de nome e de identidade de gênero**. *In*: Diversidade sexual e direito homoafetivo. Coordenação Maria Berenice Dias. 2. ed. Porto Alegre: Revista dos tribunais, 2011.

SCHIAVONI, Eduardo. **Mãe confessa assassinato de filho adolescente no interior**. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/12/mae-confessa-assassinato-de-filho-adolescente-no-interior-de-sp.htm>>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT**. Brasília – Distrito Federal, 2008. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília – Distrito Federal, 2011. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/ANAIS-LGBT-2011_final.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Anais da 3ª conferência nacional de políticas públicas de Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Relatório Final. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/3a-conferencia-nacional-lgbt/deliberacoes/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1>>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.. pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil. 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/IAE-Brasil.pdf>>. Acesso em 06 de novembro de 2016.

SILVA, Ana. **Bullying: Mentres perigosas nas escolas**. Rio de janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, Elizângela; ROSA, Ester. **Professores sabem o que é bullying? Um tema para a formação docente.** *Psicol. Esc. Educ.* v.17 n.2. Maringá: 2013.

SILVA, Lucas; SANTOS, Rayan; ANDRADE, Josefa. **A abordagem homossexual nas telenovelas brasileiras.** XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1253-1.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2016.

SILVA, Rosane; NICHEL, Andressa; LEHMANN, Martins; BORCHARDT, Carlise. **Discurso de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira.** v. 7, n. 2 São Paulo: Revista Direito, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322011000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

SILVA, Sérgio. **Preconceito no Brasil contemporâneo: as pequenas diferenças na constituição das subjetividades.** *Psicologia, ciência e profissão.* 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n2/v23n2a02.pdf>>. Acesso em 04 de julho de 2016.

SIMMONS, Rachel. **Garota fora do jogo: a cultura oculta da agressão entre meninas.** tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

SOUZA, Jackeline; SILVA, Joilson; FARO, André. **Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas.** *Psicol. Esc. Educ.* v.19 n.2 Maringá May/Aug. 2011.

TANNURI, Claudia; HUDLER, Daniel. **Lei Maria da Penha também é aplicável às transexuais femininas.** 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-02/lei-maria-penha-tambem-aplicavel-transexuais-femininas>>. Acesso em 28 de dezembro de 2016.

THOMSON, Oliver. **A assustadora história da maldade.** 3 ed. São Paulo: Ediouro, 2002.

UOL EDUCAÇÃO. **"Não aceito propaganda de opções sexuais", afirma Dilma sobre kit anti-homofobia.** 2011. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/26/nao-aceito-propaganda-de-opcoes-sexuais-afirma-dilma-sobre-kit-anti-homofobia.htm>>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

UZIEL, Anna. **Diversidade sexual, democracia e promoção de direitos.** *In: Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos.* Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2011, p.13-24.

VAZ, Jose Eduardo Parlato Fonseca. **A responsabilidade indenizatória da prática do bullying.** Brasília: Conteúdo Jurídico, 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.27889>>. Acesso em 06 de agosto de 2016.

VECCHIATTI, Paulo. **Constitucionalidade (e dever constitucional) da classificação da homofobia e da transfobia como racismo.** *In: Diversidade sexual e direito homoafetivo.* Coordenação Maria Berenice Dias. 2. ed. Porto Alegre: Revista dos tribunais, 2011.

VERHAAG, Bertram. **Olhos azuis.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EuTTAqq3vTY>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. **Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito.** *In:* Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. AQUINO, Júlio (org). p. 93 - 106. 9. ed. São Paulo: Summus, 1998.

VIEIRA, Tereza. **Transexualidade.** *In:* Diversidade sexual e direito homoafetivo. Coordenação Maria Berenice Dias. 2. ed. Porto Alegre: Revista dos tribunais, 2011.

WENDT, Guilherme; CAMPOS, Débora; LISBOA, Carolina. **Discutindo o processo de bullying a partir de uma perspectiva dos estudos de gênero.** *In* Bullying: avaliação e intervenção em terapia cognitivo-comportamental. 1. ed. Porto Alegre: Sinopsys , 2012.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ALUNOS

Identificação:

Nome/ nome social:

Idade:

- 1 - Você acha que existe discriminação e preconceito contra LGBT dentro da sua escola?
- 2 – Já se sentiu vítima de preconceito onde estudas? Se sim, o que percebeste?
- 3 - Em algum momento de sua vida escolar, sofreste agressões homofóbicas por parte de outros colegas, funcionários ou professores? O que foi que aconteceu?
- 4 -Em algum momento de sua vida escolar, viste colegas teus sofrerem agressões homofóbicas por parte de outros colegas, funcionários e professores? O que foi que aconteceu?
- 5 - Você chegou a ser transferido de escola ou quis mudar de colégio em razão destas agressões e discriminações que sofreste ou presenciou?
- 6 - Onde ocorreram estas agressões (em sala de aula, no recreio, na saída)?
- 7 - Contou para alguém sobre estas agressões que sofreste ou presenciou?
- 8 – Caso não tenha contado a ninguém, quais foram seus motivos para manter silêncio sobre as agressões sofridas ou presenciadas?
- 9 – No seu entendimento, o que leva uma pessoa ter atitudes discriminatórias contra LGBT?
- 10 – Você acredita que a escola é um espaço importante para combater a homofobia? Por quê?
- 11 – Em algum momento, em sua vida escolar, foram implementadas ações de prevenção e combate ao bullying homofóbico? Que ações foram realizadas?
- 12 – Para você, quais são os fatores que dificultam o debate e o combate da homofobia dentro das escolas?
- 13 – Você acha que através de leis, programas sociais e políticas públicas seria possível modificar a situação de agressão que você foi vítima ou presenciou? De que forma?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES

Identificação

Nome:

Idade:

Disciplina ministrada:

Escola:

1-Você acha que existe discriminação e preconceito contra LGBT dentro da sua escola?

2 - Você já percebeu ou presenciou situações de agressões e discriminações de cunho homofóbico na comunidade escolar? Em caso afirmativo, que situações observou?

3 - Ao tomar conhecimento destas situações, o que você fez?

4 - Você acredita que a escola é um espaço importante para combater a homofobia? Por quê?

5 - Em algum momento, em sua vida escolar, foram implementadas ações de prevenção e combate a homofobia? Que ações foram realizadas?

6 - Para você, quais são os fatores que dificultam o debate e o combate da homofobia dentro das escolas?

7 - No seu papel como educador, que ações você pratica ou poderia praticar para trabalhar a questão da homofobia na comunidade escolar? Caso já tenha abordado em sua escola temas como a homofobia e o bullying, o que lhe motivou a fazê-lo?

8 - Você acha que através de leis, programas sociais e políticas públicas seria possível modificar situações de bullying homofóbico?

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIREÇÃO DA ESCOLA**Identificação.**

Nome:

Idade:

Escola:

1-Você acha que existe discriminação e preconceito contra LGBT dentro da sua escola?

2 - Você já percebeu ou presenciou situações de agressões e discriminações de cunho homofóbico na comunidade escolar? Em caso afirmativo, que situações observou?

3 - Ao tomar conhecimento destas situações, o que você fez?

4 - O que o Projeto Político Pedagógico da escola orienta nestes casos?

5 - Você acredita que a escola é um espaço importante para combater a homofobia? Por quê?

6 - Você acha que através de leis, programas sociais e políticas públicas seria possível modificar situações de bullying homofóbico?

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após esclarecido(a) sobre as informações a seguir você pode aceitar, ou não, fazer parte do estudo, ou ainda desistir de sua participação a qualquer tempo, sem ter que fazer nenhuma justificativa. Sua desistência poderá ocorrer por telefone, e-mail ou pessoalmente.

Se concordar em participar desta pesquisa assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. A identidade dos informantes será mantida em absoluto sigilo. Os dados obtidos poderão ser gravados e transcritos, mas o nome do(a) pesquisado(a) não aparecerá em qualquer registro. Serão utilizados nomes fictícios.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: BULLYING HOMOFÓBICO E EDUCAÇÃO: Possibilidades de superação de um preconceito.

A finalidade dessa pesquisa será avaliar as ações desenvolvidas pela escola para combater e prevenir a perpetuação da violência homofóbica.

Riscos:

Em se tratando de uma pesquisa que envolve seres humanos é passível pensar que em algum momento, durante o processo de pesquisa e entre perguntas e respostas, o(a) entrevistado(a) possa se sentir desconfortável podendo se constituir em um risco, no sentido

de causar algum constrangimento ou mal estar. Caso isso ocorra, será feita uma pausa para que o(a) mesmo(a) decida o que irá fazer, continuar ou desistir do processo da pesquisa, sendo encaminhado para atendimento médico ou psicológico.

Benefícios:

Entende-se que os benefícios diretos da pesquisa implicam na problematização, por parte da comunidade escolar, nesta forma de violência, perpetuada a anos, podendo a instituição vir aplicar ações que desenvolvam o respeito as diferenças e celebração da diversidade, ou ainda ampliar estas atitudes que por ventura já estejam em andamento.

Será uma oportunidade de exercer a cidadania, questionando-se ações de bullying homofóbico entendidas como “normais da fase escolar” e passar a combater e prevenir esta forma de violência, e assim garantir o acesso a uma educação de qualidade.

METODOLOGIA:

A coleta de dados se dará por entrevista individual.

Qualquer informação adicional sobre a pesquisa, em qualquer momento, poderá ser obtida através do pesquisador: Tomaz Nonticuri da Silva, telefone: (53) 81316060 e e-mail: tomaznonticuri@hotmail.com

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO:

Eu.....,RG:.....,

CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis benefícios e riscos decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer tipo de penalização.

Local e data: _____

Nome do(a) participante: _____

Telefone para contato: _____

Nome do pesquisador: _____

Nome do aplicador da pesquisa: _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do aplicador da Pesquisa